

# TECEDORES DE SONHOS AO LUAR

João Maria Fraga

Maria da Conceição Fraga

Fábio Pereira Feitosa



## CONSELHO EDITORIAL

- João Bosco Araújo da Costa  
(Prof. Dr. da Universidade Federal do Rio Grande do Norte) – Presidente
- Alessandro Galeno Araújo Dantas  
(Prof. Dr. da Universidade Federal do Rio Grande do Norte)
- Daniel Menezes  
(Prof. Dr. da Universidade Federal do Rio Grande do Norte)
- Francisco Alencar Mota  
(Prof. Dr. da Universidade Estadual Vale do Acaraú)
- Jacimara Villar Forbeloni  
(Prof.ª Dr.ª da Universidade Federal Rural do Semiárido)
- Jessé de Souza  
(Prof. Dr. da Universidade Federal Fluminense)
- Joana Aparecida Coutinho  
(Prof.ª Dr.ª da Universidade Federal do Maranhão)
- Joana Tereza Vaz de Moura  
(Prof.ª Dr.ª da Universidade Federal do Rio Grande do Norte)
- João Emanuel Evangelista  
(Prof. Dr. da Universidade Federal do Rio Grande do Norte)
- José Antonio Spineli Lindozo  
(Prof. Dr. da Universidade Federal do Rio Grande do Norte)
- Maria Conceição Almeida  
(Prof.ª Dr.ª da Universidade Federal do Rio Grande do Norte)
- Maria Ivonete Soares Coelho  
(Prof.ª Dr.ª da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte)
- Norma Missae Takeuti  
(Prof.ª Dr.ª da Universidade Federal do Rio Grande do Norte)
- Vanderlan Francisco da Silva  
(Prof. Dr. da Universidade Federal de Campina Grande)

# TECEDORES DE SONHOS AO LUAR

João Maria Fraga

Maria da Conceição Fraga

Fábio Pereira Feitosa



1ª edição

Natal/RN

2018

Copyright © João Maria Fraga, Maria da Conceição Fraga e Fábio Pereira Feitosa, 2018

Todos os direitos reservados e protegidos pela Lei nº 9.610  
de 19/02/1998. É proibida a reprodução total ou parcial  
sem autorização, por escrito, do autor.

1ª edição

Catálogo da Publicação na Fonte:  
Bibliotecária Verônica Pinheiro da Silva. CRB-15/692.

---

Fraga, Maria da Conceição.

Tecedores de sonhos ao luar / Maria da Conceição Fraga, João Maria Fraga e Fábio Pereira Feitosa; Graziela Grilo (Revisão, diagramação e projeto gráfico); Fernanda Beatriz Oliveira (Diagramação); Andreia Braz (Revisor); Heverton R. e Socorro Evangelista (Ilustrador). – Natal: Caravela Selo Cultural, 2018.

180 p. : il.; 1 PDF.

ISBN 978-85-69247-77-7

1. Literatura norte-rio-grandense. 2. Clandestinidade. 3. Parlamento. I. Fraga, João Maria. II. Feitosa, Fábio Pereira. III. Grilo, Graziela. IV. Oliveira, Fernanda Beatriz. V. Braz, Andreia. VI. R., Heverton. VII. Evangelista, Socorro. VIII. Título.

CDU 82 (813.2)  
F811t

---

Direitos reservados a João Maria Fraga, Maria da Conceição Fraga  
e Fábio Pereira Feitosa

Natal – Rio Grande do Norte – Brasil

2018



<i>Título</i>	Tecedores de Sonhos ao Luar
<i>Autor</i>	João Maria Fraga, Maria da Conceição Fraga e Fábio Pereira Feitosa
<i>ISBN</i>	978-85-69247-77-7
<i>Editora</i>	Caravela Selo Cultural
<i>Coordenação editorial</i>	José Correia Torres Neto
<i>Revisão de texto</i>	Andreia Braz e Graziela Grilo
<i>Revisão tipográfica</i>	José Correia Torres Neto
<i>Normalização bibliográfica</i>	Verônica Pinheiro da Silva
<i>Capa</i>	Heverton R.
<i>Gravura da capa</i>	Socorro Evangelista
<i>Projeto gráfico e</i>	Fernanda Oliveira
<i>Editoração eletrônica</i>	
<i>Formato</i>	E-book - PDF
<i>Número de páginas</i>	359
<i>Tipologia</i>	Calibri e Le Super Serif
<i>Local e data</i>	Natal, agosto de 2018



Dedico este livro a algumas pessoas, por considerá-las indispensáveis na minha vida.

A meus filhos Luan Cauê Fraga e Sophia Fraga e a minha esposa Luana Fraga, minha grande companheira. Eles constituem o meu porto seguro e fazem a minha vida valer a pena.

A minha amada professora Maria Dega, Deguinha, que entrou na minha vida ainda criança, para me alfabetizar e me ensinar as primeiras letras. Admiro-a pelo ser humano que sempre foi para mim e para meus irmãos, pela amizade verdadeira com meus pais.

A meus familiares, alicerce da minha vida, meus irmãos Ceiça Fraga, Vera Fraga, Sérgio Fraga e Lúcia Fraga. A meus sobrinhos queridos Pablo Fraga Leurquin e Chloé Fraga Leurquin. A meus cunhados Eric Leurquin e George Santos, verdadeiros irmãos.

A uma pessoa muito especial: Zé Roxinho, meu pai (*in memoriam*). Homem bom, amigo e leal.

A minha mãe (*in memoriam*), pelos ensinamentos da vida.

Ao professor de História, Geraldo Lucas, fonte de inspiração para as minhas aulas.

**João Maria Fraga**

**D**edico este trabalho aos meus pais Francisco Feitosa e Ana Alice Pereira Feitosa.

Aos companheiros de jornada: Mirella Cunha, Renata Karolyne, Cloviana Bispo, Isaac Antunes, Renata Albuquerque, Marcelo Carolino, Tâmara Cabral, Mariana Costa, Davidson Mendes, com quem pude dividir angústias, aflições e alegrias ao longo deste trabalho e que se fizeram presentes mesmo quando ausentes.

A Fabiana Pereira, minha irmã, mãe do pequeno Ronaldo Lucas, que alegra meus dias.

Aos professores Renato Amado Peixoto, Arlete Teixeira de Carvalho e Maria da Conceição Fraga, por serem, cada um à sua maneira, fontes constantes de aprendizado e inspiração em minha formação acadêmica, profissional e pessoal.

E, por fim, mas não menos importante, ao amigo João Maria Fraga, pelo convite para participar deste projeto.

**Fábio Pereira Feitosa**

A Sophia, Luan, Chloé e Pablo, com todo  
o meu amor.

A minha mãe Mariinha (*in memoriam*) e ao meu  
pai Zé Roxinho (*in memoriam*).

Aos trabalhadores na extração do sal de Macau.

**Maria da Conceição Fraga**

# HINO DE MACAU

Letra: Fagundes de Menezes  
Música: maestro Avelino Faustino

Macau, terra acolhedora  
Ao embalo da brisa do mar  
Macau, berço de seresteiros  
Tecedores de sonhos ao luar  
Afloram veleiros de outrora  
Ressuscitam nossos antepassados  
Para festejar com toda emoção  
Teu centenário de emancipação.

Salinas e sal  
Coqueiros, luar  
O Cruzeiro do Sul a brilhar  
Velhos nautas saudosos das ondas  
De antigos caminhos do mar  
E Macau sempre sob a proteção  
Da Santa Virgem Conceição.

## CHEIAS DE LUAR\*

Padre José Luiz da Silva

Você já respirou a poesia das salinas  
E viu o pôr do sol surgindo das águas?  
E as pirâmides enfileiradas?  
Prontas para rezar laudas e sorrir para o céu?  
Se você não fosse tão cerebral  
Se os números não tivessem invadido seus movimentos,

Ou se ainda você soubesse cativar os caminhos,  
Eu o convidaria para ver as salinas rezando.  
Branças, simétricas, cheias de luar e de silêncio.  
Vestidas de branco para renovar as promessas de seus batismos.  
E elas não nasceram das águas?  
Vieram os homens.  
Industrializaram o sal.  
Mecanizaram-no.  
Esmagaram a poesia.  
Trucidaram as salinas.  
Não há mãos sangrando, nem rangendo.  
Nem alma, nem sangue, nem divindade.  
Nem homens transmitindo sofrimento,  
Porque eles foram substituídos.

E se o sal perder a sua força,  
Para que servirá?  
“Vós sois o sal da terra”.

---

\* Publicado na coluna Crônicas do Reino de Deus, *Tribuna do Norte*, 12/05/1962. Arquivo Tereza Aranha. Disponível em: <<http://felixrodrigues.org.br/cheiasdeluar>>. Acesso em: 13 dez. 2015.



Dispersaram a grande multidão.  
Desapareceu a marcha para a brancura das salinas enfileiradas.  
Tranquilas. Cheias de luar.  
Ficou o moinho nostálgico,  
Fazendo queixas em surdina ao vento que vai passando.  
Lamentando as máquinas que se aproximam.  
Sem poesia, sem luar, sem fé, nem sorriso  
Porque distante dos homens,  
O capital tirano, ganancioso, monopolizador,  
Parece ter se transformado numa grande estátua de sal  
Às portas de Sodoma.

# APRESENTAÇÃO

João Maria Fraga<sup>1</sup>

**A**o amigo, conterrâneo e vizinho da Rua do Cruzeiro, em Macau, e da Rua Teófilo Brandão, em Petrópolis, aqui em Natal, Ivanaldo Bezerra, por ter nos dado a ideia de escrever este livro e por me convencer de que seria possível realizar esse desafio. A ideia de escrever sobre Macau surgiu regada a um bom cafezinho, no Café Pão e Queijo, no Largo do Atheneu, em Natal. O resultado dessa prosa está aqui, neste livro.

Mas, para transformar uma boa ideia em realidade, é preciso de um bom companheiro de trabalho, um bom profissional. Por esse motivo, agradeço ao amigo e também professor de História, Fábio Pereira Feitosa, que aceitou meu convite para sair nessa viagem pelo tempo, cujo objetivo era encontrar os moinhos de memórias perdidas da cidade salineira e dá-lhes voz. E para colaborar com as análises sobre o significado do protagonismo dos trabalhadores das salinas e moradores da Rua do Cruzeiro, convidei a socióloga e professora de História, Maria da Conceição Fraga.

Agradeço especialmente a cada depoente que, como verdadeiro *Griot*, colaborou com suas narrativas, através de suas lembranças, permitindo a construção deste livro: Floriano Bezerra de Araújo, Francisco Barbalho da Silva, Jovelina Barbosa de Oliveira (*in memoriam*), Enilde dos Santos, Evaristo Lopes da Silva,

<sup>1</sup>Graduado em História/UFRN, Professor de História do Brasil (rede pública estadual e municipal de Natal, Colégio Marista, Lógico Colégio e Cursos Aliados), Especialista em História da América Latina/UFRN, Graduado em Direito/UnP, Advogado e faz Especialização em Direito Penal e Processual Penal/UNI-RN.

José de Almeida Fraga (*in memoriam*), Pedro Gregório, Francisco de Assis Miranda, Antônio Chagas. Sem eles, seria impossível tecer esta teia de fatos ou acontecimentos de uma história ainda tão presente em suas memórias.

A minha amiga Maria Felizmina Barbosa (Marilita) e ao seu primo Bruno, pela generosa acolhida e pela colaboração, ao nos receber em Macau e facilitar nosso acesso aos documentos e aos entrevistados.

À professora Socorro Evangelista, meus agradecimentos, especiais por ter enriquecido este livro com sua arte. A capa e o interior deste livro não poderiam deixar de possuir imagens das suas telas, a exemplo dos *Tecedores de sonhos ao luar*, uma pintura genial que originou o título do livro. Sua arte revela, antes de tudo, suas origens, tem a marca dos seus sentimentos, a emoção de quem viveu nas terras salineiras, de quem tem muito da alma macauense. Por essa razão, suas lindas e oportunas pinturas dialogam com o texto escrito, elas falam por si só, dão traços a uma cidade linda, pela natureza exuberante das salinas, das praias, dos peixes, dos seus barcos e jangadas, do velho prédio do Sindicato, do seu povo simples e alegre. Aos poetas Izam Lucena (Sal e Terra) e José Saddock (Profecia), pelas poesias que, em diferentes obras de arte expressam a beleza da cidade e de seu povo, e ao encontrar as telas de Socorro Evangelista, tecem a trajetória da Noiva do Sal.

Por último, mas não menos importante, agradeço aos conterrâneos e amigos que já haviam se debruçado para escrever sobre Macau. Eles contribuíram muito para a construção deste livro.

Quero registrar que, durante o processo de construção deste trabalho, constatamos a inexistência de políticas públicas de

preservação do patrimônio material e imaterial da cidade de Macau. Iniciativas como a de João de Aquino, um historiador nato, de construir um museu, é um ato isolado e voluntário. Alguns atores sociais, como Maria Dega e Roxinha, e outras professoras leigas; José Honorato, enfermeiro, além de parteiras, também deixaram contribuições importantes para a construção da história da cidade. Enfim, fez-se necessário o uso de fontes documentais, orais e iconográficas para construir as histórias aqui narradas.

# SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO | 17

LEMBRANÇAS DE MACAU | 21

INTRODUÇÃO | 27

CAPÍTULO I  
ANTIGOS CAMINHOS DO MAR | 32

34 Localização e economia  
da cidade de Macau

36 Ocupação e desenvolvimento  
da cidade

CAPÍTULO II  
SALINAS E SAL | 39

41 História do sal

43 Economia salineira no Brasil  
e no Rio Grande do Norte

47 Extração do sal em Macau

CAPÍTULO III  
AO EMBALO DA BRISA DO MAR

- 63
- 65 Da Associação ao Sindicato no Brasil
- 69 Da Associação ao Sindicato no Rio Grande do Norte
- 73 Da Associação ao Sindicato em Macau
- 85 O protagonismo de Venâncio Zacarias e Floriano Bezerra
- 91 Os mulambudos, as sandálias de rabicho e a conquista de mandatos eletivos

CAPÍTULO IV  
AFLORAM VIEIROS DE OUTROS

- 106
- 108 Golpe civil militar no Brasil
- 126 Golpe civil militar em Natal
- 132 Golpe civil militar em Macau
- 156 Intervenção estatal no Sindicato dos Trabalhadores na Indústria do Sal de Macau



# APRESENTAÇÃO

Eulália Vera Lúcia Fraga Leurquin<sup>2</sup>

Foi com muita alegria que recebi o convite para apresentar um livro que, de certa forma, me remete a muitas lembranças. Aceitá-lo significava ativar, pelo menos, três papéis que inevitavelmente entrariam em jogo no meu dizer: irmã de autores, filha de José Roxinho (marítimo, vizinho da sede do Sindicato, amigo dos depoentes e de vários dos trabalhadores da exploração do sal) e de Mariinha (uma dona de casa, com papel desenhado nas páginas das campanhas políticas e eleitorais de Macau); e professora Eulália Leurquin. Motivo-me pela identidade de Vera Fraga, moradora da Rua do Cruzeiro, a filha do casal antes citado. Foi, portanto, com essas lupas decoradas de lembranças que li o livro *Tecedores de sonhos ao luar*.

A obra é de autoria dos historiadores João Maria Fraga, Fábio Pereira Feitosa e da socióloga e professora de História, Maria da Conceição Fraga. Ela retrata um momento econômico, social e histórico muito importante para o Brasil: a extração do sal. Em particular, o livro ressalta a vida dos homens *tecedores de sonhos* e a luta que eles travaram por melhores condições no trabalho, doando inclusive a própria saúde. Isso, por si só, pontua a relevância que a obra demanda e, ao mesmo tempo, registra uma homenagem a esses macauenses.

<sup>2</sup> Graduada em Letras/UFRN, Mestrado e Doutorado em Educação/UFRN, Prof<sup>a</sup>. do Departamento de Letras Vernáculas da Universidade Federal do Ceará, PhD na *Université Sorbonne Nouvelles Paris III* e na *Université de Genève*.

Em sua construção discursiva, os autores elegeram como fio condutor temático as lutas por direitos, travadas no seio das salinas e no Sindicato dos Trabalhadores na Extração do Sal em Macau. Silenciosamente, mas com fortes ecos, evidenciam em seu tecido discursivo aqueles que abdicaram da própria zona de conforto que a família lhes ofertava e enfrentaram o desconhecido na época da Ditadura Civil-Militar. Ao mesmo tempo em que os autores nos abrem essa cortina política, também presenteiam os macaenses, mostrando-nos a riqueza geográfica e histórica da região, um salto para além da política, dando-nos um possível passaporte de entrada para se (re)pensar a história da região.

O discurso dos historiadores e da socióloga e professora de História é entrecruzado com a trama e o destino de muitos de nós macaenses. Em particular, ele se aproxima da própria história de dois dos autores e se (re)significa nela. Todavia, o texto se distancia de uma autobiografia porque, além de não ser escrito pelos protagonistas, põe em jogo a trama dos acontecimentos coletivamente construídos. Nesse processo de saída do anonimato para o protagonismo, eles descrevem com clareza cenas de trabalho, de luta e de sobrevivência de sindicalistas, ancorados em um momento histórico brasileiro. Os autores também tiram do “anonimato indevido” o nome daqueles que assumiram o leme e que representavam os sobreviventes da extração do sal.

O livro é constituído de um prefácio, desta apresentação, de quatro capítulos e de referências bibliográficas. O primeiro capítulo traz em evidência a cidade Macau, metaforicamente apresentada como *Antigos caminhos do mar*. É nesse momento que temos

acesso a conhecimentos sobre a localização geográfica, ao enredo histórico da cidade em foco e também a conhecimentos sobre o papel econômico que assumia a região salineira no país. Na relação *Salinas e sal*, os autores convidam-nos a ter acesso ao segundo capítulo e nele darmos um mergulho no contexto físico maior deste livro que é a salina. Adotando por completo a linguagem literária, inspirados no Hino de Macau, os autores intitulam cada parte do livro.

Nesse momento da obra, o tema também é permeado pela abordagem histórica e geográfica do sal e pela importância deste, em muitos aspectos, na vida do homem. A relação do sal com o trabalhador da salina é contemplada tanto pela voz de esposas de trabalhadores da extração do sal quanto pela voz do próprio trabalhador, ampliando, portanto, o contexto-alvo do livro, porque agora alcança o plano das memórias, dos impedimentos e das intenções.

É, então, na ampliação dos horizontes desse tema que chegamos ao capítulo terceiro (*Ao embalo da brisa do mar*), o qual relata as lutas organizadas pelos trabalhadores macauenses. Nesse espaço, vemos uma descrição do ambiente de trabalho, o que nos permite ter melhor entendimento da contribuição desses homens na luta por seus direitos. É, inclusive, quando vemos emergir a força do Sindicato dos Trabalhadores das Salinas como um forte aliado nas lutas pelos direitos da categoria. Desse contexto, sobressaem pistas do percurso da construção das lideranças e das conquistas obtidas. No capítulo quarto (*Afloram veleiros de outrora*), recorrendo a recursos de autoridade, os estudiosos registram as articulações do Golpe Civil-Militar, que deu origem à implantação da Ditadura Militar, fazendo o país passar outro momento de autoritarismo

num mesmo século e, conseqüentemente, também marca o desmantelamento do Sindicato dos Trabalhadores na Indústria de Sal de Macau e a conclusão do livro.

É impossível dar conta de todas as cenas da História de Macau, ou mesmo da História dos trabalhadores na extração do sal. Todavia, essa leitura, poderá servir de ponto de partida para muitas reflexões, tanto na escola básica como na formação inicial do professor de diferentes áreas do conhecimento. É, pois, com esse objetivo que convido os leitores para um encontro com nossa História ainda pouca contada.

# LEMBRANÇAS DE MACAU

Maria da Conceição Fraga<sup>3</sup>

Lembrar Macau nas décadas de 1950 e 1960 é evidenciar o papel destacado de indivíduos e do sujeito coletivo Sindicato dos Trabalhadores na Extração do Sal de Macau, sobretudo, de lideranças, de suas lutas por direitos e conquistas que permitiram mudar a configuração social da comunidade local.

Minhas lembranças são idílicas, românticas, diferentemente das lembranças dos protagonistas – que são permeadas de vivências intensas com todos seus sabores e dissabores. De minha parte, é um olhar de quem presenciou os acontecimentos ainda criança, mas um olhar privilegiado de quem nasceu e morou durante toda a infância e o início da adolescência na Rua do Cruzeiro, exatamente na casa em frente ao Sindicato, palco de reuniões e mobilizações dos trabalhadores.

Em minha casa, ouvi inúmeros relatos sobre esses acontecimentos feitos pela minha mãe (Mariinha de Zé Roxinho), e isso me motivou e me inspirou colaborar com este livro. Afinal, quando fiz o mestrado e o doutorado sobre militância política, ouvia sempre minha mãe dizer: “Você fala isso desse pessoal, imagina se soubesse o que fez Venâncio e Floriano no Sindicato de Macau”. Eis que ela tinha absoluta razão: minhas memórias da Rua do Cruzeiro eram

<sup>3</sup> Graduada em Ciências Sociais/Sociologia e Ciência Política/UFRN, professora de História do Brasil Contemporâneo/UFRN, Mestre em Ciências Sociais/UFRN, Doutora em Sociologia/UFC, autora do livro *Estudantes, Cultura e Política: a experiência dos Manauaras* (1996) e atualmente faz Graduação em Direito/Uninassau e Especialização em Direito Penal e Processual Penal/UNI-RN.

de uma criança, mas, hoje, na condição de professora, e, após este livro, fica claro que, trata-se da trajetória de coerência política de Venâncio e Floriano, atributo raro da militância política na atualidade. Em suas narrativas, minha mãe mencionava os motivos da vinda para a capital: buscar escola para o meu irmão mais velho, Sérgio, que findou estudando na Escola Técnica Federal do Rio Grande do Norte (ETFRN).

Talvez seja esse o mesmo motivo de várias famílias da Rua do Cruzeiro também terem vindo para Natal, no início dos anos 1970, e passarmos a ser vizinhos novamente, agora na capital. As lembranças da minha mãe eram compartilhadas com outros olhares, como os expressos pelos depoimentos de meu irmão Sérgio e de tantos macauenses que frequentavam nossa casa em Natal.

Minhas memórias sobre a Rua do Cruzeiro registram com nitidez a cena cotidiana ao abrir a porta da frente da minha casa, um prédio imponente se destacando diante: das casas, com um morador especial que tomava conta do prédio, Baltazar – Zazá; da “escola Padre Penha” e do Cruzeiro, lugar religioso. A calçada do Sindicato era um espaço de brincadeiras das crianças da rua (Corda, Figurinha, Biloca, Tô no Poço, Garrafão, Jogo das Pedras, Forca, Tica, Boneca de Milho, Boneca de Papel, Boneca de Pano, entre tantas outras que neste momento fogem à lembrança).

Às vezes, essas brincadeiras eram interrompidas pelos cozinheiros na casa de Dona Dina e Seu Zé Bezerra (filho de Venâncio Zacarias de Araújo), sob o comando de Ana de Miriam de Chico Euzébio, Darci e Íris (filhas de José Bezerra de Araújo), Neidinha de Maria de Venâncio; ou para assistir à TV na casa de Chaguinha



de Ticó, Jerônimo – O Herói do Sertão, Rim Tim Tim, Tom e Jerry, A Pantera Cor de Rosa, Fred e Barney, Guarda Belo, Daniel Boom, Os Flintstones, entre outras programações que também fogem à lembrança; ou pelos “Assustados”<sup>4</sup>, na casa de Ana de Miriam com músicas de Roberto Carlos, Erasmo Carlos, Jerry Adriani, Wanderléia, Renato e Seus Blue Caps, Vanusa, Ronnie Von, *The Beatles*, Odair José e outros; ou pelas aulas de reforço com minha professora (e de todos os meus irmãos), a saudosa e querida Dona Maria Degas.

Lembro com amizade, respeito e profunda admiração a presença indispensável de Marilita, que se fazia presente em tudo em minha casa, companhia querida e permanente da minha mãe.

Lembro-me com saudade das participações nas Fadinhas (sob o comando de Dineuza, mas que quase todas nós aqui citadas participávamos). Guardo lembranças fraternas da adolescência do bloco carnavalesco irreverente As Enxutas, criado pelas moradoras da rua (filhas de Zé Bezerra), que contou com minha participação, de Verinha, Lucinha, Zênia, Íris, Irani, Darci, Chaguinha, Ísis, Aída Horácio, Adail, Lindalva, Dilma, com direito a convidadas de Natal, as figuras ilustres da capital, como Maura Regina, Gorete e Silvinha.

Lembro-me de um funcionário que cuidava do Sindicato, Dioclécio, que me deixava brincar com a máquina de escrever; dos banhos na maré na rampa de seu Edvar, próximo à usina na entrada da cidade; dos búzios, sururu e maria-farinha que, junto com Osvaldo (Jerry Adriani) e Antônio (Antônio Marcos), pegávamos, cozinhávamos os frutos do mar e saboreávamos aquela comida divinamente gostosa.

<sup>4</sup> “Festa familiar, improvisada e em que há dança; arrasta-pé” (HOUAISS, 2009).

Lembro com carinho de uma casa da esquina, onde morava o Gago e família – sede antiga do Sindicato; da casa de Dona Jovelina, Mário, Marilita, Ceíça, Marlene, Marilene, Dona Maria Degas, Dedé e Batista; da casa de seu Zé Cabral, Dona Sergina, Maria e Carlinhos (com direito a muitas e maravilhosas apresentações de cantadores e repentistas, além da presença de cordelistas); Manoel Fagundes, Maria e filhos; nossa casa, a casa de Zé Roxinho (meu pai), Mariinha (minha mãe), meus irmãos Sérgio, Verinha, João Maria e Lucinha e os inúmeros agregados como Angelina, Du, Dé, Basto, Dorgival; Tico e Novinha; Euclides, Dona Judilita, Maria, Glória, Estela, Saci, Aluísio e Antônio; Lulinha, Dona Antônia, Djalma, Dércio, Dilson, Deise, Dalvanise e outros; Chico Nunes e família; Dona Lourdes, Zé e Chico Euzébio, Socorro, Nininha, Do Céu, Miriam, Zé Euzébio, Roberto, Neto, Francisco, Aila, Ana e Tica; Adonias, Maria de Venâncio; Neidinha, Memê, Inge e Ivanaldo; Seu Poncinha e família; Chica Epifânia e família; Chaguinha, Ticó, Conceição, Cecília, Dona Cecília e Zé Eudes; Naura e Cananinha, Maninho, Tonho, Adriana e Dilma; Dona Helena, Seu Antônio, Agnaldo, Arnaldo, Aldinho, Adail e Anselmo; Manoel Benício e Dona Zefinha, Dalvinha, Ari, Aldo e Hélio; Adonias, minhas tias Francisca e Socorro e minhas primas Graça, Rosário, Glória e Jesus; Nito, Iracema e Francisco; Raimundinha, Abdias, Gorete, Maria, Tânia, Chaguinha e Dedé; Dedé Pampão; Dona Naldir, Manoel Alves, Zé Eudes, Ângelo, Getúlio, João Maria, Chico, Conça e Maria Luíza; Dona Dina, Seu José Bezerra, Haroldo, Dineusa, Ailton, Ivan, Darci, Íris, Irani, Chaguinha, Helder, Valmar e Ísis; Seu Venâncio, Dona Querubina e Antônio; João Elói, Dona Júlia, Raimundo, Edvar, Davi,

Francisco, Lindalva, João, Mocinha e Do Céu. Na rua perpendicular à Rua do Cruzeiro, lembro com alegria de Mainha (com seus maravilhosos doces – raivas e cocadas); Madrinha Enilde, Padrinho Damundo, Dona Ana, Eliane e Damundinho.

Lembro-me, apetitosamente, do sorvete, algodão-doce, geleia, dindim e poli (tipos de picolé), vendidos pelo seu Manoel Pãozinho.

Lembro-me de um prédio abandonado na esquina, vizinho à casa de Seu João de Elói, onde moravam famílias de ciganos e representava para nós crianças uma área proibida.

De todos eles, guardo alegres lembranças de infância e adolescência.

Minha relação com os protagonistas desses acontecimentos foi firmada logo cedo. Com Floriano Bezerra (e Quinquinha) e Enilde (e Damundo), ainda na infância, tive o privilégio de tê-los como padrinhos e madrinhas. Posteriormente, já na condição de estudante universitária, tive a oportunidade de compartilhar com Floriano, lutas comuns como a campanha das Diretas Já, em 1984, e as que elegeram parlamentares com poderes constituintes, em 1986. Na condição de professora da UFRN, convidei-o para proferir palestra sobre suas memórias acerca do período de autoritarismo.

Foi inspirada nessas memórias que pude colaborar com João Maria Fraga, idealizador do livro, e Fábio Pereira Feitosa, que juntos coletaram as fontes necessárias à construção do texto final. De minha parte, contribuí nas reflexões sobre a memória dos depoentes e o significado das ações. Tudo isso ressaltou a importância deste livro para a historiografia local, uma vez que ele recompõe

o cenário de lutas do sindicalismo brasileiro, destacando a cidade de Macau, no Estado do Rio Grande do Norte.

A partir dessas experiências, reconstruímos espaços institucionais conquistados por meio dessas lutas. Privilegiamos o protagonismo de lideranças sindicais, em particular dos que passaram a ocupar vagas na Câmara Municipal de Macau, na Prefeitura Municipal de Macau e na Assembleia Legislativa do Rio Grande do Norte, sobretudo o carismático Venâncio Zacarias de Araújo, além de Antônio Chagas, Evaristo Lopes e, da maior liderança política de todos eles, Floriano Bezerra de Araújo.

Convido agora o leitor para fazermos juntos uma viagem no tempo, através dos cenários, dos atores e das ações realizadas pelo protagonismo dos trabalhadores na extração do sal em Macau, nas décadas de 1950 e 1960.

# INTRODUÇÃO

A cidade de Macau, município do Rio Grande do Norte<sup>5</sup>, está situada em uma das principais regiões produtoras de sal marinho do Brasil. Atualmente, o sal não é a única atividade econômica do município, cuja receita também é proveniente da extração de petróleo, do gás natural, dos pescados e da atividade turística. Macau vai além de seus atributos naturais. É também importante polo carnavalesco, anualmente, atrai visitantes de diferentes partes do Estado e também do Brasil, incrementando consideravelmente o setor turístico local.

No entanto, cabe ressaltar que a temática central deste livro não está focada em tais aspectos, tão propagados pelos meios de comunicação atuais, pois trata de um período particular – décadas de 1950 e 1960, pouco estudado, pouco divulgado, pouco lembrado pelos seus moradores, mas que marcou a História (LE GOFF, 1996) da cidade e a Memória (HALBWACHS, 1990) de indivíduos (BENJAMIN, 1996) e gerações que realizaram mudanças profundas na paisagem, na política, no cotidiano, nas relações de trabalho, nas relações afetivas, nas relações institucionais. Todo esse processo construiu elos perdidos na memória, na documentação e nos registros (THOMPSON, 1992) que nos permitiram desenhar cenários de uma comunidade e de um povo que tem muito a intercambiar experiências de cidadania.

<sup>5</sup> Parte das informações da pesquisa realizada para a elaboração deste livro foi publicada, inicialmente, em forma de artigo, na revista *Oriente Ocidente* (n. 32, 2015), de autoria de João Maria de Sousa Fraga e Fábio Pereira Feitosa, também autores deste livro. A publicação atendeu a um convite do Instituto Internacional de Macau, através do coordenador José Lobo do Amaral, por ocasião de uma exposição sobre Macau (China) que estava organizando no Brasil.

Os olhares lançados às questões apresentadas neste livro vêm da lupa de dois historiadores e de uma socióloga e professora de História; daqueles que, segundo Napolitano (2014, p. 17), “não são bombeiros nem juízes, não resgatam nem condenam; tentam compreender, criticar, apontar contradições e estabelecer conexões plausíveis, a partir de uma argumentação baseada em indícios deixados pelas fontes”. Nossa função aproxima-se do que Peter Burke<sup>6</sup> entende como função do historiador, isto é, “lembrar a sociedade daquilo que ela quer esquecer”. Foi justamente aproximando-nos dessa posição que iniciamos, em março de 2014, um trabalho de reflexão, produção de fontes e de ressignificação de uma parte importante da História de Macau. Buscamos fazer lembrar para não esquecer; dar visibilidade aos protagonistas desconsiderados pela História oficial.

Os dados que servem de base para este trabalho foram produzidos através de pesquisas bibliográficas, de fontes documentais e de entrevistas semiestruturadas, realizadas com antigos trabalhadores na indústria da extração do sal de Macau, com seus familiares e moradores da Rua do Cruzeiro, local da antiga sede do Sindicato dos Trabalhadores na Indústria da Extração de Sal de Macau, palco das manifestações à época. Além desses participantes, foram também entrevistados funcionários da Companhia de Comércio e Navegação, uma das principais empregadoras da cidade, que compuseram o cenário do mundo do trabalho e do cotidiano desses atores sociais.

<sup>6</sup> Disponível em: <<http://cafehistoria.ning.com/profiles/blogs/dia-do-historiador-19-de>>. Acesso em: 15 dez. 2015.



A pesquisa bibliográfica priorizou reflexões sobre os seguintes temas: Sindicalismo (ANTUNES, 1989, 2004; CÂNDIDO FILHO, 1963; FERREIRA, 1989, 1997; FERREIRA, 1998; MANFREDI, 1996; RODRIGUES 1968; SOUSA, 2002 e outros nominados nas referências); Cidade de Macau (ARAÚJO, 2009; BARROS, 2001; CARMO JR., 2006; CASCUDO, 1995; FERNANDES, 1982; MOURA, 2003; SABINO, 1985; SILVA, 2004, entre outros); Memória e Narrativa (BENJAMIN, 1996; LE GOFF, 1996; HALBWACHS, 1990; THOMPSON, 1992) e História do Brasil (BICUDO, 1984, 1994; Arquidiocese de São Paulo, 1988; CHIAVENATO, 2004; DREIFUSS, 1981; FAUSTO, 1972; FERREIRA; GOMES, 2014; GASPARI, 2006; MORAIS, 2011; NAPOLITANO, 1996, 2014; SANDER, 2013; SKIDMORE, 2010; SODRÉ, 2010; TOLEDO, 1994; TAVARES, 2014 e outros nominados nas referências).

Através da pesquisa documental, consultamos, entre outras fontes, a Constituição Brasileira, a Legislação Trabalhista e Sindical e documentos da Prefeitura Municipal de Macau. As fontes orais foram produzidas por meio de entrevistas semiestruturadas realizadas com ex-sindicalistas, moradores e ex-moradores da Rua do Cruzeiro.

Na produção das narrativas, priorizamos três etapas: a identificação do depoente, o relato de suas experiências e uma reflexão sobre suas ações. Foram entrevistados os seguintes depoentes: Floriano Bezerra de Araújo, 79 anos, viúvo, natural de Macau, ex-deputado e ex-presidente do Sindicato, mora em Natal; Antônio Chagas de Oliveira, 85 anos, casado, natural de Macau, fiscal do Sindicato e ex-vereador, mora em Macau; Evaristo Lopes da Silva, 84 anos, ex-secretário do Sindicato e ex-vereador, casado, natural

de Macau, mora em Natal; Francisco Barbalho, 86 anos, natural de Macau, mora em Macau, e Pedro Gregório, 69 anos, natural de Macau, mora em Natal, ex-funcionários das salinas; Francisco de Assis Miranda, 78 anos, casado, natural de Macau, ex-funcionário da Companhia de Comércio e Navegação, mora em Natal; José Almeida Fraga, 94 anos, viúvo, natural de Macau, ex-morador da Rua do Cruzeiro; Enilde dos Santos Pereira, 79 anos, natural de Macau, viúva de Raimundo Fernandes Pereira, motorista do Sindicato, mora em Macau; Jovelina Barbosa de Oliveira, 79 anos, viúva, nasceu e continua residindo em Macau; atuais moradores da rua onde funcionava o Sindicato dos Trabalhadores na Indústria do Sal de Macau<sup>7</sup> e que foi palco dessas manifestações.

Para a realização deste livro, visitamos os seguintes locais na cidade de Macau: as salinas; a Rua do Cruzeiro; a Ilha de Santana; o Centro Histórico, a Igreja Nossa Senhora da Conceição; o bairro Porto do Roçado; o Museu José Elviro<sup>8</sup> (também conhecido como Museu João de Aquino); a Praia de Camapum, entre outros. O objetivo foi identificar os espaços vivenciados pelos protagonistas dos relatos dessas lutas e as mudanças ocorridas na cidade, desde as lutas dos trabalhadores nas salinas até os dias atuais. Tudo isso, visando identificar, nos relatos, elos perdidos entre Macau das décadas de 1950 e 1960 e os dias atuais, pois o Sindicato foi palco de manifestações e lutas e cumpriu papel importante enquanto instrumento de busca de direitos. No entanto, a entidade não sobreviveu com a mesma natureza reivindicatória após a implantação

<sup>7</sup> O espaço onde funcionou o Sindicato, hoje abriga o Instituto Nacional do Seguro Social (INSS).

<sup>8</sup> O nome do museu é uma homenagem do idealizador do espaço, João de Aquino, ao seu pai.

do Estado de Exceção, que impedia a livre organização, a liberdade de expressão e a luta por direito dos trabalhadores.

Para melhor apresentar o texto ao leitor, dividimos o trabalho em quatro capítulos. O primeiro trata da cidade, suas origens, sua importância econômica, política e social para o Estado; e a produção do sal e sua importância para a cidade de Macau. O segundo trata das salinas, suas peculiaridades, as condições de trabalho e o cotidiano dos trabalhadores. O terceiro aborda a luta dos trabalhadores por direitos, a criação da Associação dos Homens que Trabalham no Sal, o Sindicato dos Trabalhadores na Indústria Extração de Sal de Macau e sua importância para a cidade. No quarto capítulo, abordamos o período de repressão que viveu o país, o desmantelamento do Sindicato e a dispersão de suas lideranças.

## CAPÍTULO I

# ANTIGOS CAMINHOS DO MAR

Quem não luta por seus direitos  
não é digno deles.

**Rui Barbosa**

**N**este capítulo, destacaremos a localização e a importância econômica da cidade de Macau, a ocupação e o desenvolvimento da cidade, destacando a relação do homem com o sal, desde os tempos antigos aos dias atuais, tanto do ponto de vista econômico como cultural. Por fim, trataremos do processo de produção do sal.



EVANGELISTA, M. S. O.



A Noiva do Sal 2015

## Localização e economia da cidade de macau

No Rio Grande do Norte, as salinas macauenses destacam-se como um dos maiores polos produtores de sal marinho do Brasil. Conforme Silva (2004), este Estado e os Estados do Rio de Janeiro e Ceará são os principais produtores desse mineral no país, em níveis de volume e produção.

Inspirados no mestre Câmara Cascudo, que chamou a cidade de Natal de “Noiva do Sol”<sup>9</sup>, no poema “Cheias de Luar”, do Padre José Luiz da Silva, que descreveu o cenário da região salineira, e também pela própria imagem que fazemos de Macau, intitulamos o primeiro capítulo de “A Noiva do Sal”.

Com o favorecimento da natureza, ao adentrar a cidade, temos a sensação de que estamos caminhando na superfície do seu véu, de retorno a nossa casa, sempre nos recebendo e dando as boas-vindas, sob a testemunha da brisa salineira, acompanhada de blocos brancos e brilhantes, festejando nossa chegada.

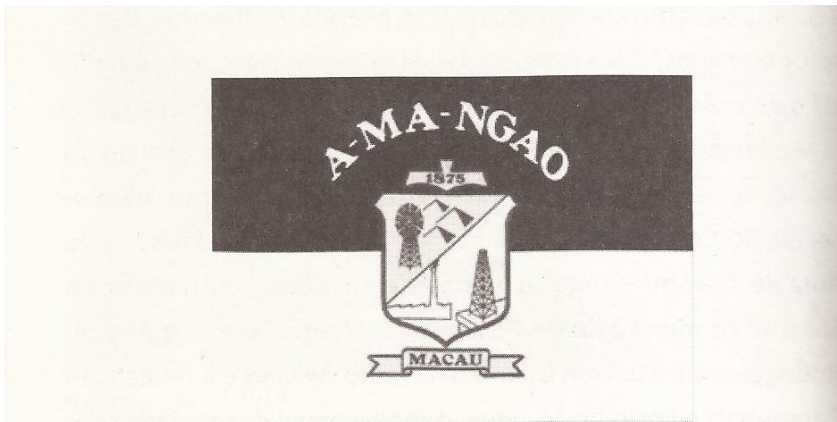
A cidade de Macau está situada no Estado do Rio Grande do Norte, na região Nordeste, na microrregião de Macau, na mesorregião Central Potiguar e no Polo Costa Branca. Possui uma área de 788 km<sup>2</sup>. Limita-se ao Norte com o oceano Atlântico, ao Sul com os municípios de Pendências, Afonso Bezerra e Alto do Rodrigues, a Leste com Guimarães e Pedro Avelino e a Oeste com Carnaubais e Porto do Mangue. A média anual da umidade relativa do ar é de 68%, com temperatura máxima de 35°C, média 27,2°C e mínima

<sup>9</sup> 1983. “Natal vista por Luís da Câmara Cascudo”. *Diário de Natal/O Poti*, 16 out. 1983.



de 20°C. O índice de precipitação pluviométrica (m<sup>2</sup>) é de 390 mm. Conforme o censo realizado pelo IBGE, em 2010, sua população é de 28.954 habitantes<sup>10</sup>.

De acordo com Cascudo (1968 apud MOURA, 2003), a cidade de Macau recebeu este nome desde o ano de 1797, por influência chinesa, devido à colonização portuguesa ter ocorrido no Brasil e também em uma cidade da China denominada Macau. Segundo o folclorista, esse nome surgiu do termo chinês A-MA-NGAO e significa “Porto ou Abrigo da Alma, deusa dos navegantes”.



Bandeira oficial do município de Macau-RN

<sup>10</sup> Disponível em: <[http://macau.rn.gov.br/?page\\_id=47](http://macau.rn.gov.br/?page_id=47)>. Acesso em: 12 jan. 2014.

## Ocupação e desenvolvimento da cidade

Macau originou-se a partir de povoamento feito pelos portugueses. Foi importante entreposto comercial e destacou-se na economia do Rio Grande do Norte. Contou com personagens importantes como Manuel Gonçalves, que deu nome à extinta ilha. Com o avanço das águas do mar, a ilha desapareceu, redefinindo o espaço geográfico daquela região (MOURA, 2003).

*A Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte*<sup>11</sup> registra as origens da cidade, destacando o período em que fez parte do município de Assu, desde 1783, bem como o momento em que fez parte dos municípios de Santana do Matos e de Angicos. Esse periódico registra, ainda, que foi somente a partir da Lei nº 158, de 2 de outubro de 1847, que o município de Macau alcançou o estatuto de cidade, em 1875, por meio da Lei nº 76, daquele ano.

Moura (2003) afirma que Macau surgiu com a Rua da Frente (atuais ruas Augusto Severo e Barão do Rio Branco), sendo ali construídas as primeiras casas e armazéns. Ainda segundo esse autor, gradativamente foram sendo incorporados naquele espaço edifícios municipais, como o Paço Municipal, o Cemitério Público, a Cadeia, a Casa de Mercado e o Matadouro Público. A iluminação pública à base de lampiões a querosene foi inaugurada em 1870, sendo utilizada até o ano de 1924. Em 1895, foram instalados em Macau os primeiros telégrafos.

<sup>11</sup> *Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte*, volumes XXXV a XXXVII, p. 123, 1940.



Alguns autores, como Carmo Júnior (2006), afirmam que até meados de 1940, a cidade de Macau resumia-se a um território menor do que seu principal bairro, o Centro. Além desse espaço, Macau também possuía um subúrbio, sendo este constituído por duas regiões: Porto do Roçado (atual bairro Porto de São Pedro) e Valadão.

De acordo com Barros (2001), até 1940, a cidade de Macau era um local calmo, no qual se registravam poucas ocorrências, sendo estas concentradas no centro da cidade. Estudos realizados posteriormente mostraram que a partir da década de 1950, período que coincide com o incremento da economia local pela intensa atividade salineira, Macau passou a ser considerada como uma cidade violenta (MOURA, 2003).

Ao analisarmos as causas do aumento dessa violência, concluímos que essa situação resultou de um conjunto de fatores, em grande medida, ligados à atividade salineira. A intensificação dessa atividade resultou na absorção da mão de obra local e adjacente, gerando assim um significativo aumento demográfico. Esse aumento, associado ao também aumento da receita fiscal do município, possibilitou o aparecimento e a difusão de espaços como o “Beco das Quatro Bocas”, a “Coreia” e “o Mata Sete”, isto é, locais apontados pelo antigo morador de Macau, José Almeida Fraga<sup>12</sup>, como sendo o baixo meretrício da cidade. Ao se remeter a esses locais, Moura (2003) afirma que eles eram caracterizados por concentrações de botequins, de prostitutas e de homens bêbados,

<sup>12</sup> Entrevista concedida aos autores. Natal, 22 de fevereiro de 2014.

que portavam consigo facas afiadas, conhecidas popularmente como peixeira, em virtude de um de seus vários usos.

As décadas de 1940 a 1960 figuram como um momento de desenvolvimento econômico privilegiado da cidade de Macau (BARROS, 2001), visão corroborada pelo ex-funcionário da Companhia de Comércio e Navegação, Francisco de Assis Miranda<sup>13</sup> (mais conhecido como Brizola), nessa época, Macau tornou-se uma das mais importantes economias do Estado.

Assim como em todo espaço urbano, a cidade de Macau foi caracterizada pela hegemonia política e administrativa de uma determinada área sobre as demais: o seu principal bairro, Centro. Para Carmo Júnior (2006), essa hegemonia é fruto da acessibilidade a esse bairro, e sua consolidação ocorreu durante o processo de urbanização do município. Entre os bairros periféricos, destacam-se: Porto de São Pedro, Valadão e Nossa Senhora dos Navegantes.

---

<sup>13</sup> Entrevista concedida aos autores. Natal, 22 de março de 2014.

## CAPÍTULO II

# SALINAS E SAL

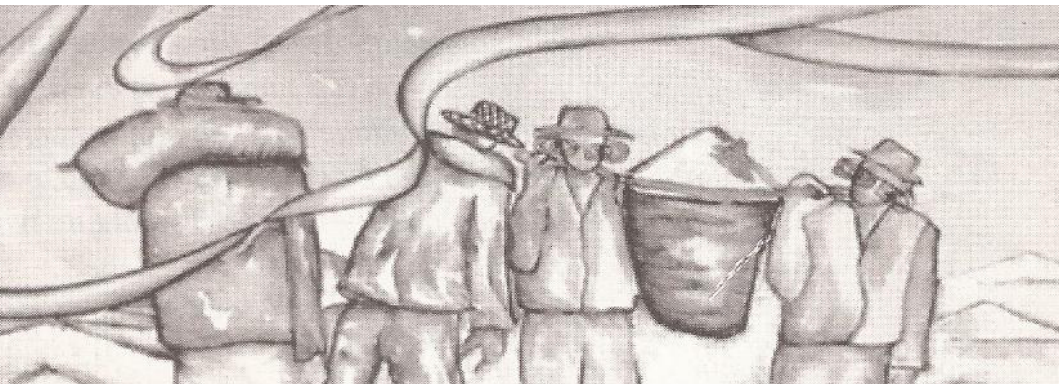
### Profecia

Quando eu nasci, por interesse ou vaidade,  
uma mulher que praticava salimancia  
e que morava em Canafístula,  
derramou sal sobre a mesa  
e interpretou a forma e a direção das figuras.  
Depois, soleníssima, profetizou o meu destino:  
“A tua sina é amar as salinas!”.

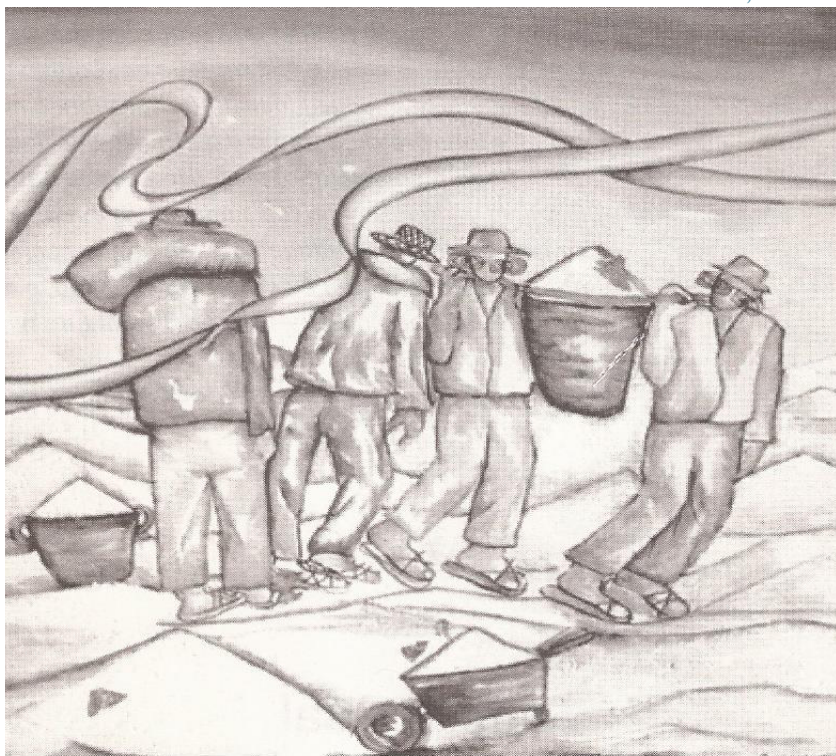
Por isso, quando a saudade bate, eu a mim confesso:  
o sal que habita em mim é pedra, não caminho, passa-  
do que não passa – mesmo distante do ninho.

**José Saddock de Albuquerque**

**N**este capítulo, inicialmente, apresentamos uma reflexão sobre a historicidade do sal, mostrando sua funcionalidade. Em seguida, tratamos das condições de trabalho nas salinas de Macau e consideramos depoimentos de pessoas diretamente ligadas às situações por elas mesmas descritas.



EVANGELISTA, M. S. O.



Sangue, suor e balaio, 2015

## História do sal

O sal vem sendo utilizado desde os primórdios da humanidade, estando presente em diversas culturas em tempo e espaço distintos, como por exemplo, nas civilizações babilônica, egípcia, chinesa e nos grupos ameríndios. Para Silva (1966), em todo o mundo civilizado, o sal sempre se constituiu em um produto de primeira necessidade.

Ao longo da História<sup>14</sup>, o sal foi visto com significados distintos por diferentes povos, sem minimizar a sua importância natural. Os egípcios o consideravam um produto sagrado; os romanos, na Antiguidade, utilizavam-no como parte integrante do pagamento dos soldados, o que explica a origem da palavra soldo (salário), bem como o tratavam como símbolo de sabedoria, utilizando-o em rituais com recém-nascidos. Nesses rituais, o mineral era espalhado sobre as crianças, desejando-lhes sabedoria ao longo da vida. Adaptando esse ritual, a Igreja Católica passou a usar pequenas pedras de sal no ritual do Batismo.

O sal tornou-se alvo de inúmeras disputas em diferentes países. A literatura destaca o conflito ocorrido por volta de 250 a.C., entre Roma e Cartago, na busca do monopólio da produção. O imperador chinês Han Wu Di, por volta de 110 a.C., iniciou o monopólio comercial do sal, tipificando como crime a “pirataria de sal”, estando sujeito à pena de morte quem o cometesse. A Revolução Francesa, em 1789<sup>15</sup>, foi também influenciada pelo monopólio

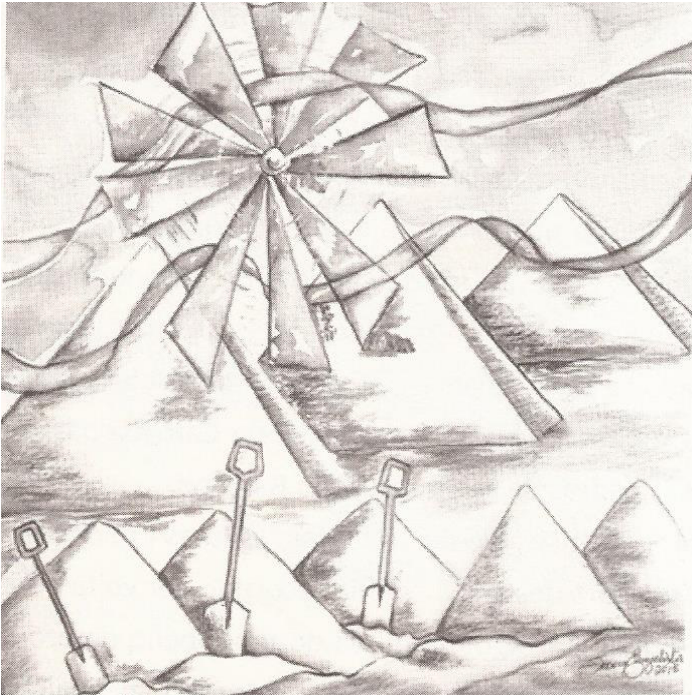
<sup>14</sup> Disponível em: <<http://super.abril.com.br/comportamento/salario>>. Acesso em: 15 dez. 2015.

<sup>15</sup> NORSAL. O sal na história. Disponível em: <<http://www.norsal.com.br/osal/historia.html>>. Acesso em: 23 out. 2014.

e pelos impostos sobre o sal. O aumento de uma taxa criada em 1340, intitulada *gabelle*, foi um dos fatores que contribuiu para desencadear a revolução na França. No Brasil, especialmente no Nordeste, no início do período republicano, ocorreu uma disputa territorial entre o Rio Grande do Norte e o Ceará, e o que estava em jogo era a região de Grossos, importante espaço produtor de sal. Esse produto era imprescindível para a produção de carne de sol cearense. Em 1901, a Assembleia Estadual do Ceará transformou a região de Grossos em uma de suas vilas, anexando-a a seu território, gerando um conflito entre os dois Estados. Essa disputa perdurou até a década de 1920, sendo o Rio Grande do Norte vitorioso, anexando Grossos ao seu território<sup>16</sup>.

<sup>16</sup>Sobre o assunto, consultar SOUZA, Itamar de. *A República Velha no Rio Grande do Norte (1889-1930)*. Brasília: Centro Gráfico do Senado, 1989 e FERNANDES, Saul Estevam. *O (in)imaginável elefante mal-ajambrado: a questão de limites entre o Ceará e o Rio Grande do Norte e o exame da formação espacial e identitária norte-rio-grandense na Primeira República*. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2012.

EVANGELISTA, M. S. O.



Pirâmides de sal, 2015

## Economia salineira no Brasil e no Rio Grande do Norte

O sal foi importante produto mercantilista para a Coroa Portuguesa e está inserido na política mercantilista que marcou o Antigo Regime, sendo o produto decisivo dessa política (FERNANDES, 1982). Nesse período, o Brasil foi proibido de desenvolver manufaturas e indústrias, entre elas a do sal, razão pela qual esse produto tornou-se monopólio português. A respeito disso, afirma Caio Prado Jr. (1976, p. 104): “O sal marinho constituía monopólio



da Coroa Portuguesa, tendo sido um dos mais pesados e onerosos que a colônia teve de suportar, pois afetava um gênero de primeira necessidade, encarecendo-o consideravelmente”.

Conforme esse autor, a produção do sal brasileiro era dificultada pela Coroa Portuguesa, que visava criar defesas para esse monopólio. No Brasil, a distribuição do sal, àquela época, era feita por meio do sistema de arrematação por contratadores. Esse sistema facilitava a criação de artifícios para elevar o preço do sal. A ineficiência dos meios de transporte era determinante na definição dos preços do produto (FERNANDES, 1982). No Brasil, esse monopólio existiu até meados de 1802. Para Caio Prado Jr. (1976, p. 104):

A partir da segunda metade do século XVIII, a situação econômica internacional voltou-se inteiramente contra as monarquias ibéricas. O antigo sistema colonial, fundado naquilo que se convencionou chamar o pacto colonial e que representa o exclusivismo do comércio das colônias para as respectivas metrópoles, entra em declínio. Prende-se isto a uma transformação econômica profunda: é o aparecimento do capitalismo industrial em substituição ao antigo e decadente capitalismo comercial.

O fim do monopólio do sal no Brasil foi resultado de diferentes fatores, entre os quais ressaltamos a pecuária no Norte agrário<sup>17</sup> e a mineração no Leste do Brasil. Tudo isso influenciou a

---

<sup>17</sup> O conceito de Norte agrário refere-se à parte da atual região Nordeste, tendo vista que no tempo do Império a divisão geográfica do Brasil limitava-se ao Norte e ao Sul do país.



demanda de vários produtos, inclusive do sal. A Coroa Portuguesa ficou impossibilitada de garantir o abastecimento desse produto, eliminando o monopólio comercial sobre o sal brasileiro. O aparecimento do capitalismo industrial foi um dos fatores que contribuiu para esse declínio. No período de 1808 a 1859, a indústria salineira norte-rio-grandense praticamente não progrediu, atendendo basicamente às necessidades do consumo humano e animal do país. O ano de 1859 é marcado pelo crescimento de um novo ciclo do monopólio comercial sobre o sal, controlado pela Companhia Nacional de Salinas Mossoró-Açu, que conseguiu, junto ao Governo, monopolizar a exploração de sal nos terrenos de Marinha em Macau e adjacências (FERNANDES, 1982).

Essas concessões representavam um monopólio sobre os terrenos salíferos ainda não aforados nas áreas mencionadas, como consta no Decreto Imperial nº 10.413, de 26/10/1889, concedido a Antônio Coelho Ribeiro Roma<sup>18</sup>. O final dessa permissão possibilitou a expansão do contingente de salineiros potiguares e a abertura da indústria local para grupos oriundos do eixo Rio-São Paulo (FERNANDES, 1982).

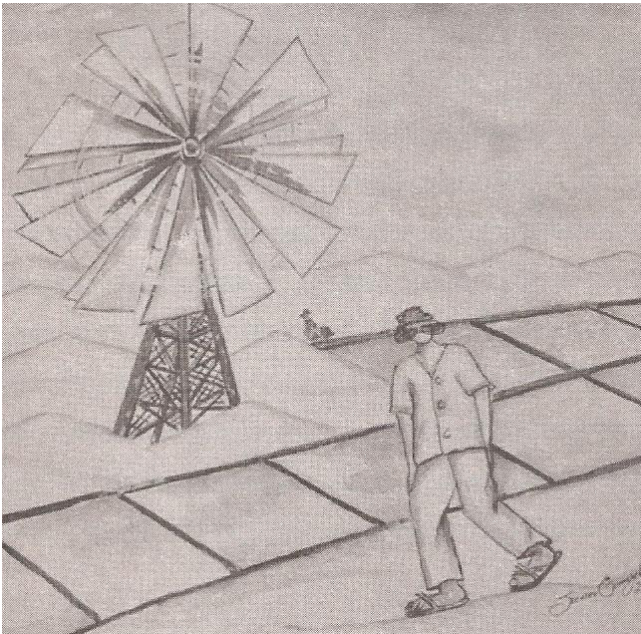
A economia está integrada a fatores distintos, por exemplo, na industrialização das salinas potiguares, devido ao contexto político e econômico nacional. Esse fenômeno é observado na literatura a partir dos anos 1950, quando diversos setores da economia brasileira, direta ou indiretamente, foram estimulados pelo Plano de Metas. Esse programa governamental, que tinha como lema

<sup>18</sup> *Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte*, volumes XXXV a XXXVII, p.232, 1940.

“Cinquenta anos em cinco”, definiu como prioritárias 31 metas, foi um dos principais responsáveis pelo crescimento da indústria brasileira. Para Pierucci (2007, p.100),

[...] é sintomático que o famoso Programa de Metas do Governo Kubitschek não tenha tratado de questões gerais de política monetária e fiscal, bem como de modo apenas fragmentário do problema do setor externo da economia brasileira. Mesmo problemas econômicos gerais de financiamento do setor público praticamente não foram tratados, a não ser em termos dos específicos e vultosos investimentos em transporte e energia.

EVANGELISTA, M. S. O.



Moinho de sal, 2015

O Plano de Metas beneficiou a indústria salineira potiguar, considerando que o programa governamental citado anteriormente favoreceu o crescimento da indústria química em nosso país. De acordo com Fernandes (1982, p.36), esse incremento resvalou nos anseios do parque salineiro do RN, considerando que o sal se constitui em umas das principais matérias-primas desse segmento industrial. Porém, esse parque salineiro, naquele contexto, encontrava-se tecnicamente atrasado frente à ampla expansão do mercado.

Em virtude dos altos custos, advindos da mecanização do parque salineiro potiguar, que se fazia necessária, visando atender a demanda de mercado, o empresariado desse segmento, não dispondo de recursos necessários para tal empreitada, buscou alternativas para superar esse problema. A solução encontrada foi buscar investimentos internacionais para o setor. Isso acabou resultando na gradativa transferência do controle, até então, majoritário dos salineiros brasileiros para as mãos de investidores internacionais, causando, assim, a desnacionalização<sup>19</sup> do parque salineiro.

## Extração do sal em Macau

Refletindo sobre o uso do sal, Silva (1966) afirma que esse produto é amplamente utilizado em nossa civilização e classifica-o, de acordo com suas finalidades: uso doméstico, industrial, agrícola e usos diversos. Segundo o autor, as salinas devem estar situadas em locais onde haja uma forte incidência de ventos. Essa preocupação

<sup>19</sup> Processo pelo qual grupos ou empresas estrangeiras adquirem o controle de uma parcela crescente da economia de um país.

visa facilitar a evaporação da água e, pelo mesmo motivo, elas devem estar localizadas distante de grandes massas líquidas.

A produção do sal depende da ausência de chuvas, motivo pelo qual ocorre entre os meses de setembro e março, devido à temperatura ambiente elevada, característica fundamental para a evaporação da água que resulta no surgimento dos cristais de sal. Sendo assim, a produção é interrompida nos meses de abril a agosto. Nesse intervalo de tempo, o trabalho nas salinas se restringia à limpeza dos cristalizadores, à moagem, ao refino e ao embarque do sal. A mão de obra utilizada na extração de sal nas salinas tradicionais era dispensada, e os trabalhadores voltavam a suas cidades de origem e ao trabalho agrícola. O processo de obtenção do sal é dividido em três fases: agrupamento da água, cristalização do cloreto de sódio e colheita e lavagem.

A obtenção do sal marinho é o resultado final de um longo processo no qual o homem interfere e modifica a natureza, sendo caracterizado pela exposição das águas do mar ao sol e ao vento. Esse processo, segundo Fernandes (1982), é realizado em tanques rasos, nos quais a solução vai atingindo uma concentração cada vez maior, culminado na solidificação. As salinas são constituídas por quatro setores-chave: barragem, cercos, evaporador e cristalizador.

A barragem é responsável por receber as águas advindas do mar, podendo variar de 1.000 a 3.000 m<sup>2</sup> de área por 1 a 2 metros de profundidade. Após atingir certa densidade, a água é distribuída aos cercos. Os cercos são espaços menores, com médias que podem variar de 600 a 1.000 m<sup>2</sup> por 80 cm a 1m. Na sequência do seu curso, a água é novamente transferida para o evaporador, onde

começa sua cristalização. O evaporador possui uma extensão de 400 a 800 m<sup>2</sup> e cerca de 50 cm a 1 m de profundidade. Ao chegar ao evaporador, a água atinge uma gradação de 24º a 25º Baumé<sup>20</sup> e começa a cristalizar. A etapa seguinte ocorre nos cristalizadores, onde a água fica até solidificar-se (FERNANDES, 1982).

Para Antunes (2004), o trabalho pode ser visto como ponto de partida do processo de humanização. A sociedade capitalista transforma esse trabalho em trabalho assalariado, alienado, convertendo assim uma finalidade social em um meio de subsistência. Partindo desse pressuposto, acreditamos que os trabalhadores da indústria salineira macauense, procurando prover o seu sustento e de seus dependentes, exploravam o meio no qual estavam inseridos e eram explorados do ponto de vista trabalhista. Existiam dois tipos de trabalhador, ambos oriundos das mesmas camadas sociais. Um advindo da periferia de Macau, situada nas adjacências das salinas, e outro, proveniente das cidades vizinhas, tais como Assu, Pendências, Pedro Avelino etc. Em geral, eram agricultores, que, em decorrência da seca, encontravam nas salinas uma forma de garantir seu sustento e o de sua família. Tudo isso possibilitou a existência de um elevado número de trabalhadores que se submeteram a precárias condições de trabalho.

À época, iniciava-se a vida profissional muito cedo, e geralmente no mesmo ofício dos pais. Dessa forma, a renda obtida pela população infantojuvenil era um complemento da renda familiar.

<sup>20</sup> Baumé é uma escala hidrométrica, criada no ano de 1968, para medição de densidade de líquidos.

Sobre esse assunto, vejamos o que diz o ex-trabalhador na extração do sal, Francisco Barbalho<sup>21</sup>, conhecido como Tichico:

Comecei a trabalhar nas salinas com meus 16 anos, era de um jeito que eu nem podia carregar o balaio, nesse tempo eu morava em Pendências e como lá não tinha trabalho, todo mundo da região vinha trabalhar nas salinas de Macau [...].

Tudo isso somava-se a outras condições precárias de trabalho que culminaram com a criação do Sindicato dos Trabalhadores na Indústria da Extração do Sal de Macau, um importante instrumento de luta.

Ainda no tocante ao trabalho de crianças e adolescentes nas salinas, o ex-auxiliar de cozinheiro e também ex-trabalhador na extração de sal, em Macau, Pedro Gregório<sup>22</sup>, afirma:

Comecei a trabalhar por volta dos 13 pra 14 anos [...] papai trabalhava na salina e meu tio era o encarregado, a minha primeira função foi auxiliar de cozinheiro. Eu atravessava a maré por cima de umas pranchas pra ir buscar lenha pra cozinhar a comida dos trabalhadores [...] o meu dia a dia era acordar de 1 hora da manhã pra limpar as latas pra fazer a comida dos salineiros, aí de meio-dia eles vinham almoçar [...].

São inúmeros os relatos de trabalhadores que se inseriram no mundo do trabalho ainda na infância ou adolescência, assumindo

<sup>21</sup> Entrevista concedida aos autores. Macau, 15 de março de 2014.

responsabilidades de adulto. É o que afirma, por exemplo, o ex-trabalhador na extração do sal, ex-fiscal do Sindicato dessa classe e ex-vereador de Macau, Antônio Chagas<sup>23</sup>:

Era duro demais, trabalhei muitas vezes com água pelo joelho e depois ia carregar sal pros aterros, e o conferente ficava só olhando, naquele tempo a gente não tinha direito a nada. Quando eu comecei a trabalhar, eu era menor de idade, nesse tempo eu lavava os aterros pra não deixar entrar poeira no sal [...].

As narrativas revelam memórias de jovens que iniciaram suas atividades laborais numa idade precoce, ou seja, memórias marcadas por jornadas intensas de trabalho.

A memória é por natureza seletiva, pois, lembrar é, simultaneamente, um ato de esquecimento. A memória dos trabalhadores das salinas de Macau mostra as condições de trabalho de crianças e adolescentes e, ao mesmo tempo, a seriedade e responsabilidade assumidas por eles diante da família e do empregador.

Francisco Barbalho ressalta a busca de emprego, objetivando prover a família; Pedro Gregório descreve cenas de sua extensa jornada de trabalho; e Antônio Chagas relembra o período em que exercia suas atividades nas salinas em condições precárias. Há um ponto em comum em todas as narrativas: o trabalho descrito é apropriado para adultos, e não para crianças e adolescentes, dadas as condições desfavoráveis a qualquer trabalhador.

<sup>22</sup> Entrevista concedida aos autores. Natal, 28 de janeiro de 2015.

<sup>23</sup> Entrevista concedida aos autores. Macau, 16 de março de 2014.

Sobre a falta de opções e perspectivas entre os trabalhadores e moradores do entorno das áreas salíferas de Macau, o também ex-trabalhador na extração do sal, ex-secretário do Sindicato dos Trabalhadores na Extração do Sal de Macau e ex-vereador de Macau, Evaristo Lopes da Silva<sup>24</sup>, afirma: “Não tinha outra coisa pra trabalhar. Era trabalhar na salina ou ficar vagabundo por aí”.

Como podemos observar, o depoente revela com naturalidade um discurso que predominava no Brasil e, certamente, entre os trabalhadores macauenses. Tratava-se da valorização do trabalho, do emprego de carteira assinada, da organização sindical, do cumprimento da Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT). Tudo isso para mostrar a importância do trabalhador na construção de um país mais desenvolvido.

Ao analisarmos a afirmação do depoente, percebemos características absorvidas pelo discurso trabalhista varguista, divulgado por meio do Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP). Em virtude disso, o governo, entre outras estratégias propagandistas, buscava criar meios para enaltecer o trabalho. A gestão Vargas buscou elementos legitimadores para o seu discurso, bem como para as suas práticas, mobilizando diferentes atores sociais, tais como: intelectuais e artistas. O objetivo era propagar a sua ideologia nas diferentes camadas sociais. Além disso, era interesse do governo combater correntes contrárias ao seu projeto político.

A gestão Vargas mobilizou diferentes segmentos sociais, e uma das estratégias utilizadas para difundir suas ideias junto

<sup>24</sup>Entrevista concedida aos autores. Natal, 22 de março de 2014.



às massas foi a realização de festivais musicais. A cultura foi o elemento amalgamador desse governo que pretendia unificar um país territorialmente grande (com extensas fronteiras com diferentes países e com populações indígenas nas regiões Norte e Oeste); culturalmente diverso e politicamente disperso. Naqueles festivais, premiavam-se as letras afinadas com o pensamento varguista. Para Franklin Martins<sup>25</sup>, alguns compositores desse período vislumbravam nesses festivais uma forma de agradar as elites da época, bem como alcançar o tão sonhado sucesso.

Para ilustrar a importância da valorização do trabalho para o governo Getúlio e para aquelas gerações, apresentaremos o conteúdo de algumas composições musicais que expressam com fidelidade esse sentimento, presente também entre os trabalhadores macauenses. Dentre estas, destacamos a canção “Bonde de São Januário”, escrita nos anos 1940, de autoria de Wilson Batista e Aatullo Alves. Sua versão final foi resultado da intervenção do DIP:

Quem trabalha é quem tem razão  
Eu digo e não tenho medo de errar  
O bonde de São Januário leva mais um operário:  
Sou eu que vou trabalhar

Antigamente eu não tinha juízo  
Mas resolvi garantir meu futuro  
Mas hoje eu penso melhor no futuro  
Vejam vocês:

<sup>25</sup> Disponível em: <[http://www.franklinmartins.com.br/som\\_na\\_caixa\\_gravacao.php?titulo=cancao-do-trabalhador#>](http://www.franklinmartins.com.br/som_na_caixa_gravacao.php?titulo=cancao-do-trabalhador#>). Acesso em: 03 jan. 2015.

Sou feliz, vivo muito bem  
A boemia não dá camisa a ninguém  
É, digo bem<sup>26</sup>

Na letra dessa canção, observa-se, entre outros aspectos, a apologia que ela faz ao trabalho, a valorização e a segurança que ele possibilita aos trabalhadores, ressaltando a importância deles na sociedade, sentimento também compartilhado por Evaristo Lopes da Silva, trabalhador nas salinas de Macau. Sua fala evidencia a influência do discurso trabalhista, explicitando o combate à malandragem. Nas palavras do depoente, o malandro dessa época é descrito como “vagabundo”.

Nesse período, a malandragem era tipificada legalmente como contravenção penal, regulamentada no Decreto-Lei nº 3.688, de 3 de outubro de 1941<sup>27</sup>. Se por um lado o governo Vargas, como parte de sua estratégia de legitimação de seu discurso, incentivava a criação dos sambas-exaltação, que ressaltavam as belezas naturais do país e propagava um ideal de um Brasil unido, por outro, usava o mecanismo da censura para reprimir músicas que, de alguma forma, pudessem estabelecer relações com a malandragem, tão presentes nas canções escritas ao longo das décadas de 1920 e 1930.

Embora o trabalho como ideal fosse valorizado pelo governo, as condições de trabalho não eram condizentes com o discurso vigente. A jornada de trabalho nas salinas, por exemplo, era extensa e levava ao esgotamento físico dos trabalhadores, como ressaltou Francisco Barbalho<sup>28</sup>, ex-trabalhador na extração do sal

<sup>26</sup> Disponível em: <<http://letras.mus.br/wilson-batista/259906/>>. Acesso em: 30 out. 2015.

<sup>27</sup> Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto-lei/Del3688.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/Del3688.htm)>. Acesso em: 07 nov. 2015.

<sup>28</sup> Entrevista concedida aos autores. Macau, 15 de março de 2014.

em Macau: “O serviço naquela época era tão pesado que a gente chegava no rancho pra comer e tinha companheiro nosso que tava comendo numa cuia e acabava cochilando de tão cansado que deixava a cuia cair no chão”.

As condições de trabalho eram tão precárias que um dos momentos mais importantes para o ser humano, o momento da refeição, era realizado em condições insalubres e de intenso esgotamento físico.

A mão de obra utilizada na extração do sal não era qualificada por ser composta de trabalhadores avulsos. Em sua maioria, esses trabalhadores eram analfabetos ou semianalfabetos. De acordo com Fernandes (1982), os trabalhadores das salinas tradicionais eram distribuídos em turmas, constituídas por 12 pessoas e chefiadas por um coordenador. Este era responsável por distribuir as tarefas, bem como pela disciplina, conforme as normas estabelecidas pela empresa e pelo Sindicato. Ao descrever sua jornada de trabalho na extração do sal, nas salinas de Macau, Pedro Gregório<sup>29</sup>, ex-trabalhador afirma:

A gente pegava o carro de mão e uma picareta e quebrava aquele sal, depois juntava as “rumas” de sal pra transportar de dentro do balde pro serrote. [...] Ali só trabalhava quem tinha coragem.

A coragem a que se refere o depoente revela, de um lado, o vigor físico e mental do trabalhador, e de outro, o excesso e a exploração de sua capacidade física e mental por parte do empregador.

<sup>29</sup> Entrevista concedida aos autores. Natal, 28 de janeiro de 2015.

Ou seja, não se trata de um ato heroico, mas da necessidade de sobrevivência do trabalhador. Não por acaso, esses homens “corajosos” lutaram por direitos e institucionalizaram conquistas.

Ao estudar os trabalhadores das salinas, Ferreira (1989) ressaltava suas condições de trabalho e a insegurança e angústia que representavam para o trabalhador. Sabino (1985) também reflete sobre as condições físicas desse trabalhador. Segundo ele, a capacidade produtiva dos trabalhadores das salinas fica comprometida a partir dos 40 anos de idade, reforçando a ideia do seu envelhecimento precoce.

Outro elemento que comprometia as condições de trabalho era a forma de transporte do sal, feito nos chamados balaio<sup>30</sup>. Esse transporte constituía-se em uma atividade massacrante, como bem revelou Evaristo Lopes da Silva<sup>31</sup>: “O trabalho no balaio era terrível. O balaio era carregado nas costas [...] pesava mais 60 kg pra duas pessoas carregar [...] a gente tinha que aguentar, não tinha outro jeito”.

A fadiga é a marca dos depoimentos dos trabalhadores do sal, expressa, nesse caso, no excesso de peso e nas condições precárias de trabalho. Para além das condições físicas, somamos outros fatores que estão relacionados diretamente a tais condições, isto é, a intensa jornada de trabalho e os baixos salários. Todos eles são fatores importantes, mas também não são os únicos. Além deles, existiam as doenças e a insegurança em torno da realização das

<sup>30</sup> Balaio: cesto grande feito de palha, taquara, bambu, cipó etc., us. para transporte ou para guardar objetos; patrona. In: HOUAISS, Antonio. *Dicionário Eletrônico Houaiss*. São Paulo: Objetiva, 2009. 1 CD-ROM.

<sup>31</sup> Entrevista concedida aos autores. Natal, 22 de março de 2014.

atividades laborais. Destacamos, nesse contexto, os problemas de saúde decorrentes daquele ambiente de trabalho. Era comum o surgimento de tumores causados pelo contato direto com a água do mar associada a produtos químicos, conhecida como “água de grau”. Esses tumores eram denominados pelos trabalhadores de maxixe<sup>32</sup>, devido ao seu formato. As partes atingidas do corpo eram, geralmente, os membros superiores e inferiores (os dedos dos pés e as pernas), em virtude do contato direto com a “água de grau”.

As condições precárias no ambiente de trabalho foram se modificando a partir do surgimento do Sindicato dos Trabalhadores na Indústria da Extração de Sal de Macau, pois, a partir de então, o Sindicato passou a exigir equipamentos compatíveis com a extração desse mineral, a fim de garantir a segurança dos trabalhadores. Dentre os equipamentos, exigiam-se botas, para proteger as partes que entravam em contato direto com a “água de grau”. Tudo isso para combater o surgimento dos tumores. Segundo Francisco Barbalho<sup>33</sup>, na ausência de assistência médica, os trabalhadores criaram uma técnica que consistia em proteger as extremidades do corpo com bicos de mamadeira de criança.

A luminosidade do sol era outro fator que causava prejuízos à saúde dos trabalhadores na extração do sal. A luz do sol, associada à cor branca do sal, agredia diretamente a visão do trabalhador. Segundo Floriano Bezerra<sup>34</sup>, ex-presidente do Sindicato e ex-deputado estadual, o uso de equipamentos de proteção dos

<sup>32</sup>“O maxixe é uma hortaliça tradicional no Nordeste [...]. É um fruto originário da África, introduzido no Brasil pelos escravos”. Disponível em: <<http://www.cnph.embrapa.br/hortalicasnaweb/maxixe.html>>. Acesso em: 30 out. 2015.

<sup>33</sup> Entrevista concedida aos autores. Macau, 15 de março de 2014.

<sup>34</sup> Entrevista concedida aos autores. Natal, 22 de fevereiro de 2014.

olhos era previsto em lei, no entanto, esses equipamentos não eram oferecidos pelos empregadores.

O transporte do sal para os navios cargueiros era uma das tarefas cotidianas dos trabalhadores. Consistia em deslocar o sal das salinas até os navios cargueiros, reforçando a precariedade das condições de trabalho. Considerando a grande produção de sal e, por consequência, o grande contingente de trabalhadores, era necessário um elevado número de navios para atender a essa demanda. O sistema de transporte do sal dependia das condições da maré, estendendo-se, dessa forma, as jornadas de trabalho. Ou seja, a jornada de trabalho dependia do ciclo da natureza, podendo ocorrer durante o dia ou durante a noite (SABINO, 1985). O transporte do sal era realizado através de pranchas instáveis de madeira. Nessas condições, os acidentes no ambiente de trabalho eram frequentes.

Diante desse contexto, existia um expressivo número de trabalhadores que abandonava a atividade laboral, ficando impossibilitado de prover o sustento de suas famílias. Isso levava à mendicância ou à dependência financeira de parentes próximos. Essa situação de abandono à qual o trabalhador da extração do sal estava submetido, perdurou até a criação de um órgão representativo, como bem revelou Evaristo Lopes da Silva. A situação era menos dramática, quando ocorria um acidente de trabalho com um trabalhador sindicalizado, pois a direção do Sindicato retirava recursos do próprio órgão para auxiliar aquele trabalhador e sua família.

Sabino (1985), ao tratar dos utensílios e das vestimentas necessários para o desempenho das funções laborais do trabalhador, informa que ele utilizava suas próprias ferramentas, tendo em vista que estas não eram fornecidas pelos patrões. Como também não possuía uniformes apropriados, o trabalhador vestia-se com roupas velhas, chapéu de palha e calçava alpercatas<sup>35</sup>. Sobre isso, dona Jovelina Barbosa de Oliveira<sup>36</sup>, moradora da rua da antiga sede do Sindicato e filha de um ex-trabalhador na extração da salina, afirma: “Papai cansou de acordar logo cedo pra trabalhar, ele teve que trabalhar muitas vezes doente, carregando balaio no ombro, porque senão ele não recebia”.

As lembranças da depoente revelam memórias de uma criança que presenciou as dificuldades do cotidiano do trabalhador no sal para garantir a condição de provedor da família.

A remuneração referente ao labor na extração do sal acontecia semanalmente e era calculada de acordo com a produção individual dos trabalhadores. A respeito disso, Francisco Barbalho (Tichico)<sup>37</sup>, membro de uma família que trabalhava na extração do sal, afirma:

A gente ganhava dinheiro se trabalhasse, se não trabalhasse, a gente não ganhava dinheiro. Você tinha que fazer aquelas rumas de sal e se você não colocasse nenhum balaio de sal, você não recebia nada, aí o feitor mandava pra fora da salina sem ganhar nada.

<sup>35</sup> “Sandália que se prende ao pé por tiras de couro ou de pano”. Fonte: Houaiss (2009).

<sup>36</sup> Entrevista concedida aos autores. Macau, 14 de março de 2014.

<sup>37</sup> Entrevista concedida aos autores. Macau, 15 de março de 2014.

No ambiente de trabalho, havia o rancho, que consistia num espaço de sociabilidade dos trabalhadores e servia como lugar de descanso e de preparação das refeições, denominadas por eles de “boia”. Entre os ingredientes das refeições estavam: feijão, carne seca, farinha, café, bolacha e rapadura, adquiridos nos barracões, uma espécie de mercearia que funcionava no interior das salinas. O horário do almoço era um momento privilegiado, como afirma Pedro Gregório<sup>38</sup>, um dos trabalhadores do rancho:

Eles chegavam muito cansados, tinha deles que ia tomar banho, outros vinham direto almoçar, a gente entregava a boia deles, cada um tinha sua boia marcada, eles comiam, descansavam um pouquinho e voltavam pro balde. Aquele trabalho era duro, você não podia levar um arranhãozinho de nada no pé porque no outro dia tava um buraco por causa da água graduada. Todo mundo reclamava do cansaço, ali só trabalhava quem tinha coragem. [...] na hora de cozinhar a boia, a gente pegava uma lata de querosene e colocava oito ou nove boias dentro, elas eram marcadas, cada trabalhador marcava a sua carne e ao meio-dia a gente entregava, cada um pegava o seu e eles comiam e depois iam trabalhar [...] eram eles que guardavam as carnes deles e todo dia eles davam a quantidade que queriam comer naquele dia e depois guardavam no rancho.

De acordo com Francisco Barbalho<sup>39</sup>, o barracão pertencia ao dono da salina e era administrado por um encarregado. Sobre esse espaço, ele afirma que: “No barracão a gente comprava

<sup>38</sup> Entrevista concedida aos autores. Natal, 28 de janeiro de 2015.

<sup>39</sup> Entrevista concedida aos autores. Macau, 15 de março de 2014.



de tudo, lá tinha bolacha, rapadura, carne, feijão, farinha, açúcar. A gente comprava tudo fiado e acertava tudo no dia do pagamento”.

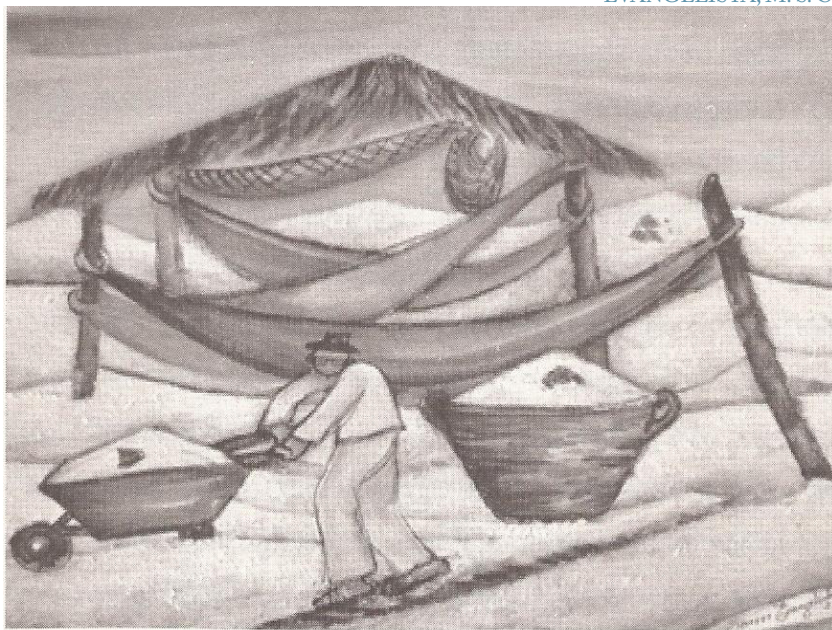
Se para uns, no momento da dificuldade, esse espaço servia como alternativa, para outros, era ali que o trabalhador deixava parte de sua renda semanal. De acordo com o ex-funcionário da Companhia de Comércio e Navegação, Francisco de Assis de Miranda<sup>40</sup>, os barracões “acabavam com os salineiros [sic], porque vendiam tudo por um valor muito alto”, ou, como ele mesmo diz, “pelos olhos da cara”. Ao tratar desse assunto, Sabino (1985) afirma que os “barracões” cobravam valores exorbitantes, se comparados ao comércio em geral.

As condições insalubres que caracterizavam o mundo do trabalhador das salinas e seu ambiente de trabalho, descritas ao longo deste capítulo, serviram como motivação para que esses trabalhadores buscassem, por meio da luta e organização sindical, a conquista de direitos que assegurassem a sua dignidade enquanto pessoa humana.

---

<sup>40</sup>Entrevista concedida aos autores. Natal, 22 de março de 2014.

EVANGELISTA, M. S. O.



Descanso e labuta 2015

### CAPÍTULO III

## AO EMBALO DA BRISA DO MAR

**N**este capítulo, analisaremos a transformação das associações em sindicatos dos trabalhadores no Brasil, no Rio Grande do Norte e em Macau.







Trabalhadores, uni-vos, 2015

## Da Associação ao Sindicato no Brasil

A articulação dos trabalhadores brasileiros em torno de organizações representativas é resultado de vários fatores, entre os quais destacamos a desenfreada busca de lucros pelos empregadores e os interesses do setor patronal. Essa conjunção levava à relação conflituosa entre empregadores e empregados, sendo esta marcada por uma forte repressão. Apesar dessa repressão, os trabalhadores não abandonaram as suas bandeiras de lutas, originando organizações representativas de classe.

A organização dos trabalhadores no Brasil, em torno de associações, pode ser vista como um movimento dividido em diferentes momentos com características diversas. Rodrigues (1968) afirma que a história do sindicalismo no Brasil, até a década de 1960, encontra-se dividida em cinco períodos.

O primeiro período é intitulado de Mutualista e vai do surgimento das primeiras organizações de defesa mútua dos trabalhadores até o ano de 1888. Essa fase é caracterizada pela organização do trabalho livre. De acordo com Rodrigues (1968), ela não deve ser entendida como rigorosamente sindical, muito embora tenha trazido em si os seus elementos embrionários.

A segunda fase da organização dos trabalhadores no Brasil é iniciada no ano de 1888 e se estende até 1919, sendo este momento conhecido como Período de Resistência. Cândido Filho (1982) assegura que essa fase foi marcada pela luta operária, tendo como uma de suas referências teóricas o pensamento de Bakunin, com seu pensamento anarquista.

Para Rodrigues (1968), os anarquistas constituíam o grupo mais ativo e aguerrido, estando inseridos em uma conjuntura de forte repressão policial. Essa fase se caracteriza por intensas atividades sindicais, políticas e culturais no meio operário. Cândido Filho (1982) afirma que essa linha permaneceu hegemônica até o surgimento do Partido Comunista, muito embora a perda da hegemonia do anarco-sindicalismo não tenha representado o seu total aniquilamento.

O terceiro período (1919-1934) é visto por Rodrigues (1968) como um período de transição. Nele, o movimento sindical assume uma faceta acentuadamente política, chegando, inclusive, a buscar uma atuação parlamentar. Esse autor considera que é nesse período que o movimento sindical se torna menos revolucionário e mais reformista.

O quarto período (1934-1945) é intitulado por Rodrigues (1968) de Período de Controle. Manfredi (1996) assegura que a construção da estrutura sindical oficial é resultante não apenas da repressão estatal sobre os sindicatos, mas também fruto de um conjunto de medidas legais. Ainda segundo o autor, o governo Vargas, recém-instalado, mas não consolidado, enfrentava divergências internas, o que acabava impossibilitando a consolidação de uma firme política sindical. Foi, portanto, nesse contexto que criaram instrumentos e dispositivos regulamentadores com vistas ao controle do trabalho. Os sindicatos eram tolerados, desde que cumprissem as normas legais vigentes à época. A criação da Consolidação das Leis Trabalhistas-CLT<sup>41</sup> é vista como uma das principais características

<sup>41</sup> A CLT foi criada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.

desse período. Para Dreifuss (1981), em nome da “paz social”, o Estado Novo intervinha também na regulamentação das forças de trabalho, através das leis trabalhistas.

A legislação trabalhista de Vargas pode ser analisada como paradoxo na vida dos trabalhadores brasileiros, considerando que esta, ao mesmo tempo em que assegurava direitos, como aposentadoria, diminuição da jornada de trabalho, proteção ao trabalho das mulheres e o estabelecimento de um salário mínimo, usava a “concessão” desses direitos para forçar a adesão da massa ao projeto de sindicalização estatal. É importante ressaltar que apenas os trabalhadores devidamente sindicalizados teriam acesso a esses benefícios. Nesse contexto, todo e qualquer sindicato para funcionar, necessitava de autorização do Estado, conferida pelo Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio.

Segundo Rodrigues (1968), o quinto e último período do movimento sindical brasileiro tem início no ano de 1945 e se estende até a instauração do Regime Militar brasileiro, em 1964. Essa fase é intitulada de Período Competitivo. Naquele momento, diversas correntes políticas disputavam o controle do movimento sindical brasileiro. Terminado o Estado Novo, gradativamente, a sociedade brasileira volta à democracia, os sindicatos foram pouco a pouco adquirindo liberdade de atuação. Dreifuss (1981) afirma que, naquele contexto, novos e independentes sindicatos foram criados nos Estados mais industrializados do país.

O Plano de Metas, elaborado na gestão do presidente Juscelino Kubitschek, como vimos anteriormente, beneficiou direta e indiretamente setores da indústria brasileira. Porém, os seus impactos vão

além desse setor, resvalando no movimento sindical. Àquela época, o sindicalismo foi potencializado e começou a desenvolver mecanismos que questionavam a condição de explorado do trabalhador.

Isso ocorre num contexto em que teve início a intervenção estatal na economia e na política brasileira, o que resultou em propostas de reformas estruturais (FERREIRA, 1998). Remetendo-se a esse contexto, Dreifuss (1981, p.43) considera que “o desenvolvimento industrial e a urbanização transformaram a psicologia e a consciência coletiva das classes trabalhadoras”.

A posse do então vice-presidente João Goulart, ao cargo de presidente da República, após a renúncia de Jânio Quadros, em 1961, representou um impulso nas lutas sindicais. Dreifuss (1981) assegura que no início da década de 1960, as greves se tornaram mais frequentes, indicando assim a força crescente e a combatividade das classes trabalhadoras. Segundo Ferreira (1998, p.43), “foi na gestão Goulart que o movimento sindical passou a impor suas propostas de transformação social e a intervir no jogo político”.

Objetivando unificar os trabalhadores brasileiros em uma única organização de luta sindical, foi criado o Comando Geral dos Trabalhadores (CGT). Essa organização buscava combater o peleguismo<sup>42</sup>. Para Antunes (1989), o CGT buscava aglutinar em suas fileiras os sindicatos das regiões Norte e Nordeste, onde se constituíam as bases desse fenômeno do sindicalismo brasileiro. No governo Goulart, o CGT tornou-se a principal entidade sindical

<sup>42</sup> Peleguismo é um termo que surgiu durante a Era Vargas e era utilizado pelos trabalhadores, sobretudo pelas correntes políticas anarquistas e comunistas, para se referir às lideranças vinculadas ao governo por meio do Ministério do Trabalho. Os pelegos eram interlocutores na relação capital-trabalho, e visavam manipular os trabalhadores em prol do Estado.



do Brasil. As mobilizações dos trabalhadores ameaçavam os conservadores dominantes. Isso refletia o *status quo*. No dia 31 de março de 1964, os militares, apoiados pelos conservadores e pelo governo estadunidense, depuseram o presidente João Goulart, implantando uma Ditadura Civil e Militar que durou 21 longos anos (1964-1985).

## Da Associação ao Sindicato no Rio Grande do Norte

No Rio Grande do Norte, como nos demais Estados brasileiros, a articulação dos trabalhadores de diversas categorias teve início a partir das chamadas Sociedades Mutualistas. Cascudo (apud FERREIRA, 1989) assegura que a mais antiga organização de classe de que se tem notícia no Rio Grande do Norte foi fundada em 2 de fevereiro de 1873, na Vila de Canguaretama. Esse período ficou conhecido na literatura como Mutualista.

As sociedades mutualistas no Rio Grande do Norte foram sucedidas pelas Associações Profissionais. De acordo com Ferreira (1989), essas associações surgiram entre as décadas de 1920 a 1930. A primeira associação potiguar desse gênero foi a União dos Operários Estivadores de Natal, fundada em 1 de setembro de 1920 (SOUSA, 2004).

Ao analisarmos o início do movimento sindical no Rio Grande do Norte, percebemos que ele estava dividido em duas zonas de influência. A primeira era conduzida pelo jornalista, advogado e mais tarde presidente da República, João Café Filho, e a segunda

era liderada pelo Partido Comunista Brasileiro (PCB). Para Ferreira (1989), as diferenças entre essas duas correntes não eram tão perceptíveis, tendo em vista que, por um lado, a influência do PCB junto aos trabalhadores era pouco expressiva e suas lideranças inexperientes, e, por outro, a atuação dessas duas correntes era limitada, mediante a violência estatal praticada pelo então governador do Rio Grande do Norte, Juvenal Lamartine.

Na historiografia brasileira, esse foi o período caracterizado pela transição em que o movimento sindical amplia sua dimensão política, buscando a ação parlamentar. Ou seja, os trabalhadores deparavam-se com legislações conservadoras, o que fez com que os sindicalistas passassem a ocupar espaços no parlamento, procurando criar novas leis compatíveis com a nova realidade do país e com isso realizar transformações mais significativas na sociedade.

Para Ferreira (1998), ao longo da década de 1920, foram registrados apenas dois movimentos grevistas no Rio Grande do Norte. O primeiro movimento envolveu os operários da *Great Western*<sup>43</sup>, cujas principais reivindicações foram aumento salarial e melhores condições de trabalho. O segundo movimento foi a chamada Greve Geral de 1923, liderada por João Café Filho.

O ano de 1930 é marcado por significativa movimentação na organização dos trabalhadores do Rio Grande do Norte. Essa movimentação foi, em grande medida, propiciada pelo contexto desencadeado pela Revolução de 1930. Entre as principais consequências

<sup>43</sup> Companhia criada em 1877, para construir estradas de ferro no Brasil. Disponível em: <[http://basilio.fundaj.gov.br/pesquisaescolar/index.php?option=com\\_content&view=article&id=268&Itemid=186](http://basilio.fundaj.gov.br/pesquisaescolar/index.php?option=com_content&view=article&id=268&Itemid=186)>. Acesso em: 07 nov. 2015.

daquela movimentação dos trabalhadores, está a volta de lideranças sindicais ao Rio Grande do Norte. Dentre os que regressaram, estava o líder sindical Café Filho, considerado como agente da política sindical varguista no Rio Grande do Norte (FERREIRA, 1997).

Um dos momentos mais importantes do período em pauta foi a Insurreição Comunista de 1935, articulada pela Aliança Nacional Libertadora (ANL). O levante comunista de 1935 teve início na cidade de Natal, quando suboficiais e soldados do 21º Batalhão de Caçadores, nem todos comunistas (GÓES, 1999), apoiados pela Guarda Civil e por parcelas da sociedade civil, tomaram o poder na cidade. No que concerne ao início desse movimento, Costa (1955 apud GÓES, 1999, p. 42) afirma:

Não ofereceram resistência. Nesse momento, um grupo de homens armados ocupa rapidamente os lugares estratégicos do quartel, sob as ordens de Quintino Clementino de Barros e de outro sargento, Elizel Henrique Diniz. Os oficiais são reconhecidos de imediato à prisão, improvisada no Cassino do quartel. Giocondo, à frente de um grupo armado, manda soltar os presos que estavam no quartel e determina a execução de repetidos toques de recolher [...] Um grupo de civis, incluindo algumas mulheres, invade o quartel, se fardando e se armando. O maior número era constituído de estivadores [...] A todos eram dadas orientações para dar vivas a Prestes e à ANL.

O levante comunista de 1935 na cidade de Natal durou três dias. A repressão a esse movimento foi intensa e vários de seus participantes

foram presos e torturados. Góes (1999) afirma que, apesar de seu curto prazo, esse movimento deixou marcas profundas de medo e de preconceitos ideológicos. A intensa repressão contra a esquerda, de modo especial contra os comunistas, entre os anos 1934 a 1944, colaborou para a criação de um vácuo político na classe operária (FERREIRA, 1998). Isso facilitou o enquadramento e o consequente controle dos trabalhadores. Do ponto de vista histórico, essa fase é marcada pela ação do controle do Estado sob os sindicatos.

A década de 1960 foi marcada pela agitação e instabilidade política e social, bem como pela tomada de poder pelos militares no ano de 1964. O pós-golpe civil-militar modificou significativamente as feições dos sindicatos no Brasil e no Rio Grande do Norte. Estes, sem liberdade de atuação, foram submetidos às lideranças pelegas e, com isso, perderam a sua combatividade de outrora. Muitos chegaram ao seu total desmantelamento, como o Sindicato dos Trabalhadores na Indústria da Extração de Sal de Macau.

Esse foi um período de grande efervescência política no Brasil. Nesse contexto, o Rio Grande do Norte, especialmente a cidade Macau, revelou possuir uma história que precisa ser incorporada à historiografia nacional, pois lideranças que se destacaram no movimento sindical, passaram a ocupar espaço importante no parlamento, elegendo dois vereadores, um prefeito e um deputado estadual, num país em que o sal ocupou lugar de destaque na economia.

## Da Associação ao Sindicato em Macau

ARQUIVO DE FAMÍLIA



Floriano Bezerra, na sede do Sindicato dos Trabalhadores na Indústria da Extração de Sal de Macau

O surgimento do Sindicato dos Trabalhadores na Indústria da Extração de Sal de Macau foi a consolidação de uma das mais significativas conquistas alcançadas pelos trabalhadores desse segmento na cidade. Emergiu como um espaço de reivindicação e de discussão política da categoria. Essa entidade foi precedida pela Associação dos Homens que Trabalham no Sal, criada no final do século XIX, que articulou um movimento grevista de caráter reivindicatório. Esse movimento revela o histórico de lutas dessa categoria contra a opressão patronal nas salinas macauenses.

A reorganização dessa categoria foi fruto de lutas contra a exploração patronal e as condições insalubres de trabalho, como visto anteriormente. O trabalhador rural Venâncio Zacarias de Araújo, natural de Santana do Matos, se destacou no processo de reorganização da Associação dos Trabalhadores na Extração do Sal de Macau.

Segundo Floriano Bezerra, o ex-sindicalista e ex-deputado, seu pai, Venâncio Zacarias de Araújo, “tinha ido para a cidade de Macau em busca de saúde e vida”. Venâncio Zacarias, assim como outros trabalhadores na extração do sal, viu-se obrigado a alternar a atividade agrícola com as atividades laborais na extração do sal, para prover o sustento de sua família.

Ao descrever o perfil de Venâncio Zacarias, Floriano Bezerra, em seu livro de memórias *Minhas tamataranas: linhas amarelas – memórias* (2009), afirma que o seu pai não era um ideólogo, apenas um idealista vocacionado para comandar homens. Sousa (2002), por sua vez, corrobora esse pensamento quando afirma que Venâncio Zacarias não professava ideias revolucionárias, tampouco era leitor de obras de pensadores como Karl Marx ou seguia a linha doutrinária do Partido Comunista Brasileiro.

Floriano Bezerra defende a tese de que seu pai era um líder nato, com base em situações que podiam comprovar sua posição. Ele cita como referência uma situação em que seu progenitor conseguiu reunir 703 trabalhadores da Salina Conde Pereira Carneiro, popularmente conhecida como Salina Julião. Os trabalhadores se reuniram em torno da ideia de criar uma Associação que os representassem.

Essa posição foi pensada na primeira semana em que Venâncio chegou àquele local. A reunião ocorreu em 30 de agosto de 1938, no rancho da salina. Após a reunião, foi fundada a Associação dos Trabalhadores em Salinas. Na oportunidade, elegeram para presidente Venâncio Zacarias e Virgílio Zacarias Bráulio Bezerra e João Eusébio, como membros da direção. Sobre a criação dessa Associação, Floriano Bezerra<sup>44</sup> afirma:

Quando meu pai foi trabalhar na Salina Julião, em 1938, ele fundou, embaixo do rancho daquela salina, a Associação dos Profissionais das Salinas. Em 1943, a Delegacia do Trabalho registrou a Associação. Daí em diante, o barco foi tocado pra frente. Foi [...] quando, em 1948, o ministro do Trabalho reconheceu a Associação em Sindicato.

A Salina Julião foi palco das ações realizadas pela Associação dos Trabalhadores em Salinas de Macau. Em seguida, passou a funcionar na sede da Delegacia do Sindicato dos Marítimos em Macau (SOUSA, 2002). A Associação existiu de 1939 a 1943, quando Venâncio Zacarias de Araújo foi para o Amazonas, servir como Soldado da Borracha<sup>45</sup>. De acordo com o depoente, em virtude da intensa atividade política de Venâncio Zacarias, este passou a sofrer perseguições de capangas armados que, entre outras ações, proibiam-no de pescar nas camboas<sup>46</sup>.

<sup>44</sup> Entrevista concedida aos autores. Natal, 22 de fevereiro de 2014.

<sup>45</sup> Soldado da Borracha foi o nome atribuído aos brasileiros civis que, entre os anos de 1943 a 1945, foram alistados e levados para a Amazônia pelo Serviço Especial de Mobilização de Trabalhadores para trabalhar na extração de borracha.

<sup>46</sup> Camboa: estreito por onde a água penetra, na maré alta, e que esvazia quando as águas refluem na baixa-mar; gamboa. In: HOUAISS, Antonio. Dicionário eletrônico. São Paulo: Objetiva, 2009. 1 CD-ROM.

Segundo Floriano Bezerra<sup>47</sup>, foi em decorrência de privações e por estar impossibilitado de trabalhar, que Venâncio Zacarias decidiu se inscrever no Serviço Especial de Mobilização de Trabalhadores para Amazonas (Semta)<sup>48</sup>. Ao analisar a trajetória política de Venâncio Zacarias, seu filho afirma que as perseguições políticas vivenciadas pelo pai não cessaram, mesmo com o seu deslocamento para o Estado do Amazonas. Ao chegar àquela região, ele, como tantos outros soldados da borracha, foi trabalhar em seringais.

Venâncio Zacarias foi para o seringal pertencente ao paraibano Manoel Saraiva. Naquele lugar, assim como nas salinas macauenses, Venâncio deparou-se com condições sub-humanas. Assim como em Macau, articulou os trabalhadores daquele seringal em busca de melhores condições de trabalho e salários mais justos. Essa, no entanto, não foi a única coincidência com os tempos em que ele esteve à frente das atividades da Associação dos Trabalhadores em Salinas de Macau. Assim como nas terras do sal, Venâncio atraiu a ira do patronato local no Amazonas. Foi necessário recorrer ao interventor federal daquela região, que lhe assegurou a sua proteção até o seu embarque no vapor que lhe traria de volta a Macau.

Após sua experiência no Amazonas, Venâncio volta à cidade de Macau e assume um cargo de fiscal na prefeitura da cidade. À época, o prefeito era João Melo. A partir de então, Venâncio assume a função de servidor público, ao mesmo tempo em que reestrutura a Associação representativa dos trabalhadores na extração do sal

<sup>47</sup> Entrevista concedida aos autores. Natal, 22 de fevereiro de 2014.

<sup>48</sup> Sobre o assunto, ver: <file:///C:/Users/Maria%20Concei%C3%A7%C3%A3o/Downloads/Ahericaedesprezadabatalhadaborracha.pdf>.



na cidade. Como resultado dessa ação, conquistou a Carta Sindical da Associação, em 11 de novembro de 1948 (SOUSA, 2002).

De acordo com o Artigo 3 do Decreto-lei nº 1.402, de 5 de julho de 1939<sup>49</sup>, responsável por transformar as associações em sindicatos, estes tinham as seguintes prerrogativas:

a) representar, perante as autoridades administrativas e judiciárias, os interesses da profissão e os interesses individuais dos associados, relativos à atividade profissional; b) fundar e manter agências de colocação; c) firmar contratos coletivos de trabalho; d) eleger ou designar os representantes da profissão; e) colaborar com o Estado, com órgãos técnicos e consultivos no estudo e solução dos problemas que se relacionam com a profissão; e f) impor contribuições a todos aqueles que participam das profissões ou categorias representadas.

Até a segunda metade dos anos 1940, os direitos dos trabalhadores da extração do sal em Macau inexistiam. A partir do final da década de 1940, com a promulgação das leis trabalhistas, no governo Vargas, é que essa situação começa a mudar. No entanto, havia dificuldade em implementar essas leis (SILVA, 2004). No que se refere à interpretação das leis citadas, o ex-funcionário da Companhia Comércio e Navegação, Francisco de Assis Miranda<sup>50</sup> (Brizola) afirma: “Meu amigo [...], lá você não tinha quem consultar, você pegava as leis e você mesmo tinha que interpretar, porque não tinha quem consultar, diferente de hoje, que consulta fulano,

<sup>49</sup> Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto-lei/Del1402.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/Del1402.htm)>. Acesso em: 07 nov. 2015.

<sup>50</sup> Entrevista concedida aos autores. Natal, 22 de março de 2014.

sicrano”. A fala do depoente revela o isolamento em que viviam as pequenas cidades interioranas, àquela época. E a ausência do Estado fazia com que um servidor público, e na ausência dele, um trabalhador do setor privado, se tornasse autoridade local, pois os trabalhadores do sal, em sua maioria, possuíam baixo grau de instrução, sendo assim, os funcionários de escritório se destacavam.

Partindo dessa afirmação, também podemos inferir que o Sindicato dos Trabalhadores na Indústria da Extração de Sal de Macau teve um papel de suma importância na cobrança e fiscalização do cumprimento dos direitos e garantias assegurados na Consolidação das Leis Trabalhistas. Todavia, foi essa entidade que, por intermédio da organização e luta da categoria, buscou a materialização e a conseguinte aplicação do que estava determinado nas leis trabalhistas. Toda a luta configurou-se na viabilização de material de proteção, assistência médica, odontológica, farmacêutica e jurídica. Nesse sentido, Evaristo Lopes da Silva<sup>51</sup>, afirma: “Tudo o que os trabalhadores salineiros tinham era graças a Venâncio, as leis já existiam, mas ele fazia com que ela [a lei] fosse cumprida. Ele era o responsável pelo cumprimento da CLT”.

O depoente revela, como muita propriedade, o sentimento de sua época. Indica que a liderança sindical era o sujeito capaz de identificar e solucionar os problemas existentes, pois, mesmo existindo leis que amparassem o trabalhador, inexisteriam órgãos de fiscalização autônomos capazes de exigir o cumprimento de tais leis. Nesse vácuo, os sindicatos e suas lideranças cumpriram

<sup>51</sup> Entrevista concedida aos autores. Natal, 22 de março de 2014.

papel destacado, e foi nesse contexto que muitas dessas lideranças ampliaram sua área de influência, atendendo não somente aos sindicalizados, como também à comunidade local. Não por acaso, foram eleitos prefeitos, vereadores e deputado.

Ao verificarmos o contexto da implantação do Sindicato dos Trabalhadores na Indústria da Extração do Sal de Macau, notamos que existe uma dupla receptividade no tocante a essa iniciativa, por parte dos trabalhadores. A criação dessa instituição foi vista e recebida com entusiasmo pelos trabalhadores, considerando a sua função representativa e reivindicatória, sendo esta última gradativamente acentuada. O mesmo não ocorreu com os donos das salinas, tendo em vista que estes viam o Sindicato como uma considerável ameaça ao controle sobre os trabalhadores. A esse respeito, Antônio Chagas<sup>52</sup> afirma:

Eles eram contra, porque eles não queriam dar os aumentos nos salários que os trabalhadores exigiam. Aí, o sindicato fazia greve. Então ficava tudo paralisado até entrarem em acordo pra eles aumentarem o salário [...]. Antes do sindicato, ninguém tinha direito a nada. Depois que Venâncio construiu o sindicato é que o trabalhador passou a ter vez [...] o sindicato lutava pelos direitos dos trabalhadores. Naquele tempo, o trabalhador não tinha valor [...] os donos das salinas eram contra o sindicato porque ele lutava pelos direitos dos trabalhadores. Eles não gostavam que os trabalhadores fossem sindicalizados. Muitas vezes aqueles que eram filiados ao sindicato, eram maltratados pelo feitor da salina que, estava a serviço da empresa [...] muitos trabalhadores foram suspensos por nada.

<sup>52</sup> Entrevista concedida aos autores. Macau, 16 de março de 2014.

Os donos das salinas não aceitavam as greves, sentiam-se ameaçados mediante a força e a união dos assalariados. Estes, cada vez que se organizavam, ampliavam ainda mais seu poder de mobilização. Essa luta consolidava a liderança dos dirigentes sindicais e expandia as conquistas dos trabalhadores. Medidas, como perseguição aos trabalhadores, até foram implementadas, porém, foram ineficientes e só serviam para ampliar sua mobilização e reforçar o elo entre o Sindicato e seus dirigentes.

Ratificando esse posicionamento, o ex-trabalhador da extração do sal em Macau, Francisco Barbalho (Tichico)<sup>53</sup>, afirma: “Antes do sindicato, a gente não tinha direito a nada, a gente trabalhava pra valer, foi só com a criação do sindicato que a gente começou a ter direitos”. Esse depoimento corrobora a narrativa dos demais trabalhadores da extração de sal que engrandeceram o papel do Sindicato e de suas lideranças.

O ex-secretário do Sindicato, Evaristo Lopes da Silva<sup>54</sup>, ratifica o papel exercido por Venâncio Zacarias, quando afirma que:

Antes do sindicato, a situação da classe era ruim porque não tinha quem lutasse por ela. A classe fazia o que o dono da salina quisesse. Se eles quisessem pagar, pagavam. Se não quisessem, não pagavam. Aí Venâncio apareceu e colocou ordem na casa.

Novamente, percebemos a narrativa de quem vivenciou uma época de intensas lutas e consegue identificar o papel de destaque de uma de suas lideranças que chegou a exercer a função de

<sup>53</sup> Entrevista concedida aos autores. Macau, 15 de março de 2014.

<sup>54</sup> Entrevista concedida aos autores. Macau, 22 de março de 2014.

prefeito da cidade de Macau. Não por acaso, as lembranças de moradores da cidade sobre os ex-prefeitos ressaltam Venâncio Zacarias de Araújo como sendo o prefeito dos trabalhadores na extração de sal em Macau. Essas lembranças constroem um cenário em que o sindicalismo protagonizou mudanças não somente na legislação trabalhista, afetando os seus sindicalizados, mas também toda a comunidade local.

O crescente apoio ao Sindicato e a suas lideranças levou os patrões a contratar trabalhadores não sindicalizados. O objetivo dessa estratégia era diminuir a influência do Sindicato entre os trabalhadores. De acordo com o ex-fiscal do Sindicato e ex-vereador de Macau, Antônio Chagas<sup>55</sup>, essa prática era fortemente combatida pelo Sindicato. Àquela época, a sede própria do Sindicato dos Trabalhadores na Indústria da Extração de Sal de Macau, cenário dessas mobilizações, era localizada próximo à esquina da Rua do Cruzeiro, atual Rua Café Filho.

Sobre a construção desse prédio, Enilde dos Santos Pereira<sup>56</sup>, conhecida como Enilde de Damundo, esposa do motorista do Sindicato, Raimundo Fernandes Pereira (Damundo), afirma que a sede funcionava em um prédio de primeiro andar. Segundo ela, naquele período, todas as classes sindicais de Macau possuíam uma sede própria. Foi, portanto, com o intuito de ampliar o espaço físico, que a direção do Sindicato deu início à construção daquele espaço. As obras foram iniciadas no começo da década de 1950 e concluídas em 1953. A inauguração aconteceu no dia

<sup>55</sup> Entrevista concedida aos autores. Macau, 16 de março de 2014.

<sup>56</sup> Entrevista concedida aos autores. Macau, 15 de março de 2014.

1º de maio daquele ano, Dia do Trabalho. Sobre o início do processo de sindicalização dos trabalhadores na extração de sal de Macau, o ex-fiscal Antônio Chagas<sup>57</sup> afirma que os trabalhadores resistiram ao projeto de sindicalização, pois:

Eles diziam que aquilo era o comunismo, aquilo era pra tomar os direitos deles. Achavam que a polícia ia vir atrás pra prender eles, aí depois das reuniões é que eles foram tomando consciência que aquilo não era comunismo.

O depoente demonstra, em sua narrativa, a repressão que era feita aos sindicalistas e evidencia o pretexto ideológico de chamar de “comunista” todo aquele que questionasse a ordem instituída e pleiteasse direitos. Nesse sentido, para intimidar o Sindicato e suas lideranças, as elites locais criaram discursos inverídicos entre os trabalhadores, objetivando dispersar suas mobilizações.

A exploração do sal em Macau desencadeou a absorção da mão de obra local e de cidades adjacentes, ampliando o número de trabalhadores na produção de sal. Isso ocasionou a ampliação de sindicalistas e, conseqüentemente, a arrecadação financeira do Sindicato dos Trabalhadores na Indústria da Extração de Sal. De acordo com Enilde dos Santos Pereira<sup>58</sup>, a arrecadação total do Sindicato chegou a ser semelhante à da Prefeitura de Macau. A significativa soma adquirida por esse Sindicato era o resultado da contribuição sindical dos trabalhadores na extração do sal, sendo esta empregada na infraestrutura da instituição.

<sup>57</sup> Entrevista concedida aos autores. Macau, 16 de março de 2014.

<sup>58</sup> Entrevista concedida aos autores. Macau, 16 de março de 2014.

Enilde dos Santos Pereira, ao tratar da relação do Sindicato com os trabalhadores e com suas famílias, afirma que o Sindicato contava com uma sede própria, duas farmácias compostas por uma grande variedade de medicamentos, além de um médico que estava disponível para atender aos sindicalizados, seus familiares e alguns moradores das redondezas. O Sindicato contava com um ambulatório e dois carros, sendo um jipe e uma rural. Este funcionava como ambulância para o transporte de pacientes na cidade e, quando necessário, para Natal.

A depoente chama a atenção para o fato de o Sindicato também possuir um aparelho de raio-x, pois, naquela época, nem a prefeitura contava com um equipamento desse porte. Ela destaca, ainda, o importante papel do Serviço Social dos Trabalhadores na Indústria do Sal (Sestis). Este serviço era responsável por disponibilizar a assistência médica, odontológica, hospitalar e farmacêutica para os trabalhadores e seus dependentes. Nesse contexto, também destaca-se a construção do Instituto do Sal. Esse instituto funcionava como uma escola para os filhos dos trabalhadores sindicalizados. O espaço foi abandonado após o Golpe Civil-Militar de 1964.

A estrutura de apoio do Sindicato aos trabalhadores e aos seus familiares transformou a pacata Macau numa cidade em desenvolvimento, sobretudo no que diz respeito às áreas de educação e saúde. Imagine o leitor que vem acompanhando a descrição da luta dos trabalhadores e de suas conquistas, vislumbrar uma cidade salineira com casas simples, com pessoas de hábitos simples e, no entanto, deparar-se com a presença de prédios imponentes, sedes do Sindicato, com a aquisição de bens de consumo próprios

da capital do Estado, como atendimento médico, odontológico, serviço social. E, diante disso tudo, constatar que essas conquistas não foram adquiridas pelas políticas públicas do poder executivo municipal, ou seja, da prefeitura, mas foram resultado da ação política e da conquista financeira dos próprios trabalhadores na extração do sal em Macau.

Nesse contexto, o Golpe Civil-Militar de 1964 significou para os macauenses a interrupção do desenvolvimento da cidade e dos benefícios oriundos das políticas sociais implementadas pelo Sindicato dos Trabalhadores na Indústria da Extração do Sal de Macau. Sendo assim, a repressão desmantelou o Sindicato, suas lideranças políticas e a própria cidade, prendendo lideranças sindicais, controlando os sindicatos e impedindo a continuidade das políticas sociais desenvolvidas por essa entidade. O pretexto de ser “comunista”, utilizado para desmoralizar os trabalhadores, no entanto, não se coaduna com as lembranças dos depoentes, relativas a esse período. Estes falam sobre os acontecimentos de maneira nostálgica, lembrando uma época de conquistas e benefícios que se perderam ao longo da implementação dos governos militares.

As políticas realizadas pelo Sindicato dos Trabalhadores na Indústria da Extração do Sal de Macau estavam em conformidade com o Artigo 4º do Decreto-Lei nº 1.402, de 5 de julho de 1939<sup>59</sup>, que, ao se referir aos deveres dos sindicatos afirmava:

- a) colaborar com os poderes públicos no desenvolvimento da solidariedade das profissões; b) promover a funda-

<sup>59</sup> Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto-lei/Del1402.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/Del1402.htm)>. Acesso em: 07 nov. 2015



ção de cooperativas de consumo e de crédito; c) manter serviços de assistência judiciária para os associados; d) fundar e manter escolas, especialmente de aprendizagem, hospitais e outras instituições de assistência social; e e) promover a conciliação nos dissídios de trabalho.

Foi exatamente a legislação trabalhista e sindical uma das mudanças implementadas pelos governos militares que contribuiu para reconfigurar o cenário político nacional a partir de 1964.

## O protagonismo de Venâncio Zacarias e Floriano Bezerra

[www.obaudemacau.com](http://www.obaudemacau.com)



Venâncio Zacarias de Araújo

A trajetória da Associação dos Trabalhadores na Extração do Sal de Macau pode ser dividida em três momentos: o primeiro inicia-se em 1938, contempla a articulação da Associação dos Trabalhadores em Salinas de Macau, e se encerra em meados da década de 1950, quando Venâncio Zacarias, gradativamente, vai repassando o seu posto de liderança para seu filho, Floriano Bezerra de Araújo. O segundo tem início quando Floriano Bezerra assume a direção do Sindicato e se estende até a instauração do Golpe Civil-Militar, em 1964. O terceiro começa após o Golpe Civil-Militar de 1964 e corresponde ao período da intervenção estatal na direção do Sindicato até o seu total desmantelamento como entidade representativa de uma classe.

Venâncio Zacarias de Araújo, como dito anteriormente, foi o responsável pela organização dos trabalhadores das salinas macauenses, através da criação de uma Associação representativa de classe, que culminou na criação do Sindicato dos Trabalhadores na Indústria da Extração de Sal.

No momento da criação dessa entidade, era comum vários membros de uma mesma família trabalharem na extração do sal, dada a importância dessa atividade na economia do município. A família Bezerra de Araújo era uma delas e teve papel destacado na criação da entidade.

Ao analisarmos os dois primeiros momentos desse Sindicato, percebemos que eles são marcados pela significativa atuação de Venâncio Zacarias e Floriano Bezerra de Araújo, respectivamente, pai e filho.

No primeiro momento, a Associação dos Trabalhadores em Salinas de Macau foi marcada pela ação mutualista e pelo seu caráter assistencialista.

O segundo momento começou com o retorno de Floriano Bezerra, que se encontrava no Rio de Janeiro, a Macau para atender à solicitação de seu pai, Venâncio Zacarias. Floriano Bezerra ingressa na direção do Sindicato no ano de 1953, após concorrer e sair vitorioso como vice-presidente numa chapa que tinha seu pai como presidente.

Nesse contexto, cabe destacar que Floriano Bezerra foi uma liderança formada no movimento sindical. Como herdeiro político do pai, foi preparado para assumir o posto de principal liderança do Sindicato. Cabe ressaltar que até então não existia o cargo de vice-presidente naquele Sindicato. Ao se referir à criação desse cargo, Evaristo Lopes da Silva<sup>60</sup> afirma:

Floriano chegou ao Sindicato pelas mãos de Venâncio, ele foi o herdeiro político da liderança sindical de Venâncio e foi um grande líder. Floriano fez tudo o que foi possível, ele fez cumprir as leis trabalhistas.

O retorno de Floriano Bezerra a Macau e a sua conseqüente entrada efetiva na direção do Sindicato podem ser vistos como uma conjunção de diferentes fatores, dentre os quais destacamos: o estado de saúde no qual Venâncio Zacarias se encontrava

<sup>60</sup> Entrevista concedida aos autores. Natal, 22 de março de 2014.

<sup>61</sup> Entrevista concedida aos autores. Natal, 22 de fevereiro de 2014.

naquele momento; a aproximação das eleições para a direção do Sindicato; a pressão exercida pelo Partido Comunista, em Mossoró. Sobre a criação do cargo de vice-presidente, o próprio Floriano Bezerra<sup>61</sup> afirma:

Na segunda eleição, eu tinha ido ao Rio, mas aí Venâncio [seu pai] estava muito doente em Macau e o Partido Comunista em Mossoró fazia uma campanha dura contra ele [...] chegaram ao ponto de invadir a primeira sede do sindicato que ficava na Rua Café Filho. Eu viajei ao Rio e, com 60 dias, meu pai mandou me chamar, e eu voltei. Quando cheguei em Natal já não tinha mais transporte, aí no dia seguinte fui pra Macau. Ao chegar, me apresentei ao meu pai e ele me levou ao Sindicato. Explicou que eu concorreria na chapa dele. Como toda a classe já tinha confirmado que eu seria membro da chapa, essa seria a segunda eleição do Sindicato, eu cheguei e meu nome já estava escalado, estava tudo pronto porque papai junto à delegacia do trabalho conseguiu introduzir na chapa o cargo de vice-presidente. Aí eu fui eleito vice-presidente do Sindicato no dia 1 de maio de 1953. Aí, começou minha batalha sindical. Na outra campanha, já fui candidato a presidente do sindicato. Lutei dez anos no Sindicato.

O depoente trata da realidade de uma juventude que lutava por direitos naquela pequena cidade, mas que, sem possibilidade de aprofundar seus estudos, buscava nos grandes centros urbanos, como o Rio de Janeiro, centro da cultura e da política do país, novos conhecimentos, visando melhores condições de vida. No entanto,

os laços familiares no Nordeste são tão fortes que, muitas vezes, mesmo os filhos homens, que gozam de independência privilegiada em relação às filhas mulheres, abdicam seus projetos pessoais, atendendo determinações familiares. Foi exatamente isso que ocorreu com Floriano Bezerra de Araújo. A candidatura de Floriano foi viabilizada pela capacidade de liderança de Venâncio Zacarias e, sobretudo, pelo reconhecimento dos benefícios advindos das políticas realizadas pelo Sindicato.

Floriano Bezerra foi eleito vice-presidente do Sindicato em 1953 e permaneceu no cargo até 1955, quando foi eleito presidente da instituição. Essa conquista possibilitou uma mudança de postura do Sindicato, que deixou de ser assistencialista e passou a atuar de forma mais combativa e reivindicatória.

Ao se referir aos dois primeiros momentos do Sindicato, o ex-fiscal e ex-vereador Antônio Chagas<sup>62</sup> afirma que a gestão de Floriano Bezerra, em relação à de Venâncio, foi melhor para os trabalhadores na extração do sal, pois

Floriano possuía outra instrução [...] No tempo de Venâncio no sindicato, a gente pagava a contribuição sindicalista e só tinha alguns direitos, mas no tempo de Floriano ele criou o Contrato Coletivo<sup>63</sup>, o trabalhador tinha direito a férias, tinha direito ao fundo de garantia. Floriano assumiu e criou esses direitos todos.

<sup>62</sup> Entrevista concedida aos autores. Natal, 15 de março de 2014.

<sup>63</sup> “É a convenção estabelecida pelas associações representativas de empregados e de empregadores, com o fim de estabelecer normas gerais obrigatórias para os contratos individuais de trabalho” (DOURADO, 2009, p.125). Disponível em: <[http://www.artigojus.com.br/2011/07/contrato-coletivo-de-trabalho\\_23.html](http://www.artigojus.com.br/2011/07/contrato-coletivo-de-trabalho_23.html)>. Acesso em: 07 nov. 2015.

A capacidade política de Floriano Bezerra era ampliada também pelo seu grau de instrução, reconhecido entre seus próprios companheiros, o que beneficiou a ampliação das conquistas do Sindicato. Essa característica também é reconhecida por antigos moradores da rua onde se localizava o Sindicato, como José Almeida Fraga<sup>64</sup> e Jovelina Barbosa de Oliveira<sup>65</sup>. O primeiro afirma que Floriano procurava os direitos dos trabalhadores, como as férias<sup>66</sup>, o décimo terceiro<sup>67</sup> e o abono família<sup>68</sup>. A segunda, por sua vez, afirma:

Seu Venâncio era um homem muito bacana, mas Floriano lutou mais do que ele. Floriano lutou muito [...] Ele saiu muitas vezes daqui pra ir falar diretamente com o presidente da República pra conseguir direitos pros trabalhadores.

A moradora da Rua do Cruzeiro e testemunha dos acontecimentos reforça em sua fala a narrativa dos sindicalistas e o reconhecimento que, cada vez mais, Floriano Bezerra de Araújo foi

<sup>64</sup> Entrevista concedida aos autores. Natal, 22 de fevereiro de 2014.

<sup>65</sup> Entrevista concedida aos autores. Macau, 14 de março de 2014.

<sup>66</sup> “No século XIX, esse direito foi instituído pelos ingleses. Já no Brasil surgiu, inicialmente, em 1925, em algumas empresas e, depois, em 1943, se tornando uma lei para todos os empregados. De acordo com a CLT, um indivíduo poderá tirar férias depois de trabalhar 12 meses, ou seja, um ano. Durante esse tempo, o funcionário continuará recebendo sua remuneração e um adicional de 1/3 do salário normal. Nessa regra, deverão ser seguidas as seguintes recomendações: no período das férias, depois de 12 meses de trabalho, chamado de período aquisitivo. Geralmente, as férias são de 30 dias, mas se o funcionário estiver com faltas não justificadas, esse número de dias poderá ser reduzido”. Disponível em: <<http://direito-trabalhista.info/direitos-do-trabalhador/ferias.html>>. Acesso em: 07 nov. 2015.

<sup>67</sup> “Direito trabalhista que institui a Gratificação de Natal para os Trabalhadores, conquistado a partir da luta dos trabalhadores e implementado com a Lei nº 4.090, de 13 de julho 1962, no governo João Goulart. Seu Art. 1º determina: “No mês de dezembro de cada ano, a todo empregado será paga, pelo empregador, uma gratificação salarial, independentemente da remuneração a que fizer jus”. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/L4090.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L4090.htm)>. Acesso em: 07 nov. 2015.

<sup>68</sup> “Direito trabalhista que institui o salário-família do trabalhador, conquistado a partir da luta dos trabalhadores e implementado com a Lei nº 4.266, de 3 de outubro de 1963, no governo João Goulart”. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/L4266.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L4266.htm)>. Acesso em: 07 nov. 2015.

ganhando na cidade, superando até mesmo seu próprio pai, que foi líder fundador do Sindicato e prefeito do município de Macau. A liderança de Floriano ocorreu num contexto de ampliação de direitos trabalhistas se expandiu para compor um núcleo dirigente do sindicalismo no país.

Ainda nesse sentido, o ex-trabalhador da extração do sal, Pedro Gregório<sup>69</sup>, assegura:

A gestão de Floriano foi a melhor possível pro trabalhador, porque ele lutava por nossos direitos e, na semana em que a gente não recebia, o sindicato mandava a gente parar de trabalhar, e a gente só voltava quando faziam o pagamento.

O depoente ressalta a importância de um sujeito coletivo, o Sindicato, ao narrar que a sua luta, a luta de um trabalhador, passa a ser a luta de toda a categoria. Naquele contexto, as paralisações dos trabalhadores levavam os donos de salinas a ceder à pressão dos sindicalistas, contribuindo, dessa forma, para consolidar a ação do Sindicato e de seus participantes.

## Os *mulambudos*, as sandálias de rabicho e a conquista de mandatos eletivos

A luta dos trabalhadores do Sindicato dos Trabalhadores na Indústria da Extração de Sal de Macau e suas conquistas ampliaram o raio de ação política da entidade, ganhando a admiração dos moradores

<sup>69</sup> Entrevista concedida aos autores. Natal, 28 de janeiro de 2015.

da cidade e transformando o Sindicato num sujeito coletivo influente no Poder Executivo e Legislativo local. Foi o que ocorreu, sobretudo, nas eleições para prefeito e vereador da cidade de Macau, nos anos de 1958 e 1962. Nesse processo, foram eleitos: Venâncio Zacarias de Araújo, prefeito de Macau (1958); Floriano Bezerra de Araújo, deputado estadual (1958 e reeleito em 1962); Antônio Chagas e Evaristo Lopes da Silva, vereadores da cidade de Macau nesse mesmo período.

A candidatura de Venâncio Zacarias à Prefeitura Municipal de Macau, em 1957, representou o seu rompimento com os grupos ligados à elite local, liderados por Dr. José Augusto Varela, de quem Venâncio, em um primeiro momento, foi aliado político. Em virtude da conjuntura hegemônica do *Varelismo* na política macauense, o rompimento e a consequente candidatura de Venâncio Zacarias representaram um significativo impacto no processo eleitoral. Antônio Chagas<sup>70</sup> assegura que Venâncio Zacarias se tornou candidato porque

os trabalhadores convidaram ele [Venâncio Zacarias de Araújo] pra sair como prefeito. Aí João Melo queria que fosse vice de Albino [Melo], mas ele [Venâncio Zacarias de Araújo] não quis e saiu candidato contando com o apoio do povo.

Nessa época, de acordo com o depoimento de Floriano Bezerra<sup>71</sup>, José Varela, aliado político da família Melo, tentou convencer

<sup>70</sup> Entrevista concedida aos autores. Natal, 16 de março de 2014.

<sup>71</sup> Entrevista concedida aos autores. Natal, 22 de fevereiro de 2014.



Venâncio Zacarias a desistir do seu desejo de tornar-se prefeito de Macau, afirmando que tal empreitada seria uma “loucura”, tendo em vista que a candidatura não teria seu apoio e isso ocasionaria uma derrota eminente. O diálogo entre ambos, segundo o depoente, ocorreu da seguinte forma:

Numa manhã, pelas nove ou dez horas, Dr. José Varela, indo fazer uma consulta, vinha a pé [...] papai encontrou com ele e disse: “Dr. Varela [...] eu decidi ser candidato a prefeito de Macau e estou comunicando o fato ao senhor e, a partir de hoje, eu não vou mais fazer parte com o senhor e nem com os Melos. “A partir de hoje eu vou fazer a política dos trabalhadores de Macau”. Aí Dr. Varela brincou: “Que é isso, Venâncio?! Tá louco?! Você vai ser prefeito com o voto de quem? Você não vai ter voto aqui, o voto aqui vai pro meu candidato, e meu candidato aqui é Albino Melo”. Aí papai disse: “O senhor tá dizendo que eu não vou ter voto, não vou ser nem candidato, eu quero dizer ao senhor que não sou louco e nem acredito no que o senhor tá dizendo e vou fazer a luta para prefeito de Macau [...] Dr. Varela, eu tenho minhas sandálias de rabicho e com ela vou esmagar quem aparecer nessa campanha”, e foi saindo de perto dele. E quando foi no outro dia, às cinco da manhã, Venâncio estava fazendo a campanha.

A campanha de Venâncio Zacarias à Prefeitura de Macau é considerada um marco na história dos pleitos eleitorais do município. O fato de o candidato ser sindicalista certamente contribuiu para

<sup>72</sup>Entrevista concedida aos autores. Macau, 15 de março de 2014.

gerar um clima de radicalização entre os eleitores. Os apoiadores de Venâncio, segundo Enilde dos Santos<sup>72</sup>, eram chamados de *mulambudos*, devido a sua condição mais humilde. Em contrapartida, os setores ligados às elites locais apoiavam a chapa adversária, liderada por José Varela, que apresentava a candidatura de Albino Melo.

Floriano Bezerra, por sua vez, revela em seu depoimento que o jogo de negociação política contou com a participação decisiva de Venâncio Zacarias. Este, por ser um líder sindical que contava com a aceitação popular, tinha poder de decisão no processo de definição da candidatura para o principal cargo da cidade. As elites locais eram autoconfiantes e desconsideravam a ousadia de liderança sindicais, ao pleitear tão importante cargo.

De acordo com Evaristo Lopes da Silva<sup>73</sup>, a campanha eleitoral de Venâncio Zacarias para prefeito de Macau contou com o apoio maciço da classe dos trabalhadores da extração do sal. Apoio este que se estendeu para além do voto, ou seja, ampliaram-se os laços afetivos entre o representante do Sindicato e os cidadãos macauenses.

Para tanto, os espaços utilizados pela campanha se diversificaram, no próprio cotidiano do trabalho. O Sindicato, como espaço político, e os sindicalistas como atores sociais, transformam o modelo de campanha eleitoral realizada até então. Ou seja, os atores, as bandeiras de lutas e as formas de atuação das campanhas eleitorais para prefeito e vereador na cidade, passaram a adquirir uma polarização baseada em programas eleitorais que

<sup>73</sup> Entrevista concedida aos autores. Natal, 22 de março de 2014.

demonstrassem a importância da relação entre a liderança – o prefeito – e a comunidade, e em uma plataforma de demandas que atendessem às necessidades dos macauenses. As demandas de saúde e educação, por exemplo, como demandas da sociedade, constituíam uma plataforma de trabalho que o Sindicato já oferecia aos trabalhadores.

Ao conquistar a prefeitura, essa possibilidade seria ampliada, quantitativa e qualitativamente, com o oferecimento desses serviços para a população local. Tudo isso possibilitou a vitória dos sindicalistas, uma vez que o cenário eleitoral deixou de ser uma campanha de promessas de candidatos e passou a ser a extensão de um trabalho exitoso já realizado pelo Sindicato. Havia entre os trabalhadores uma compreensão muito clara de quem seriam os adversários políticos, naquele contexto, os Melo. Para combatê-los, sua maior liderança, Venâncio Zacarias. Sobre tal assunto, Evaristo afirma:

A campanha de Venâncio contou totalmente com o apoio dos trabalhadores, não só no voto; dentro dos próprios baldes de sal a gente fazia campanha. Mesmo carregando balaio, empilhando sal, enchendo balde, a briga era por Venâncio. Naquela época, existia uma família muito forte que era os Melos, e pra derrotá-los, foi luta, e Venâncio derrotou essa gente.

Nesse ambiente político, o conflito ideológico era inevitável e era expresso no tom de humilhação. A condição de pouco letrados dos trabalhadores tornou-se alvo no discurso da campanha eleitoral. Diante dessa situação, a polarização servia também para reforçar

junto aos trabalhadores a ideia de quem de fato os representava. Se, de um lado, a família Melo representava o poder político local, ou seja, um sujeito coletivo, por outro, o Sindicato e seus trabalhadores representavam outro sujeito político que se contrapunha às elites locais, polarizando a política macauense. Isso acontecia com uma inovadora diferença, a transformação do cotidiano dos espaços de trabalho expressa na narrativa do depoente: “[...] carregando balaio, empilhando sal, enchendo balde [...]”. Eis a força dos trabalhadores que levou à conquista de novos espaços de luta política. Sobre o clima da campanha que culminou com a Vitória de Venâncio Zacarias, Enilde dos Santos<sup>74</sup> afirma:

Foi uma campanha muito bonita, porque ele era um homem muito humilde e todo mundo gostava dele. Por isso, ele foi muito humilhado. Criticavam os eleitores de Venâncio dizendo que eles não sabiam ler. Chamavam a gente de selvagens, fedorentos a peixe. Chamavam a gente de tudo o que não presta. A campanha de Venâncio contou com o apoio popular. O pessoal que votava em Venâncio era chamado de “mulambudos”. Esse nome foi criado pela oposição, eles falavam que os eleitores Venâncio eram todos sujos e fediam a peixe.

As condições precárias de trabalho nas salinas incluíam as longas jornadas de trabalho, o não acesso à educação, a ausência de equipamentos de proteção ao trabalhador, que favorecia o surgimento de várias doenças, debilitando-o fisicamente em idade

<sup>74</sup> Entrevista concedida aos autores. Macau, 15 de março de 2014.

produtiva. Essa realidade compõe as lembranças expressas na fala da depoente, sobretudo quando afirma que os trabalhadores do sal eram chamados de “analfabetos”, “mulambudos”, “selvagens”, “fedorentos a peixe”.

*Mulambudos* ou não, analfabetos ou não, selvagens ou não, fedorentos a peixe ou não, o fato é que os trabalhadores e a instituição por eles criada, o Sindicato, modificaram as formas de fazer a política, o ideal de liderança, bem como os espaços onde tradicionalmente ocorria o confronto político. Tudo isso levou à derrota da elite local, representada pelos Melo, e à vitória histórica de um representante dos trabalhadores “analfabetos”, “mulambudos”, “selvagens”, “fedorentos a peixe”, Venâncio Zacarias de Araújo.

No que se refere ao financiamento da campanha de Venâncio, que era membro do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), Floriano Bezerra<sup>75</sup> afirma:

No tempo da campanha de meu pai pra prefeito, eu já era suplente de deputado e já estava no Sindicato. A campanha pra prefeito ocorreu em 1957, e ele assumiu em 1958. À noite, eu ia pros comícios com Venâncio e, durante o dia, quando eu tinha tempo, eu ia fazer a campanha ombro a ombro com ele. Nossa campanha não tinha muitos recursos porque nós não usávamos recursos do Sindicato. O nosso recurso era o grande padrão de honra e respeito dos trabalhadores para com a gente. Notadamente com o meu pai, porque ele era um grande líder.

<sup>75</sup> Entrevista concedida aos autores. Natal, 22 de fevereiro de 2014.

Dos fatores que mais contribuíram para a vitória do candidato, na visão do depoente, os valores morais do então candidato e a coerência entre o discurso e a ação do sindicalista foram os que mais se destacaram. Esses atributos se opunham à prática da maioria dos políticos, que geralmente prometiam políticas públicas voltadas para atender às demandas sociais durante as campanhas e, no entanto, não as implementavam durante suas gestões. Além disso, a participação dos trabalhadores na tomada de decisão e na elaboração das políticas públicas passou a ser incorporada na gestão de Venâncio Zacarias, uma vez que ascendeu às funções da administração pública, dirigentes sindicalistas que passaram a gerir, junto com Venâncio, a prefeitura da cidade.

Cabe ressaltar que, mesmo antes de Venâncio Zacarias de Araújo vencer as eleições para prefeito de Macau, Floriano já havia concorrido ao cargo de deputado estadual, revelando o interesse das lideranças sindicais em ocupar cargos nos Poderes Legislativo e Executivo.

Sobre a vitória de Venâncio Zacarias de Araújo nas eleições municipais, com uma vantagem de 468 votos de maioria sobre o seu adversário, Francisco de Assis Miranda (Brizola)<sup>76</sup> afirma que essa vitória foi, também, fruto do descontentamento da população com a oligarquia Melo.

<sup>76</sup> Entrevista concedida aos autores. Natal, 22 de março de 2014.

<sup>77</sup> “A cólera geralmente surge em contextos que envolvem superlotação e acesso inadequado à água limpa, coleta de lixo e banheiros. A doença causa diarreia profusa e vômitos, que podem levar à morte por desidratação intensa, por vezes, em questão de horas”. Disponível em: <<http://www.msf.org.br/o-que-fazemos/atividades-medicas/colera>>. Acesso em: 11 nov. 2015.

O Sindicato não somente mantinha relações com seus sindicalizados, mas também com a população de Macau. A exemplo disso, temos o registro de um surto de cólera<sup>77</sup> na cidade, ocasião em que o Sindicato disponibilizou o seu médico para atender à população. De acordo com o entrevistado, em todos os atendimentos médicos realizados nesse período, estava presente uma liderança sindical, como forma de demonstrar o apoio do Sindicato à população. Essa postura possibilitou a formação, ampliação e consolidação de lideranças junto à sociedade macauense, sobretudo em relação às camadas menos favorecidas economicamente. Tudo isso demonstrou o poder de mobilização do Sindicato e despertou preocupações por parte dos adversários com a possibilidade de vitória dos sindicalistas no processo eleitoral, o que veio a se confirmar com a vitória de Venâncio Zacarias para prefeito da cidade de Macau.

No que se refere às realizações da gestão de Venâncio Zacarias de Araújo como prefeito de Macau, Floriano Bezerra destaca a construção de salas de aula, a reconstrução de várias escolas e grupos escolares e o “calçamento de pedra lascada” de muitas ruas, além de melhorias na saúde. Segundo o depoente: “[Venâncio Zacarias] fez o possível e o impossível, porque [...] administrou

<sup>78</sup> Sobre a seca de 1958, os registros revelam que: “Nas ruas da cidade, 10 mil flagelados vagueavam, pedindo água e pão. Outros 10 mil estavam concentrados em Iguatu e imploravam trabalho. O que ocorria no Ceará se reproduzia no Rio Grande do Norte, na Paraíba, no Piauí e em Pernambuco. Havia fome e desespero por toda parte. Finalmente, o dia de São José chegara. Chegara e se fora, sem que as chuvas caíssem. A impassibilidade da natureza era um aviso. Em seguida, uma ordem inaudível, transmitida de ouvido em ouvido, percorreria todo o Nordeste. Era como um telégrafo sem fios que comandasse: ‘Salve-se quem puder!’ [...] O relato acima não saiu das páginas da literatura regionalista, mas do livro da história, na pena do ex-presidente Juscelino Kubitschek. É sobre a seca de 1958, no Nordeste”. Disponível em: <<http://180graus.com/zozimo-tavares/um-relato-sobre-a-seca-de-1958-que-mais-parece-a-de-2012-570964.html>>. Acesso em: 11 nov. 2015.

<sup>79</sup> Entrevista concedida aos autores, 22 de fevereiro de 2014.

<sup>80</sup> Entrevista concedida aos autores. Macau, 14 de março de 2014.

em um período marcado por grandes secas no Nordeste que foi de 1958<sup>78</sup> a 1962”. Tais realizações, inclusive o calçamento da Rua do Cruzeiro, foram mencionadas por vários entrevistados, entre eles, José Almeida Fraga<sup>79</sup> e dona Jovelina Barbosa de Oliveira<sup>80</sup>. O primeiro afirmou que, antes do calçamento realizado na cidade de Macau, ao longo da gestão de Venâncio, a lama em algumas ruas chegava a “dar no meio da canela”. Outra conquista de sua gestão foi a instalação de energia elétrica<sup>81</sup> para uma parte da cidade. Evaristo Lopes da Silva<sup>82</sup> assegura que a principal marca de Venâncio foi a assistência social aos mais humildes da cidade. Sobre isso, Enilde Santos Pereira<sup>83</sup> afirma:

Ele tomou conta da prefeitura como era de direito, não houve embaraço, ele foi eleito e governou, houve uma falha ou outra, como é comum. [...] O que ele prometeu, ele cumpriu. Ele ajudou a todas as pessoas que gostavam dele e que precisavam dele, empregou diversas pessoas na prefeitura.

A experiência de Venâncio Zacarias como liderança sindical contribuiu para o êxito de sua gestão na prefeitura. Os atributos de uma liderança política como a capacidade de mobilização, de articulação e de síntese, entre outros, contribuíram para

<sup>81</sup> “Uma das maiores realizações do governo de Aluizio Alves, na década de 60, foi o coroamento de uma luta que já se estendia por mais de uma década: a inclusão do Rio Grande do Norte no plano de fornecimento de energia elétrica aos Estados pela Companhia Hidroelétrica do São Francisco (Chesf)”. Disponível em: <<http://tribunadonorte.com.br/noticia/especial-aluizio-alves-energia-de-paulo-afonso-uma-luta-de-13-anos/9492>>. Acesso em: 11 nov. 2015.

<sup>82</sup> Entrevista concedida aos autores. Natal, 22 de março de 2014.

<sup>83</sup> Entrevista concedida aos autores. Macau, 15 de março de 2014.



estretar os laços entre a administração da prefeitura e a população local. A experiência do Sindicato com a realização de ações sociais voltadas para a saúde e a educação traçou um percurso administrativo que possibilitou a mudança do *modus operandi* da prefeitura e imprimiu, assim, uma nova imagem de cidade. A coerência entre o discurso e a ação vivenciada na condição de sindicalista constituiu-se uma ferramenta importante na conquista da representatividade do prefeito.

Nesse contexto, a expansão da conquista de espaços de lutas políticas passou a ser a marca dos sindicalistas macauenses, após gestão exitosa do Sindicato dos Trabalhadores na Extração do Sal de Macau. O ideal transformador desse Sindicato passou a influenciar parcelas expressivas dos moradores da cidade. Como resultado dessa política, obteve-se, ainda, a conquista do mandato eletivo de deputado estadual, através da eleição e reeleição de Floriano Bezerra de Araújo à Assembleia Legislativa do Estado do Rio Grande do Norte, respectivamente, em 1958 e 1962. Isso mostra um novo momento do sindicalismo macauense: a união dos trabalhadores das salinas com a classe dos Marítimos e Estivadores e outras categorias de trabalhadores relacionadas à extração de sal, organizados em sindicatos condutores de expressivas lutas. Mesmo após eleito, Floriano continuou a exercer suas funções como presidente do Sindicato e líder das Ligas Camponesas no Rio Grande do Norte.

Sobre a campanha de Floriano Bezerra de Araújo para deputado estadual, Enilde Santos Pereira<sup>84</sup> afirma:

<sup>84</sup> Entrevista concedida aos autores. Macau, 15 de março de 2014.

A campanha foi muito bonita também. Ele comandava uma classe de mais de 4 mil homens [de diferentes cidades do RN]. Muitos deles eram analfabetos, mas tinham as mulheres e os filhos que votavam e que acompanham Floriano.

Observamos que as mudanças ocorridas na política transformaram o modelo de campanha eleitoral realizada para os Poderes Executivo e Legislativo, imprimindo uma marca popular devido à participação das populações desfavorecidas economicamente. Nota-se, ainda, um contingente expressivo de pessoas participando do debate político sobre os destinos da cidade, com forte presença de populações analfabetas, mas que, através de sua ação política, demonstravam uma leitura precisa do diagnóstico das carências econômicas e sociais da população e, sobretudo, a confiança nas lideranças sindicais como propulsoras dessas transformações.

Por fim, ressaltamos o papel destacado das mulheres, que passam a participar da ação política, o que, por si só, já constitui um ato transformador na cidade, sobretudo àquela época. Isso sem falar que as mulheres estavam quase sempre acompanhadas dos filhos, inserindo estes num ambiente de formação política.

Também se referindo à campanha de Floriano Bezerra de Araújo, Jovelina Barbosa de Oliveira<sup>85</sup> afirma: “Todo mundo votava em Floriano, ele era muito querido, ele era até chamado de deputado cabeleira”. Sua fala corrobora o carisma do ex-parlamentar.

<sup>85</sup> Entrevista concedida aos autores. Macau, 15 de março de 2014.

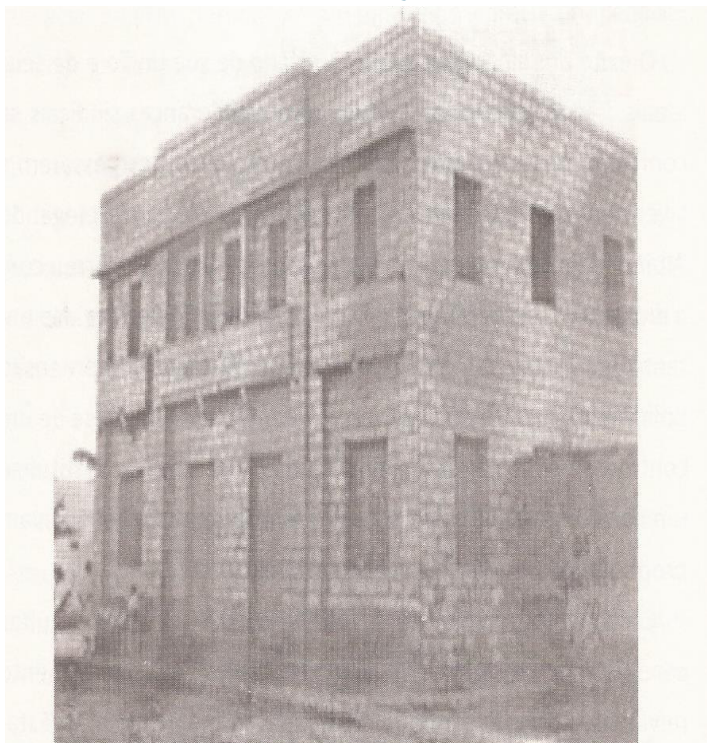
O debate político era tão acirrado entre os sindicalistas, sobretudo entre as mais expressivas lideranças, que acabou gerando um desacordo com repercussão na unidade política dos trabalhadores do Sindicato. Isso decorreu do fato de que, na eleição subsequente à vitória de Venâncio Zacarias, no ano de 1962, no momento da eleição para a Prefeitura de Macau, houve divergência quanto ao apoio político que deveria ser dado aos candidatos que iriam disputar o pleito. Floriano Bezerra apoiou a candidatura de Zacarias Francisco Rodrigues, líder dos Marítimos, tendo como companheiro de chapa Ivo Ferreira dos Santos. Venâncio Zacarias, por sua vez, apoiou Horácio de Oliveira Neto – Horacinho.

O êxito dos sindicalistas era resultado de sua união e de seus ideais. Tão logo as divergências entre as lideranças sindicais se configuraram em grupos distintos, os trabalhadores passaram a vivenciar experiências de derrotas políticas e eleitorais, elegendo Albino Melo como prefeito de Macau. Isso foi o que ocorreu com a divergência entre Venâncio Zacarias e Floriano Bezerra. No entanto, esse acontecimento revela a importância da compreensão política dos sujeitos sociais, pois, aparentemente, trata-se de um confronto político entre pai e filho, mas que, a rigor, constitui-se um confronto político entre duas lideranças, que apresentavam propostas diferentes para a condução de suas lutas.

Como vimos, o Sindicato e suas lideranças realizaram muitas conquistas e transformaram a cidade através de um movimento reivindicatório que ganhou visibilidade no município e no Estado. Os avanços sindicais permitiram conquistar espaço na Câmara Municipal de Macau, na Assembleia Legislativa do Rio Grande do

Norte e na Prefeitura de Macau. Além do legado material, expresso em melhorias salariais, atendimento à saúde, educação, ficou o legado da luta política associada às conquistas reveladas nas experiências narradas pelos protagonistas dos acontecimentos. Todos esses avanços foram interrompidos pelo Golpe de 1964, que durou 21 longos anos.

ARQUIVO DE GETÚLIO MOURA<sup>86</sup>



Sede do Sindicato dos Trabalhadores  
na Extração do Sal de Macau

<sup>86</sup> Disponível em: <[http://www.obaudemacau.com/?page\\_id=28578](http://www.obaudemacau.com/?page_id=28578)>.

## CAPÍTULO IV

# AFLORAM VIEIROS DE OUTORA

### Sal e Terra

Macau um fim não terminado,  
Um amor que nos unem,  
Uma saudade nostálgica.  
Uma melancolia que o tempo não apaga...  
Sal e terra que nos faz irmão!!!  
Não importa a sua cresça ou religião,  
Na busca dessa profundidade  
Encontramos lá no azul do céu  
A alma dos trabalhadores e guerreiros  
Que tinha enterrado sua alma,  
Seus medos, e suas dores,  
E que a despeito de tudo  
Viveu uma vida tão rara... Tão rara...

**Izam Lucena**

**A** trajetória do Sindicato dos Trabalhadores da Indústria do Sal de Macau, embora seja traçada pelas inúmeras conquistas durante a década de 1950 e 1960, passou a sofrer profundas transformações e interrupções a partir de 1964, quando foi instalado o Golpe Civil-Militar no Brasil. À proporção que ocorreram as vitórias, ocorreram também, o desmantelamento e a perseguição a suas lideranças. Para melhor elucidar esse período, faz-se necessário estabelecer elos entre os acontecimentos ocorridos no Brasil, no Rio Grande do Norte e em Macau.

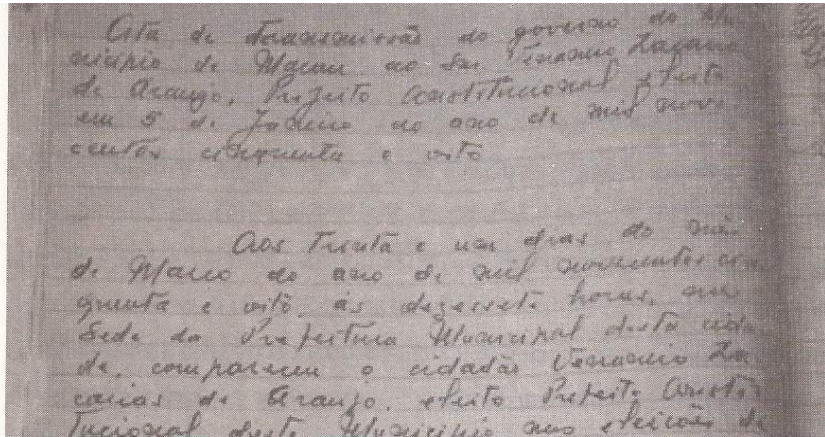


## ACERVO DA FAMÍLIA DE VENÂNCIO ZACARIAS DE ARAÚJO



Material de propaganda da campanha de Zacarias e Ivo

## LIVRO DE ATAS DA PREFEITURA MUNICIPAL DE MACAU



Ata da transição do cargo de prefeito de Venâncio Zacarias para Albino Melo



## O Golpe Civil-Militar no Brasil

O Golpe Civil-Militar, em nível nacional, ocorreu em meio a um cenário de lutas e conquistas dos trabalhadores brasileiros e também dos trabalhadores do sal em Macau. Trata-se, nacionalmente, da ascensão de sindicalistas ao poder central e local. Ou seja, ocorreram conquistas trabalhistas em âmbito nacional, no governo João Goulart, que são também conquistas implementadas a partir das lutas e reivindicações dos trabalhadores em todo o país, inclusive em Macau. Portanto, esse cenário de ascensão de sindicalistas ao Poder Legislativo e Executivo propiciou perseguições políticas, interrompendo de maneira abrupta e inconsequente a ampliação de políticas sociais.

Na historiografia brasileira, esses acontecimentos são registrados quase que exclusivamente no eixo Sul e Sudeste quando, na verdade, todas as unidades federativas registram apoio ao governo João Goulart e resistência ao Golpe Civil-Militar, sobretudo o Nordeste, que foi palco de intensas lutas e manifestações conduzidas por uma das suas expressivas lideranças, Miguel Arraes, em Pernambuco.

No Rio Grande do Norte, a cidade de Macau foi um dos lugares paradigmáticos dos conflitos entre os trabalhadores e as forças repressivas no país.

Para melhor expor esse período histórico, traçaremos a trajetória do cenário no Brasil dos anos 1960, a fim de que o leitor possa observar a íntima relação existente entre os acontecimentos no Brasil e em Macau. Assim, dentre os inúmeros capítulos que compõem a História recente do Brasil Republicano, destacamos



aqui um dos mais indigestos e traumáticos e ainda pouco estudados, devido à ausência de fontes, uma vez que parte delas foi destruída, ou seja, o período em que ocorreu o Golpe Civil-Militar no país. Nesse período, o Brasil esteve imerso em um Regime Civil e Militar, iniciado a partir da deposição do então presidente da República, João Belchior Marques Goulart, Jango.

A conjuntura política internacional daquele período tinha como pano de fundo as disputas nos mais diversos níveis entre as duas potências que emergiram da Segunda Guerra Mundial, a União das Repúblicas Socialistas Soviéticas – União Soviética, e os Estados Unidos da América. Esses dois países eram, naquele momento, representantes máximos de dois sistemas econômicos que se apresentavam antagônicos.

De um lado, tínhamos o Comunismo, e de outro, o Capitalismo. Eram tempos da Guerra Fria. O historiador Hobsbawm (1995, p. 224), referindo-se a esse período, afirma: “Gerações inteiras se criaram à sombra de batalhas nucleares globais que, acreditava-se firmemente, podiam estourar a qualquer momento e devastar a humanidade”.

Antes de tecermos uma breve análise sobre o Regime Militar brasileiro, implantado no ano de 1964, é de suma importância caracterizarmos o cenário político nacional que o antecede. Sobre esse período, destacamos que as raízes da conspiração contra o governo Goulart, que culminou em sua deposição por meio de um Golpe Civil-Militar, no ano de 1964, não se encontram exclusivamente nos acontecimentos ocorridos àquele ano. As origens da crise do governo Goulart são analisadas sob diferentes perspectivas.

O intervalo entre os anos de 1961 a 1964, no Brasil, pode ser visto como uma sucessão de crises políticas, entre as quais destacam-se: a renúncia presidencial de Jânio Quadros, no ano de 1961; a tentativa de impugnação da posse constitucional do vice-presidente da República, João Goulart, bem como todos os seus desdobramentos; e, por fim, o Golpe Civil-Militar de 1964.

Em 25 de agosto de 1961, o então presidente da República, Jânio Quadros, membro do Partido Trabalhista Nacional (PTN), sem nenhuma justificativa plausível, renunciou ao cargo de chefe político da Nação. Para Napolitano (2014, p. 32), existe “consenso entre os historiadores e os analistas políticos em classificar essa renúncia como uma tentativa de ‘autogolpe’”. A estratégia do presidente Jânio Quadros foi baseada em dois pilares: o primeiro baseava-se na ideia de que o povo não aceitaria a sua renúncia presidencial e aclamaria a sua volta ao Palácio do Planalto; o segundo era fundamentado na certeza de que os militares impugnariam a posse de João Goulart, até então vice-presidente da República. Essa expectativa veio a se confirmar.

Diante do contexto de agitação e instabilidade política, desencadeada pela renúncia presidencial de Jânio Quadros, Sodré (2010) afirma que os ministros militares tomaram o poder, passando assim a determinar os rumos do país, negando o direito constitucional de posse ao vice-presidente da República. Além de impedir o cumprimento de uma prerrogativa constitucional, estavam decididos a det -lo no momento em que retornasse ao Brasil. Toledo (1994) revela que vários jornais da época, todos representantes das elites conservadoras do Brasil, pediam a interven o das Forças Armadas.

É importante ressaltar que a oposição à posse de Goulart não foi unânime, considerando a articulação da chamada “Campanha da Legalidade”, encabeçada pelo governador do Rio Grande do Sul e cunhado de João Goulart, Leonel Brizola, e apoiada por outros governadores, como: Carvalho Pinto (São Paulo); Ney Braga (Paraná) e Mauro Borges (Goiás). Ferreira (2003) assegura que a primeira atitude de Leonel Brizola foi estabelecer contatos com generais que possuíam comandos de tropas, mas ressalta que não encontrou receptividade.

O apoio tão esperado por Leonel Brizola à posse de João Goulart, veio do Rio de Janeiro, por parte do marechal reformado Henrique Teixeira Lott. Este distribuiu um manifesto à Nação, apoiando a posse de Goulart e convocando o povo a preservar a ordem legal e constitucional, dizendo:

Sinto-me no indeclinável dever de manifestar o meu repúdio à solução anormal e arbitrária que se pretende impor à nação [...] Conclamo todas as forças vivas do país, as forças da produção e do pensamento, os estudantes e os intelectuais, os operários e o povo em geral para tomar posição decisiva e enérgica no respeito à Constituição, em preservação integral do regime democrático brasileiro, certo, ainda de que os meus camaradas das Forças Armadas saberão portar-se à altura das tradições legalistas que marcam a sua história no destino da pátria (SODRÉ, 2010, p. 447).

Para Chiavenato (2007), a resistência popular mostrou-se decisiva, tendo em vista que, por meio desta, tornava-se cada vez

mais difícil a concretização de um golpe contra a Constituição. A defesa da legalidade do mandato presidencial recebeu apoio de instituições como a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) e a União Nacional dos Estudantes (UNE). Para Sodré (2010), esse movimento foi insuficiente para liquidar o golpismo. Após intensos momentos de instabilidades e incertezas políticas, a solução encontrada para a posse de Goulart foi a imposição do sistema parlamentarista.

Ao analisarmos o sucesso da ação golpista de 1964 no Brasil, percebemos que se trata do resultado de uma conspiração protagonizada por membros da alta cúpula das Forças Armadas Brasileiras, por setores conservadores da sociedade civil e pelo governo estadunidense, personificado no Brasil na figura do embaixador Lincoln Gordon. A esse respeito, Tavares (2014, p. 58) afirma:

A queda foi rápida, mas a conspiração foi longa. Minuciosa e cuidadosamente organizada, reuniu gente daqui e de fora – militares, empresários e latifundiários, diplomatas, políticos, jornalistas e publicitários, bispos, padres e beatas, num trabalho perfeccionista de dois anos e seis meses, que foi além-fronteiras e consumiu milhões de dólares em planejamento, propaganda, reuniões secretas e ardis públicos.

A megaoperação conspiratória contra o governo Goulart obteve eminente sucesso devido à engenharia política montada pelos setores golpistas. A articulação teórica e prática desses setores recebeu apoio direto da grande imprensa (com raras exceções), de membros da alta hierarquia católica e do empresariado nacional

e internacional. Napolitano (2014) destaca o papel do *Jornal do Brasil*, ressaltando sua importância na formação de um bloco da imprensa contra o governo. Em 13 de setembro de 1963, esse jornal publicou um artigo intitulado “Basta”, no qual afirmava:

Antes que cheguemos à Revolução, digamos um BASTA! Digamos enquanto existem organizadas, coesas e disciplinadas Forças Armadas brasileiras e democráticas, para sustentar pela presença de suas armas o próprio BASTA! Chegou o momento – e agora mais do que antes com a revolta dos sargentos... – de pôr termo no seio do próprio governo a existência de duas políticas: uma legal, sem eficiência e resultado administrativo democrático, e outra ilegal, visivelmente subversiva, montada nesse apêndice ilegal do governo, chamado Comando Geral dos Trabalhadores-CGT [...]. A bandeira da legalidade hoje, se confunde com a bandeira da Ordem [...] (*Jornal do Brasil*, 13 set. 1963, p. 6 apud NAPOLITANO, 2014, p. 46).

Além da imprensa, membros da hierarquia da Igreja Católica no Brasil, inspirados no discurso anticomunista vigente, desempenharam um papel que pode ser visto como fundamental para a concretização da articulação e legitimação institucional do Golpe Civil-Militar de 1964.

Para Chiavenato (2004), a Igreja, enquanto instituição personificada na figura do Cardeal do Rio de Janeiro, Dom Jaime de Barros Câmara, desencadeou uma campanha intitulada “Cruzada pelo Rosário em Família”. Esta reuniu bispos, padres e leigos, todos sob o lema “A família que reza unida, permanece unida”.

Essa campanha foi essencial para o êxito do Golpe de 1964. Após a consolidação da ação “intervencionista” das Forças Armadas que “livrou” o Brasil do “perigo comunista”, a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB apud MAINWARING, 2004, p. 102) divulgou a seguinte nota:

Atendendo à geral e angustiosa expectativa do Povo Brasileiro, que via a marcha acelerada do comunismo para a conquista do Poder, as Forças Armadas acudiram em tempo e evitaram que se consumasse a implantação do regime bolchevista em nossa Terra. [...] Logo após o movimento vitorioso da Revolução, verificou-se uma sensação de alívio e de esperança, sobretudo porque, em face do clima de insegurança e quase desespero em que se encontravam as diferentes classes ou grupos sociais [...] Ao rendermos graças a Deus, que atendeu às orações de milhões de brasileiros e nos livrou do perigo comunista, agradecemos aos militares que se levantaram em nome dos supremos interesses da Nação.

Por meio dessa nota, observamos o apoio da Igreja, enquanto instituição, ao Golpe Civil-Militar de 1964. Porém, é importante esclarecer que o apoio institucional não significa que todos os seus membros partilhavam dessa ação. É preciso considerar os diferentes posicionamentos de suas correntes internas. Queremos registrar que leigos e membros do clero, legitimados pela Doutrina Social da Igreja, não somente apoiaram como lideraram a resistência ao autoritarismo, motivo pelo qual muitos de seus membros foram mortos e outros desapareceram.

Para Morel (1965), como indica o próprio título de sua obra, *O golpe começou em Washington*. Skidmore (2010), por sua vez, revela que, depois de resolvida a questão da posse presidencial de João Goulart, o governo estadunidense adotou uma postura cautelosa de cooperação com essa gestão.

Porém, com o passar do tempo, essa posição deu lugar à desconfiança, e os Estados Unidos da América, como grandes defensores do *status quo* global, ajudaram na articulação do Golpe Civil-Militar brasileiro (HOBSBAWM, 1995). Sobre essa questão, Pereira (2010), ao analisar a implantação de diferentes regimes autoritários na América Latina, afirmou que o Golpe no Brasil foi preventivo.

Destacamos que a ação do Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais/Instituto Brasileiro de Ação Democrática (Ipes/Ibad) era um tema complexo, sendo essas instituições responsáveis por financiar a oposição ao governo Goulart. Dreifuss (1981) afirma que esse complexo fez uma campanha objetivando conter a mobilização popular. Suas atividades ideológicas englobavam esquemas de assistência e mesmo de manipulação clientelista.

Acreditamos que a deposição de João Goulart, em 1964, foi o resultado de uma convergência de interesses entre grupos da sociedade civil, instituições religiosas, membros do alto escalão das Forças Armadas e do governo estadunidense.

A forma de governo que se segue, após a consolidação do Golpe Civil-Militar de 1964, é uma Ditadura Militar. No entanto, há divergência de interpretação sobre esse tema. Autores como

Jorge Ferreira e Daniel Aarão Reis Filho (2007) têm a mesma posição a respeito do assunto. Para eles, a Ditadura instaurada em 1964 foi Civil e Militar, considerando a atuação de civis ao longo de sua duração. Napolitano (2014), ao se referir ao Regime Militar brasileiro (1964-1985), afirma que, embora entre seus sócios e beneficiários houvesse amplos setores da sociedade civil que vinham de fora da caserna, os militares sempre se mantiveram no centro decisório do poder.

Para Toledo (1994), na visão dos setores golpistas, o governo Goulart ameaçava o projeto político em curso. Jango era acusado de ser demagogo, subversivo e inimigo da ordem capitalista. Era considerado o principal herdeiro político de Getúlio Vargas. Vieira (2014) afirma que, como Vargas, Goulart se apresentava como um líder democrático e representava os trabalhadores. A gestão presidencial de João Goulart foi marcada por crises e situações de tensões políticas desencadeadas por seus opositores, que visavam desestabilizá-lo politicamente. Para Sodré (2010), foi ao longo desse governo que se ampliaram os espaços democráticos no país.

Buscando manter seus compromissos reformistas e nacionalistas, o presidente João Goulart defendia a importância da realização de reformas estruturais no país. O conjunto dessas reformas ficou conhecido como Reformas de Base. Elas abrangiam diferentes áreas da sociedade brasileira. A intensificação da luta pela implantação das Reformas de Base ocorreu após o fim do sistema parlamentarista imposto a Jango. Ele perdeu o poder político através de um plebiscito (BRASIL: NUNCA MAIS, 1998). Para Góes (1999,



p. 177), “a elite conservadora brasileira não toleraria um governo que implementasse reformas estruturais na sociedade”.

O deslocamento das tropas militares em Minas Gerais, em 31 de março de 1964, marca a deflagração do Golpe Civil-Militar. Os militares, ao tomarem o poder no Brasil, iniciam a repressão e o desmantelamento de organizações sindicais e democráticas. Ao se referir à implantação do Regime Militar, Schwarz (2001) afirma que o povo mobilizado, mas sem armas, assistiu passivamente à troca de governos, sofrendo as consequências desta. A exoneração de João Goulart deu sequência a uma longa tradição intervencionista das Forças Armadas na vida política do Brasil (BRASIL: NUNCA MAIS, 1988).

Logo após a vitória do movimento golpista, o governo militar concebeu um novo entendimento de Segurança Nacional, e esse modelo de segurança aprisionou o país e o levou à construção de um Estado Total. O objetivo era servir a uma burocracia técnico-militar implantada em todos os setores da vida pública e privada (BICUDO, 1984).

Segundo Pereira (2010), uma Ditadura é como um governo que não é limitado constitucionalmente. Nesse tipo de regime, os governos assumem o poder de forma inconstitucional e conferem a si próprios poderes de exceção. Salientamos que a Ditadura Civil e Militar brasileira, instalada no ano de 1964, não representou um fato isolado nas páginas da História latino-americana, pois esse era um contexto de ascensão de vários regimes autoritários em todo o Cone-Sul.

O comando militar elaborou uma série de Atos Institucionais, objetivando conferir ares de legalidade ao Regime Militar, fruto do movimento golpista de 1964, e legitimar constitucionalmente várias de suas práticas, inclusive algumas de cunho repressivo. O primeiro Ato Institucional foi decretado em 9 de abril de 1964<sup>87</sup>, e, por meio dele, eram conferidos poderes constituintes ao governo recém-implantado. A partir de então, os militares iniciaram uma série de perseguições àqueles que se identificavam com as propostas de mudança anunciadas pelo governo Goulart. Entre os mais atingidos, estavam os sindicatos (SALES, 2009). No que se refere às perseguições legitimadas por esse Ato, ressaltamos os artigos a seguir:

Art. 7º – Ficam suspensas, por seis (6) meses, as garantias constitucionais ou legais de vitaliciedade e estabilidade.

§ 1º – Mediante investigação sumária, no prazo fixado neste artigo, os titulares dessas garantias poderão ser demitidos ou dispensados, ou ainda, com vencimentos e as vantagens proporcionais ao tempo de serviço, postos em disponibilidade, aposentados, transferidos para a reserva ou reformados, mediante atos do Comando Supremo da Revolução até a posse do Presidente da República e, depois da sua posse, por decreto presidencial ou, em se tratando de servidores estaduais, por decreto do Governo do Estado, desde que tenham tentado contra a segurança do País, o regime democrático e a probidade da administração pública,

<sup>87</sup> BRASIL. Ato Institucional, de 9 abril de 1964. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/AIT/ait-01-64.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/AIT/ait-01-64.htm)>. Acesso em: 15 dez. 2015.

sem prejuízo das sanções penais a que estejam sujeitos.

§ 2º – Ficam sujeitos às mesmas sanções os servidores municipais. Neste caso, a sanção prevista no § 1º lhes será aplicada por decreto do Governador do Estado, mediante proposta do Prefeito municipal.

§ 3º – Do ato que atingir servidor estadual ou municipal vitalício, caberá recurso para o Presidente da República.

§ 4º – O controle jurisdicional desses atos limitar-se-á ao exame de formalidades extrínsecas, vedada a apreciação dos fatos que o motivaram, bem como da sua conveniência ou oportunidade.

Art. 8º – Os inquéritos e processos visando à apuração da responsabilidade pela prática de crime contra o Estado ou seu patrimônio e a ordem política e social ou de atos de guerra revolucionária poderão ser instaurados individual ou coletivamente.

(...)

Art. 10 – No interesse da paz e da honra nacional, e sem as limitações previstas na Constituição, os Comandantes-em-Chefe, que editam o presente Ato, poderão suspender os direitos políticos pelo prazo de dez (10) anos e cassar mandatos legislativos federais, estaduais e municipais, excluída a apreciação judicial desses atos<sup>88</sup>.

Além das perseguições explícitas, esse Ato traz a seguinte mensagem à nação:

É indispensável fixar o conceito do movimento civil e militar que acaba de abrir ao Brasil uma nova perspectiva sobre o seu futuro. O que houve e continuará a haver

<sup>88</sup> Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/AIT/ait-01-64.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/AIT/ait-01-64.htm)>. Acesso em: 15 dez. 2015.

neste momento, não só no espírito e no comportamento das classes armadas, como na opinião pública nacional, é uma autêntica revolução. A revolução se distingue de outros movimentos armados pelo fato de que nela se traduz, não o interesse e a vontade de um grupo, mas o interesse e a vontade da Nação. [...] Ela destituiu o governo anterior e tem a capacidade de constituir o novo governo. [...] Os chefes da revolução vitoriosa, graças à ação das Forças Armadas e ao apoio inequívoco da Nação, representam o Povo e em seu nome exercem o Poder Constituinte, de que o Povo é o único titular. O Ato Institucional que é hoje editado pelos Comandantes-em-Chefe do Exército, da Marinha e da Aeronáutica, em nome da revolução que se tornou vitoriosa com o apoio da Nação na sua quase totalidade, se destina a assegurar ao novo governo a ser instituído, os meios indispensáveis à obra de reconstrução econômica, financeira, política e moral do Brasil, de maneira a poder enfrentar, de modo direto e imediato, os graves e urgentes problemas de que depende a restauração da ordem interna e do prestígio internacional da nossa Pátria<sup>89</sup>.

Ao analisarmos o primeiro Ato Institucional, constatamos o apoio de setores civis e, especialmente, da opinião pública no que se refere ao Golpe Civil-Militar. O papel da opinião pública era, em grande medida, capitaneado pela imprensa conservadora, que via no golpe uma “autêntica revolução”. Sobre o conceito de Revolução empregado pelos militares, Florestan Fernandes (1981) afirma que ele foi usado para acobertar o que de fato

<sup>89</sup> Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/AIT/ait-01-64.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/AIT/ait-01-64.htm)>. Acesso em: 15 dez. 2015.

aconteceu naquela conjuntura, isto é, o uso da violência militar para impedir os avanços democráticos e sociais vivenciados pela sociedade brasileira.

O primeiro dos Atos Institucionais, implantado em 9 de abril de 1964, era válido até 11 de junho daquele ano. Esse Ato atingiu 378 pessoas, entre as quais estavam: os três últimos presidentes da República (Jânio Quadros, Juscelino Kubitschek e João Goulart); seis governadores; dois senadores; 63 deputados federais e inúmeros deputados estaduais e vereadores. Atingiu, ainda, membros das Forças Armadas, sendo vários deles reformados compulsoriamente; centenas de funcionários públicos foram demitidos (BRASIL: NUNCA MAIS, 1988).

A decretação de Atos Institucionais tornou-se uma constante ao longo do Governo Militar, sendo estes mecanismos estatais de controle e de legitimação das ações do Estado. O segundo Ato Institucional, decretado em outubro de 1965, foi resultante de uma derrota imposta pelas urnas de Minas Gerais e do Rio de Janeiro aos militares. Entre as prerrogativas do AI-2<sup>90</sup>, destacamos: o alargamento da Justiça Militar para civis; as eleições indiretas para presidente da República; a possibilidade de decretação do estado de sítio a qualquer momento pelo presidente; e a extinção dos partidos políticos. O AI-2 instaura o Bipartidarismo no Brasil e cria, assim, a Aliança Renovadora Nacional (Arena) e o Movimento Democrático Brasileiro (MDB). Esse partido foi tido como oposição ao regime; oposição consentida, considerando que o Governo não permitia contestações ao regime.

<sup>90</sup>Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/AIT/ait-02-65.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/AIT/ait-02-65.htm)>. Acesso em: 15 dez. 2015.

Durante os longos 21 anos de Regime Militar, foram decretados 17 Atos Institucionais. Entre eles, o mais agressivo foi o Ato Institucional número 5, decretado pelo presidente Costa e Silva, em 13 de dezembro de 1968. Ao contrário dos Atos anteriores, o AI-5 não trazia consigo um “prazo de validade”. Por meio dele, foram concedidas prerrogativas de controle ao presidente da República, entre as quais se destacam: decretar o recesso do Congresso Nacional, assembleias estaduais e câmaras municipais; decretar a intervenção nos Estados, sem as limitações previstas na Constituição; suspender por dez anos os direitos políticos de qualquer cidadão, bem como cassar mandatos eletivos federais, estaduais e municipais; demitir juízes; demitir, transferir ou reformar militares; decretar o estado de sítio; confiscar bens frutos de corrupção; suspender o *habeas corpus* em caso de crimes políticos contra a Segurança Nacional, a ordem econômica e social e a economia popular.

Foram vários os autores que refletiram sobre o significado desses Atos. Ao analisar o AI-5, Vieira (2014) afirma que ele concentrou toda a força política no Poder Executivo. Esse Ato Institucional expunha a Ditadura sem máscaras. O jurista Hélio Bicudo (1994) afirma que os governos militares brasileiros agiram de maneira repressiva, golpeando as instituições civis com o poder das armas. Para processar dissidentes e opositores políticos, o Regime Militar brasileiro usou tribunais militares, sem jamais abolir a Carta Magna (PEREIRA, 2010). Para Arruda (2012), ao longo dos 21 anos em que o Brasil esteve sob o Regime Militar, o arbítrio assumiu a sua face mais brutal.

Nesse período, foram realizadas centenas de prisões que culminaram em torturas, assassinatos e ocultação de cadáveres não só de dirigentes e militantes de organizações de esquerda, mas também de qualquer cidadão considerado “nocivo” ao regime. Naquele momento histórico, todo e qualquer excesso de truculência cometido por parte de agentes estatais era legitimado em nome da manutenção do chamado Estado de Segurança.

Em suas considerações sobre esse período, Sader (apud NUNES et al., 2011) afirma que a Ditadura Militar brasileira foi responsável por modificar profundamente a História do Brasil e que destruiu o ambiente democrático existente no país. Os agentes do regime militar desrespeitavam frequentemente os artigos da Declaração Universal dos Direitos Humanos, da qual o Brasil era um dos países signatários. Ao longo dos chamados Anos de Chumbo, a tortura tornou-se uma prática rotineira, chegando a ser transformada em matéria de ensino pelos órgãos de segurança.

Analisando os poderes da Ditadura Militar brasileira, Pereira (2010) afirma que eles eram ilimitados, especialmente entre 1968 a 1978, e que sob a sua custódia milhares de pessoas foram presas e torturadas.

A censura, um dos mecanismos mais utilizados por regimes autoritários, impedia que a maior parte da população conhecesse a face brutal do Regime Militar. Nesse contexto, o Sistema Nacional de Informação (SNI) ampliou seu poder de ação. Segundo os fundamentos da Doutrina de Segurança Nacional, o principal inimigo não vinha de fora do país, ele estava no meio do povo, e como tal deveria ser achado, não importando as estratégias

a serem utilizadas. Novos órgãos de repressão foram criados, como, por exemplo, a Operações Bandeirantes (Oban), mantida com doações de empresas nacionais e multinacionais. Nos quadros da Oban estavam membros das Forças Armadas, Polícia Política Estadual, Polícia Federal e Polícia Civil.

A tomada do poder pelos militares também teve impactos na vida econômica brasileira. Para Chiavenato (2004), esse período foi caracterizado pela concentração de renda e o pelo achatamento salarial, que serviu de base para a desnacionalização da economia brasileira. Ao longo do Regime Militar, verificou-se a intensificação da entrada de capital estrangeiro no Brasil. Naquele período, várias empresas multinacionais, atraídas pelos incentivos fiscais oferecidos pelo governo militar, instalaram-se no país. Porém, ressaltamos que essa situação não representou uma melhoria para a população de maneira geral. Esse mesmo período é marcado pelo acúmulo de capitais nas mãos de uma minoria, pelo aumento da desigualdade social, pelo crescimento da inflação e pelo arrocho salarial. Após a implantação do Golpe Civil-Militar de 1964, os sindicatos figuraram como sujeito coletivo secundário na relação entre Estado e trabalhadores (ANTUNES, 1989). O governo militar, objetivando legitimar suas ações por vias legais, implantou a Lei nº 4.330, de 1º de junho de 1964. De acordo com Vieira (2014), essa lei conferia aos governantes o direito de determinar o significado de greve política. Dessa forma, proibia greves “de natureza política, social ou religiosa” e greves de serviços “essenciais e as de solidariedade”. A decisão sobre o caráter das greves ficava sob o controle do Governo.



Gradativamente, o Regime Militar foi desgastando a sua imagem interna e externamente. A Igreja, enquanto instituição que havia apoiado o golpe, assumiu postura contrária ao Regime e passou a combatê-lo. Em virtude dessa nova posição política, sofreu algumas consequências, entre as quais destaca-se o grande número de bispos, padres, freiras e leigos que foram perseguidos, presos, torturados e exilados. A partir de então, foi desencadeada uma série de intensas mobilizações, por parte de diferentes grupos e setores organizados da sociedade civil, entre eles o Movimento Feminino Pela Anistia (MFPA), o Comitê Brasileiro Pela Anistia, com participação de destacadas lideranças, como Terezinha Zerbine, Teotônio Vilela, entre outros. Nesse contexto, o então presidente, general João Baptista Figueiredo, por meio da Lei nº 6.683, decretou a Anistia Política, em 1979. Essa lei foi vista por muitos como injusta e restritiva, pois excluía significativa parcela dos presos e exilados políticos condenados por tribunais militares (GONÇALVES, 2009).

A busca pelas reais causas e circunstância das mortes e do desaparecimento de presos políticos ocorridos no Brasil ao longo do Regime Militar, teve início por volta da primeira metade da década de 1970. Grupos de familiares de presos e desaparecidos políticos espalhados pelo Brasil passaram a se organizar para denunciar e buscar a elucidação das mortes e do desaparecimento de seus familiares. Além disso, também foram registrados o uso indiscriminado da tortura por agentes do Estado e as péssimas condições às quais os presos políticos brasileiros eram submetidos.

Essa batalha foi intensificada com o apoio das Comissões de Justiça e Paz da Igreja Católica e de alguns parlamentares da oposição.

Segundo dados do *Dossiê dos Mortos e Desaparecidos Políticos a Partir de 1964*<sup>91</sup>, existem mais de 140 desaparecidos políticos no país. A partir de 1964, cerca da metade dos desaparecidos políticos brasileiros foram sequestrados na região do Araguaia, onde, entre os anos de 1967 a 1975, se desenvolveu um movimento guerrilheiro no qual atuaram 69 militantes do Partido Comunista do Brasil (PCdoB) e cerca de 17 camponeses. A repressão por parte do Governo Militar foi desproporcional em relação ao número de militantes do partido e de camponeses envolvidos na guerrilha, tendo em vista que foram mobilizados cerca de 20 mil homens do Exército, Marinha, Aeronáutica, Polícia Federal e Polícias Militares dos seguintes Estados: Pará, Goiás e Maranhão.

## O Golpe Civil-Militar em Natal

Iniciaremos a nossa análise sobre o Golpe Civil-Militar de 1964, no Rio Grande do Norte, tendo como ponto de partida a cidade de Natal, capital do Estado, por entendermos que a experiência de implementação do método Paulo Freire em Natal, através da campanha “De Pé no Chão Também se Aprende a Ler”, ganhou apoio popular e visibilidade na sociedade.

Sobre a conjuntura política do Rio Grande do Norte no ano de 1964, Galvão (2004) afirma que ela foi marcada pela divisão e disputa

<sup>91</sup> Disponível em: <<http://www.dhnet.org.br/dados/dossiers/dh/br/dossie64/br/dossmdp.pdf>>. Acesso em: 16 dez. 2015.

pela hegemonia política entre duas oligarquias conservadoras e antagônicas. A autora assevera que a peleja envolvia o governador do RN, Aluizio Alves, e o senador Dinarte Mariz de Medeiros, sendo este aliado das principais lideranças do Sindicato dos Trabalhadores na Indústria da Extração do Sal de Macau. Naquele momento, o Partido Comunista Brasileiro encontrava-se na ilegalidade e tinha como principais lideranças no Rio Grande do Norte, o professor e jornalista Luiz Maranhão Filho e o médico Vulpiano Cavalcanti. Em meio a esse turbilhão político, surgiu como terceira força o prefeito de Natal, Djalma Maranhão, sendo este um político de esquerda nacionalista e ex-membro do Partido Comunista.

Galvão (2004) revela-nos que Aluizio Alves governava com absoluta tranquilidade, sendo financiado por recursos advindos do programa estadunidense Aliança para o Progresso. Oficialmente, os objetivos desse programa eram o desenvolvimento econômico e o progresso social (GORDON, 1962). Porém, seu real intuito era combater a influência comunista na América Latina. Inserido no contexto da Guerra Fria<sup>92</sup> e, temendo a proliferação de “novas Cubas” no continente americano, o então presidente dos Estados Unidos, John Kennedy, passou a investir no Nordeste brasileiro. Sobre os investimentos estadunidenses no Rio Grande do Norte, Dreifuss (1981, p. 295) afirma:

O Rio Grande do Norte era um dos Estados-chave escolhidos como “vitrine” para a promoção das “ilhas de

<sup>92</sup> A Guerra Fria foi um período histórico compreendido entre 1945, com o fim da Segunda Guerra Mundial e a bipolarização URSS x EUA, socialismo e capitalismo, respectivamente, e o final da década de 1980, com a desintegração dos regimes socialistas do leste europeu e, sobretudo, com a derrubada do muro de Berlim, em 1989, marco simbólico do fim do chamado socialismo real.

sanidade”, denominação dada pelo embaixador Lincoln Gordon aos Estados cujos governadores eram confiáveis sob o ponto de vista americano. Através de um maciço influxo de recursos financeiros para projetos de impacto e outros meios, essas “Ilhas de Sanidade em um mar conturbado” visavam a frustrar a crescente mobilização trabalhista e de esquerda e escorar as imagens dos vários governadores do problemático Nordeste.

Esse autor chama a atenção para o fato de que o governador do Rio Grande do Norte Aluizio Alves tinha relações políticas com o líder do Instituto de Pesquisa e Estudos Sociais (Ipes), José Luiz de Sousa. Esse Instituto, juntamente com o Instituto Brasileiro de Ação Democrática (Ibad) financiava a oposição contra o governo Goulart, bem como a conspiração civil militar, que resultou na deposição de João Goulart, em 1964. No contexto de polarização entre governo militar e oposição, a recente Revolução Cubana inspirava intelectuais e estudantes no continente americano, inclusive no Brasil. Nessa perspectiva, chamam a atenção as reflexões de Hobsbawm (1995, p.428):

O exemplo de Fidel inspirou os intelectuais militantes em toda parte da América Latina, um continente de gente ligeira no gatilho e com gosto pela bravura despreendida, sobretudo em posturas heroicas. Após algum tempo, Cuba passou a estimular a insurreição continental, exortada por Che Guevara, o defensor da revolução latino-americana e da criação de “dois, três, muitos Vietnãs”.

Enquanto o governador Aluísio Alves realizava a sua gestão com tranquilidade, graças ao capital estrangeiro vindo do governo estadunidense, a situação na Prefeitura Municipal do Natal era totalmente oposta. Eram várias as dificuldades econômicas encontradas pelo prefeito da capital, porém estas não foram suficientes para minar os esforços da gestão Djalma Maranhão. Segundo Galvão (2004), a administração de Natal priorizava programas de alfabetização popular, conscientização política e democratização da cultura. Tais ideias eram materializadas na campanha “De Pé no Chão Também se Aprende a Ler”, desenvolvida pela Diretoria de Documentação e Cultura.

Com a eclosão do Golpe Civil-Militar de 1964, o Poder Executivo Municipal e o Governo do RN assumiram posturas diferentes quanto à ação “intervencionista” das Forças Armadas. O primeiro, personificado na figura do prefeito Djalma Maranhão, assumiu a defesa do mandato constitucional do presidente João Goulart. Ele recebeu o apoio imediato de seus assessores e de algumas lideranças civis. Diante do contexto de agitação e instabilidade política, o prefeito divulgou a seguinte nota:

*NOTA OFICIAL DO GOVERNO MUNICIPAL DO NATAL*

*O governo municipal do Natal, na hora grave e decisiva que o Brasil atravessa, torna público:*

*– A posição do prefeito é de defesa da legalidade democrática. A mesma posição assumida quando da posse do presidente João Goulart, transmitida através de pronunciamento oficial e de editorial da “Folha da Tarde” [...]*

– O prefeito Djalma Maranhão junta a sua voz à de todas as forças democráticas e populares do país na denúncia aos governos de Minas Gerais, São Paulo, Guanabara e Rio Grande do Sul que, ontem pela madrugada, colocaram-se fora da lei, levados pelo desespero do reacionarismo contra as reformas de base, servindo de instrumentos e oferecendo suas falsas lideranças às forças do antipovo e da antinação.

– O prefeito Djalma Maranhão, ao lado das forças populares e democráticas, conclama o povo para que se mantenha em permanente estado de alerta, nos seus sindicatos, diretórios, órgãos de classe, sociedades de bairros, ruas e praças públicas na defesa intransigente da legalidade que possibilitará a libertação do Povo e do país do imperialismo e do latifúndio, a concretização das reformas de base e construção do amanhã mais justo e mais feliz do Brasil.

– O prefeito Djalma Maranhão, eleito pela vontade popular, cumpre sua obrigação de dizer que a Prefeitura é casa do povo onde se instala, nesta hora, o QG da luta da legalidade e da resistência.

– Finalmente, o prefeito Djalma Maranhão reafirma o seu pronunciamento de 18 de setembro de 1961 que serviu de palavra de ordem para Rio Grande do Norte: Esta é a hora da opção – a legalidade é Jango!

*Prefeitura do Natal, 01/04/1964*

*DJALMA MARANHÃO, Prefeito*

*(GALVÃO, 2004, p.38)*

Em virtude de sua postura frente à Prefeitura do Natal, e de sua posição em relação ao Golpe Civil-Militar, Djalma Maranhão acabou sendo exilado. Assim como outros brasileiros, vítimas da repressão estatal, ele acabou morrendo longe de sua terra natal e de suas raízes.

#### ACERVO DA FAMÍLIA DE FLORIANO BEZERRA



Floriano Bezerra, como um dos indiciados no Dossiê Veras

## O Golpe Civil-Militar em Macau

O Golpe Civil-Militar surgiu para dismantelar os movimentos culturais e políticos existentes no Brasil da década de 1960, momento em que Natal, no bairro das Rocas, foi palco da campanha de alfabetização “De Pé no Chão Também se Aprende a Ler”, inspirada no pensamento de Paulo Freire. Essa experiência foi relatada por Mailde Pinto Galvão, em seu livro *1964: Aconteceu em abril*.

No entanto, não somente a capital do Rio Grande do Norte sofreu repressão pelos militares. A pequena cidade litorânea, Macau, também foi alvo das forças repressoras. A posição do Governo do Estado foi determinante para a localização e prisão de um dos deputados estaduais, o deputado que trouxe para a Assembleia Legislativa do Rio Grande do Norte a força dos trabalhadores no sal de Macau: Floriano Bezerra de Araújo. Esse parlamentar, com sua experiência, testada na organização das lutas salineiras, protagonizou uma ação diferenciada e imprimiu uma nova forma de atuação na Assembleia Legislativa do Rio Grande do Norte e não passou despercebida pelas forças repressoras, que visavam impedir o exercício do seu mandato. Para tanto, conquistaram o apoio do então governador Aluízio Alves. Em virtude de seu envolvimento direto com setores golpistas, apoiou a ação militar. Apesar de sua posição política conciliadora com os militares, seus direitos políticos foram cassados, em janeiro de 1969. A estratégia utilizada pelos repressores era prender as lideranças que comandavam a resistência e seus colaboradores.



Um fato bastante peculiar sobre o governo Aluízio Alves é que, nos primeiros momentos da intervenção militar, em 1964, ele criou uma comissão de investigação paralela à dos militares, com plenos poderes especiais para investigar e indiciar “elementos” considerados subversivos. Ele foi o único governador brasileiro que investigou lideranças políticas. Compuseram a comissão dois policiais especializados, vindos de Pernambuco: Carlos Moura de Moraes Veras, com treinamento do *Federal Bureau of Investigation* (FBI)<sup>93</sup>, e José Domingos da Silva. Essa investigação indiciou 42 pessoas, entre elas estavam Floriano Bezerra de Araújo e Ivo Ferreira dos Santos, importantes lideranças do Sindicato dos Trabalhadores na Extração de Sal de Macau.

Dentre as acusações feitas pela repressão atribuídas a Floriano, estão: manter ligações com Francisco Julião<sup>94</sup>; empregar linguagem violenta e revolucionária quando discursava nas instalações das Ligas Camponesas; comprar armas para serem distribuídas entre os associados das Ligas Camponesas; pregar abertamente a Reforma Agrária, na Lei ou na Marra; publicar no Diário Oficial do Estado os estatutos das Ligas Camponesas e Urbanas do Rio Grande do Norte. Floriano Bezerra também foi acusado de ser instruído, preparado e disciplinado na linha chinesa<sup>95</sup>.

As acusações sofridas por Floriano Bezerra de Araújo, no *Dossiê Veras*, relevam as características típicas do confronto ideológico entre os trabalhadores e as forças da repressão, que colocavam o

<sup>93</sup> Agência Federal de Investigação (tradução livre).

<sup>94</sup> Liderança das Ligas Camponesas.

<sup>95</sup> Corrente política inspirada no pensamento na Revolução Chinesa, comandada por Mao TséTung.

ideal socialista como algo perverso aos trabalhadores simbolizado na denominada “linha chinesa”. A rigor, o dossiê é também um atestado de reconhecimento do que as elites foram capazes de fazer para impedir os trabalhadores de conquistar seus direitos, expressos na legislação trabalhista, na luta pela democratização da terra, no direito ao acesso aos bens culturais e, sobretudo, na ampla liberdade política, de imprensa livre e de eleições para representantes políticos. Para desviar a atenção da sociedade brasileira, os repressores usavam o discurso ideológico como forma de omitir suas reais intenções.

Além do ex-presidente do Sindicato e ex-deputado, por duas vezes, Floriano Bezerra também foi registrado no mesmo dossiê em que Ivo Ferreira dos Santos, ex-diretor do Serviço Social dos Trabalhadores na Indústria do Sal e candidato a vice-prefeito na chapa de Zacarias Francisco Rodrigues, foi acusado de escrever e publicar artigos e manifestos de cunho subversivo e anarquista e de usar linguagem violenta e perniciososa em seus trabalhos jornalísticos.

Sobre o período do pré-golpe na cidade de Macau, Enilde dos Santos Pereira<sup>96</sup> diz:

Tava tudo indo bem, mas quando começou esse clima de revolução, as pessoas começaram a se agitar, tinha uma parte que era a favor do golpe, tinha gente que tinha vontade que Floriano morresse. O prefeito Albino Melo saiu indicando as pessoas para serem presas.

<sup>96</sup> Entrevista concedida aos autores. Macau, 15 de março de 2014.

A narrativa demonstra o quanto o discurso da repressão foi incorporado nos próprios envolvidos na trama. É o que observamos quando a depoente se refere ao golpe como “revolução”, pois a repressão se apropriou da linguagem dos trabalhadores e sua “revolução” significava implantar um cenário de perseguição aos trabalhadores. Naquele ambiente de ameaças, prisões, desaparecimentos, torturas, exílio, predominava o medo. Nesse cenário, brotou na sociedade um sentimento de impotência, fragilidade e desânimo por longos 21 anos. Assim como o governador do RN, o prefeito de Macau teve apoio de empresários que, de diferentes maneiras, contribuíram com a ação dos militares. Segundo a depoente, o prefeito chegou a fornecer veículos oficiais para atender diligências em busca de “subversivos”.

Ao tomar conhecimento do Golpe Civil-Militar, o então deputado estadual Floriano Bezerra encontrava-se na cidade de Natal, onde exercia suas atividades parlamentares. Floriano, como principal liderança do Sindicato dos Trabalhadores na Indústria do Sal de Macau, diante daquela conjuntura, retornou à cidade de Macau. O golpe já estava em curso, os militares ocupavam as ruas de Natal. Sobre esse período, diz ele:

Eu estava no meu apartamento e desci pra ir tomar café na churrascaria A Cabana, aonde eu ia tomar café pra iniciar minhas lutas diárias. Então, ao perceber a movimentação militar nas ruas, [...] voltei ao apartamento, fechei o apartamento e tirei meus pertences pessoais e fui pra Macau. Fui a pé pra Rua Princesa Isabel, e lá peguei um táxi, o nome do motorista era Tetel. Quando a gente chega na descida do baldo, lá tinha um posto de gasolina,

aí ele para [o carro] e eu disse: rapaz, eu quero ir pra Macau e ele disse: mas eu tenho que abastecer o carro. No posto tinha uma volante do Exército e ele perguntou: “Tem gasolina aí?”, aí o cara respondeu: “tem gasolina aqui não”. Aí eu disse: homem, vamos embora pra Macau. Então ele deu ré bem devagar, muito provavelmente ele esperava alguma iniciativa do comando militar.

Com o golpe, a rotina das lideranças é abruptamente quebrada. O café da manhã, o percurso Natal-Macau, as caminhadas a pé na cidade, entre tantas outras atividades cotidianas, pareciam fazer parte de um período tão distante, mas com a repressão passaram a ser algo planejado e executado quando se trata de Floriano Bezerra. Tudo isso acontecia como estratégia das lideranças que se sentiam e foram perseguidas e monitoradas. O depoimento é ilustrador dessa passagem da violência ocorrida na sociedade brasileira, gestos que eram pontuais e corriqueiros de um cidadão qualquer passam a ser planejados como garantia de sobrevivência.

Ao chegar a Macau, Floriano Bezerra<sup>97</sup>, percebendo o clima de incertezas no qual estava inserido, mobilizou os membros do Sindicato para tratar do novo momento político. Antes, porém, foi ao encontro de sua família:

Ao chegar em Macau fui pra casa, aí fui falar com a mulher com os filhos, eu estava cercado pelos trabalhadores [...] aí eu disse: Francisca, vou ao Sindicato falar com minha classe, eu já sabia, eu era exercitado, eu estava preparado e conhecia as lutas sociais e mais ou menos tinha

<sup>97</sup> Entrevista concedida aos autores. Natal, 22 de fevereiro de 2014.

uma dimensão do que estava acontecendo no país. Aí cheguei ao Sindicato, fui rápido e disse: companheiros, o que está havendo no país é um golpe militar. É uma coisa grave, muito séria, pode haver derramamento de sangue em qualquer parte do território nacional e onde tiver movimentos sindicais fortes, vocês não podem imaginar então esse é momento de calma, de tranquilidade, de paciência dentro do contexto da coisa, e vocês têm que ficar [...] alerta para então cumprir minhas ordens. Aí virei pra compadre Evaristo e disse: escolha aí uma comissão de três trabalhadores e se possível Fulano, Sicrano e Beltrano – não tinha certeza se eles estavam, mas se estivessem iriam cumprir – mandem eles irem lá na delegacia dos marítimo dizer para Zacarias que estejam alerta que coisas graves estão acontecendo no país e não sabemos se vamos sair [...] realmente de um golpe militar, e isso pode ser um golpe sangrento. Fale lá para os companheiros que [...] aguardem as ordens pra ver a coisa por onde anda, porque vou eu vou tomar as minhas alturas junto aos outros companheiros; vou sair fora de Macau e voltarei aqui para conversar com vocês sobre o que devemos fazer.

A narrativa expressa a responsabilidade da liderança com os seus companheiros e da expectativa dos trabalhadores com a sua liderança. Todavia, naquele contexto, sequer as lideranças tinham dimensão das mudanças que estariam por vir. Habilidade, paciência, capacidade política, articulação, mobilização, são alguns dos atributos necessários às lideranças sindicais do Brasil após o Golpe Civil-Militar.

Esses acontecimentos intensos demandavam decisões imediatas. Para tanto, Floriano Bezerra de Araújo<sup>98</sup> tomou algumas decisões:

Chamei um trabalhador perto [...], papai tinha um jipe que dava pra fazer qualquer viagem, e disse pra ele: companheiro, vá ali à casa de papai e diga pra ele que mande botar gasolina no jipe e diga a compadre Elias, que era o motorista dele, que venha aqui eu vou dar as ordens. Papai, de imediato, mandou providenciar tudo, aí compadre Elias foi lá em casa e eu disse pra ele: olhe, quando der 18 horas, você encoste o jipe que eu estou precisando desse jipe pra fazer uma viagem por aí afora, não me pergunta pra onde a gente vai, tá certo? Aí ele respondeu: “tá certo” ele era um trabalhador mais consciente, aí mandei logo organizar quem ia comigo: Evaristo Lopes, que era secretário do sindicato e meu substituto legal, Ivo Ferreira, que era presidente do Sestis, Raimundo Bernardino, que era Marítimo, Chicão que era Marítimo. Quando terminei de dar essas ordens, eu estava em casa preparando as coisas, quando terminei de preparar tudo a gente já estava perto de sair de Macau, já estava ficando escuro e Francisca [da Fonseca de Araújo – Quinquinha] disse: “Floriano, venha cá, eu vou com você”. Aí eu disse: Você vai comigo? Como? Eu vou pra uma missão, eu nem sei aonde eu vou ficar, o jipe já tá cheio e eu não sei o que vai acontecer. Eu não quis fazer nenhum bicho pra ela, mas não teve jeito, mas quando os meninos chegaram e começaram a entrar no jipe ela começou a chorar e dizer: “Floriano, eu quero ir com você, na qualidade de sua esposa, eu posso lhe prestar alguma ajuda” aí olhou pros meninos e disse:

<sup>98</sup> Entrevista concedida aos autores. Natal, 22 de fevereiro de 2014.

“Vocês não sabem, mas eu posso prestar ajuda a vocês”. Todos olharam e disseram: “Tem que levar Quinquinha”. Eu disse: tá certo: Já sabe, né? Se não tiver lugar sentado, você vai nas minhas pernas, aí a gente saiu. Eu não disse pra onde a gente ia, a gente saiu da cidade já era de noite, o tanque do carro tava cheio e eu mandei encaminhar pra banda de Pendências; de Pendências mandei encaminhar pra Tabatinga; de Tabatinga aí quando foi chegando em frente à casa do meu tio Antônio Zacarias, que era uma pessoa que eu confiava e que tinha condições de me ajudar. Eu disse: compadre Elias, toca o carro pra casa do meu tio Antônio Zacarias, que é ali em cima, chegando eu bati na porta e a mulher dele disse que Antônio não estava, tinha saído. Eu disse: Venha cá, você diga a Antônio que eu estou indo lá pra capoeira de Zé Anum, onde João Zacarias tinha um cercado lá e ele, da maneira mais discreta, vá lá que eu preciso falar com ele. A gente chegou lá já era noite, quase uma hora da manhã, quando dei fé Antônio chegou lá de cavalo com uma bolsa. Eu digo: Antônio estou precisando da sua ajuda, tô precisando que você venha discretamente trazer alimento aqui pra gente na proporção do necessário, o alimento não é outra coisa, não, é feijão, carne de charque, arroz, batata; a água nós temos aqui no cacimbão e não precisa. A gente só vai precisar dessa parte do alimento. Dá pra você fazer isso? “Dá”, aí eu disse: como você vai fazer isso? O tempo tá escuro e a gente não sabe se vão vasculhar o Vale do Assu me procurando, e se alguém tiver um indício de que eu estou aqui, não é só a polícia militar que vem aqui não, é o Exército. Ele disse: “Não se preocupe, eu virei aqui toda madrugada trazendo esse alimento pra vocês”. Assim fez durante nove dias. Eu disse assim: eu trouxe um radinho de pilha pra gente ter alguma notícia, essas partes de

informação não se preocupe que o rádio dá. Aí Francisca (da Fonseca Araújo – Quinquinha) toda noite estava lá pra saber o que a gente tava precisando. Quando deram nove dias, eu ligando o rádio, tomei conhecimento que o 1º Exército e o 4º Exército estavam alinhados com o golpe e que o General Amaury Cruel também estava alinhado com o golpe. Só estava faltando o 3º Exército do Rio Grande do Sul. A gente viu que a situação estava perdida, aí eu disse: estamos com a situação perdida, os trabalhadores do Brasil estão de molho, de caldo, porque não há condições de resistência. Vamos voltar pra Macau ai quando foi quatro horas da manhã a gente voltou pra Macau, ao chegar em Macau expliquei que a situação estava perdida em relação à resistência dos trabalhadores brasileiros. O sindicalismo estava de caldo e competia a todos nós ficar atentos porque as prisões iriam começar acontecer.

Em tempos de repressão, o núcleo familiar é o primeiro atingido. Com isso, instala-se o conflito, o dilema da companheira e mãe entre cuidar do marido e cuidar dos filhos. Eis a situação vivenciada pela esposa do ex-presidente do Sindicato que, durante o período em que foi obrigado a se esconder da repressão, decidiu acompanhá-lo.

O grupo de sindicalistas que acompanhou o ex-deputado era tão reduzido que um veículo com capacidade para cinco pessoas foi o suficiente para acolher os perseguidos pela repressão, tamanha era a desigualdade das forças em conflito. Naquele ambiente, a comunicação era fundamental e, à época, o rádio tinha papel destacado e foi quem viabilizou a comunicação entre os sindicalistas e a sociedade.



Após a consolidação do movimento golpista, diversas pessoas foram presas. Entre elas, dirigentes, trabalhadores e funcionários das entidades sindicais, independentemente de suas convicções políticas. O clima de medo era geral. Segundo Francisco Barbalho (Tichico)<sup>99</sup>, muitos trabalhadores sindicalizados, temendo serem presos, esconderam ou rasgaram sua carteira sindical. Como podemos observar, o documento de identificação dos trabalhadores, a carteira sindical, uma conquista trabalhista, deixa de ser um instrumento de orgulho, e passa a ser um símbolo de medo.

A repressão se abateu de tal forma sob essa instituição que até mesmo moradores da Rua do Cruzeiro, local da sede do Sindicato, que mantinham relações com sindicalizados, foram considerados suspeitos de atividades subversivas. Este é o caso, por exemplo, do morador José Almeida Fraga (Zé Roxinho)<sup>100</sup>, que não era membro do Sindicato, mas que mantinha relações fraternas com trabalhadores na extração do sal e com a direção da entidade. Ao saber de tal ligação, membros da repressão tentaram encontrá-lo. Diz o ex-morador que, um dia, quando voltava do mercado, foi abordado por um policial, que procurava saber onde morava José Almeida Fraga. Temendo por sua integridade, respondeu que não conhecia essa pessoa, e retornou procurando um lugar seguro para se proteger, pois todos o conheciam como Zé Roxinho.

A consolidação do Golpe na cidade de Macau representou a desarticulação do fim do Sindicato dos Trabalhadores na Indústria

<sup>99</sup> Entrevista concedida aos autores. Macau, 15 de março de 2014.

<sup>100</sup> Entrevista concedida aos autores. Natal, 22 de fevereiro de 2014.

da Extração do Sal, bem como o fim de seus projetos, entre eles a construção de um centro cultural. Em seu livro de memórias e em entrevista aos autores, Floriano Bezerra<sup>101</sup> afirma:

A ideia do Centro Cultural já foi na minha gestão. Aquele mundo de dinheiro que no dia que José Alves de Oliveira, na presença do Exército Brasileiro e Manoel Casado e de todas aquelas autoridades que no calor do golpe recebeu do nosso tesoureiro a quantia de CR\$ 243.242.842,000 (duzentos e quarenta e três milhões, duzentos e quarenta e dois mil, oitocentos e quarenta e dois cruzeiros) em moeda corrente legal da República, o dinheiro que estava em nosso cofre, e era com ele que nós íamos começar a construção do centro cultura de Macau. Não era só para os trabalhadores das salinas. Era um centro cultural pra Macau e região de modo geral. Macau ia ter um centro cultural que ainda hoje estaria causando inveja a toda aquela região. Acontece que o golpe militar ceifou, botou por terra aquela ideia. Ele pegou todo aquele dinheiro e desapareceu no espaço de trinta dias; ninguém sabe quem recebeu esse dinheiro.

Diversos líderes do Sindicato dos Trabalhadores na Indústria da Extração de Sal de Macau foram detidos: Floriano Bezerra, Evaristo Lopes da Silva, Raimundo Damundo, Ivo Bezerra de Araújo, entre outros. As marcas da repressão atingiram cada uma das lideranças de maneira diferente, uns continuaram a militância, outros, abandonaram-na; alguns usam da memória para denunciar, enquanto outros buscam o esquecimento para se distanciar daquele período. No entanto, todos compõem o mesmo cenário.

<sup>101</sup> Entrevista concedida aos autores. Natal, 22 de fevereiro de 2014.

As prisões marcaram as lembranças dos protagonistas daqueles acontecimentos. Hoje, decorrido meio século, ainda é forte a revolta das testemunhas com os acontecimentos conduzidos pela repressão. Sobre a prisão dos membros do Sindicato, Enilde dos Santos<sup>102</sup> afirma:

O que me revolta é que um pessoal daquele que nunca fez nada de errado sair assim como um bocado de bandido, encheram um caminhão com o povo do sindicato, com os dirigentes e o pessoal que acompanha eles, secretário, tesoureiro esse pessoal todo foi preso. O caminhão saiu cheio com esse povo.

Referindo-se à prisão de Raimundo Fernandes Pereira, sua esposa Enilde dos Santos Pereira<sup>103</sup> revela: “O meu marido foi preso por um policial que vinha em uma rural da Prefeitura de Macau. O prefeito na época era Albino Melo”. Por meio dessa afirmação, a depoente evidencia o alinhamento da gestão Albino Melo com a ação militar de 1964. Cabe ressaltar que essa postura de colaboração com a repressão não era um fato isolado do prefeito de Macau, do governador do Rio Grande do Norte, mas também de vários governantes do país.

Segundo Floriano Bezerra de Araújo<sup>104</sup>, após a consolidação do movimento golpista de 1964, ele é intimado a comparecer a Companhia dos Portos de Macau. Ao chegar, deparou-se com a presença de vários membros da elite macauense. Essa cena, para

<sup>102</sup> Entrevista concedida aos autores. Macau, 15 de março de 2014.

<sup>103</sup> Entrevista concedida aos autores. Macau, 15 de março de 2014.

<sup>104</sup> Entrevista concedida aos autores. Natal, 22 de fevereiro de 2014.

o depoente, é reveladora do apoio da elite de Macau ao Golpe Civil-Militar. Sobre esse episódio, Floriano narra:

No dia 6, ele [capitão Antônio Júlio de Sousa Bruno] me chamou na Capitania dos Portos e mandou me apresentar ao Comando Militar. Como eu tinha pedido avião, e ele não tinha chegado eu fui à Capitania, já era dia 12. Chamei compadre Evaristo [Lopes da Silva], que era meu substituto legal, pra ir à Capitania comigo, porque pra começar a conversa, eu ia perguntar se estava ou não autorizado a falar como presidente do Sindicato. Se eu estivesse tudo bem, se eu não estivesse, aí meu substituto legal ia falar em meu lugar. A gente era assim, tudo articulado. Evaristo era um homem de coragem. Quando a gente chegou à Capitania, já tinha homens do Exército lá com armas na mão, pra entrar era preciso autorização. Quando a gente chegou na sala, a gente encontrou Afonso Barros e Amós Gonçalves. Afonso Barros disse assim: “Você só vai dar um depoimento”. Eu disse: eu não quero saber de sua parte. Então, passei direto e fui pra sala do capitão dos Portos. Quando cheguei, encontrei Antônio Freire da Costa, que eu tinha conseguido com Jango [João Goulart], não fazia noventa dias, no Palácio das Laranjeiras, a transferência dele pra Belém do Pará, porque ele estava aqui como delegado do Trabalho, perseguindo o movimento sindical aqui de Macau. Eu tinha fundado os dois primeiros sindicatos rurais, mas, estava engavetado porque, a pedido da Igreja [Católica], ele não colocava para frente. Ele disse: “deputado, o senhor não esperava me encontrar aqui”. Eu disse: “esperava sim, você sempre está nesse trabalho, você sempre este-

ve contra os trabalhadores. Tá aqui, a prova meu amigo”. Quando entro na sala do capitão Bruno, encontrei Manoel Casado e Luiz Pedro de Lima, sentados. Esse Luiz Pedro de Lima era um renegado dos trabalhadores das salinas, já tinha perdido três eleições e na última, ele teve 32 votos e eu tive 58. Fazia pouco tempo. Eu disse ao capitão Bruno: “Capitão Bruno, eu posso falar como presidente do Sindicato?”. Ele disse: “pode sim, chamei o senhor aqui na qualidade de presidente do Sindicato”.

As lembranças do depoente mostram a relação entre as elites locais e as forças de repressão, ou seja, os militares e os civis incomodados com as lutas dos trabalhadores que pleiteavam direitos e melhores condições de trabalho. Revela a capacidade de liderança de Floriano Bezerra ao conseguir, junto à Presidência da República, que também liderava os movimentos de luta no país, a transferência de um delegado do Trabalho que não suportava ver a ascensão dos trabalhadores em espaços instituídos. A presença da liderança sindical e das elites civis locais, diante das forças de repressão, encorajava os conservadores e até provocava situações de constrangimento.

Após apresentar-se, Floriano Bezerra de Araújo foi detido e transferido para a cidade de Natal. Ele ficou, inicialmente, nas dependências do Quartel da 7ª Divisão de Infantaria. Em seguida, foi transferido para o 16º Regimento de Infantaria<sup>105</sup>. Em suas memórias, ele registra sua condição de vítima de torturas físicas, psicológicas e morais. Segundo o livro *Brasil: Nunca Mais*,

<sup>105</sup> 16º Batalhão Infantaria Motorizado (BIMTZ). Sobre o assunto ver: <<http://www.militar.com.br/modules.php?name=Noticias&file=print&sid=1103>>.

a prática da tortura no Brasil não objetivava apenas produzir dor na vítima, tinha interesse de imprimir a destruição moral do indivíduo. A tortura tornou-se uma prática institucionalizada. Sobre sua prisão, Floriano afirma<sup>106</sup>:

Fui preso no 16 RI. Assim que eu cheguei lá, mandaram-me sentar e pouco tempo depois as sirenes do 16 RI alaramaram 15 minutos direto, então quando o barulho parou o general disse: “venho já”. Quando ele voltou, chegou um grupo de militares todos de baionetas na mão pra me levarem daquela sala pra outra sala, aí nessa outra sala começou a seção de tortura, eu fui muito torturado, entre as torturas estavam: choque elétrico, telefone nos ouvidos, sopapos, chutes, quando eles perceberam que eu não estava mais aguentando eles disseram: “levem esse homem pra segunda companhia e entreguem ele ao tenente Roosevelt”. Aí quando cheguei, ele já estava me esperando na companhia do tenente Castelo Branco e de um tenente auxiliar, com um caixão chamado de banheira; me amarraram no pau de arara, foi horrível, eles pegavam, me levantavam e me colocavam na borda da banheira até eu ficar sem fôlego; aí quando eu tomava um fôlego, eles colocavam novamente. Eles fizeram isso um monte de vezes, eu não tive nem como contar.

A repressão, para prejuízo dos trabalhadores, conseguiu atingir seu objetivo: a prisão da maior liderança da cidade, Floriano Bezerra de Araújo. Bem ao estilo ditatorial, uma pessoa sendo presa por

<sup>106</sup> Entrevista concedida aos autores. Natal, 22 de fevereiro de 2014.

um conjunto de homens armados desproporcionalmente. Tudo isso aconteceu em meio a sucessivas sessões de tortura, que deixaram sequelas no depoente.

Floriano Bezerra de Araújo<sup>107</sup> afirma que, ao chegar ao 16º Regimento de Infantaria, o capitão Lacerda acusou-o de ser um “comunista perigoso, nocivo e virulento”. Ele também foi acusado de ser responsável pela articulação de greves ocorridas no Rio Grande do Norte. Essa acusação se deve ao fato de que, em 1963, na condição de deputado, ele havia sido convocado para negociar o fim de uma greve de estudantes em Natal. Sobre esse episódio, lembra o depoente:

Era 1963, estava tendo uma greve de estudantes na praça perto da churrascaria A Cabana. Os militares me fizeram um interrogatório, um interrogatório dos mais horríveis que já passei, tirando o do 16 RI. Era o Coronel Proença, o Coronel Norton Chaves, esses dois do Exército, um vice-almirante e um vice-brigadeiro, cada qual mais feroz. Teve uma hora que um gritou: “Aquilo são uns comunistas baderneiros”. Quando ele parou, eu disse: “posso falar”? Então me deixaram falar e eu disse: Me diga uma coisa, o senhor pra chegar a esses galões do Exército Brasileiro, o senhor passou por colégio? O senhor era baderneiro? E ele respondeu que não e eu disse: pois bem, no meio dos companheiros que estão lá, não existe nenhum baderneiro. Eles são estudantes da Universidade [Federal] do Rio Grande do Norte e pertencem ao Diretório Acadêmico e estão fazendo uma luta que eles acham que é a obrigação deles fazerem. Isso começou às 4 da tarde e veio terminar quase 7 da noite.

<sup>107</sup> Entrevista concedida aos autores. Natal, 22 de fevereiro de 2014.

Eu disse: “olhe, eu não tenho mais o que responder. Se vocês quiserem me prender podem me prender”. O coronel Proença disse: “Então, o senhor vai cumprir uma ordem, o senhor vai sair daqui e vai na praça Augusto Severo e procure falar com esses estudantes que, se eles não acabarem com essa greve daqui até zero hora, eu vou colocar minhas tropas nas ruas e acabo com essa greve”. Isso em 1963. Eu saí, quando eu cheguei lá embaixo, encontrei um batalhão de homens da Polícia Militar com 48 homens, o comandante não queria, me deixar entrar, então meti a mão no paletó e tirei minha carteira de deputado e ele disse: “eu não lhe obedeco, não”. Eu disse: “Eu sou deputado estadual e vou entrar, entrei na marra, sai procurando os líderes do movimento e acabei encontrando eles perto da churrascaria A Cabana”. Eles estavam em assembleia e eu disse: “Gente, estou aqui cumprindo uma tarefa dada pelo comando militar. Fui retirado da Assembleia às três e meia e fui submetido a interrogatório que acabou agora, e eu assumi um compromisso de passar uma mensagem a vocês, que o Coronel Proença me delegou. Achei que eu deveria vir aqui; qual foi [a mensagem]? É que vocês terminassem com essa greve. Não deixassem passar de hoje, porque se der zero hora e vocês ainda estiverem aqui, ele vai mandar as tropas dele vir esmagar vocês. Companheiros, eu quero dizer a vocês que não é uma greve setorial dessa aqui em Natal, sem uma articulação nacional que vai resolver os problemas. Vocês têm que entender a realidade. Minhas ponderações são essas: essa greve setorial não vai resolver os problemas pelos quais vocês estão lutando. Então, meu dever está cumprido. Com licença. Assim que eu saí, a turma resolveu encerrar a



greve. Em 1964, quando cheguei ao 16 RI, preso, isso foi uma das primeiras coisas que Lacerda colocou na mesa: Você é um comunista perigoso, virulento, nocivo. Você tem sido responsável por todas as greves no Rio Grande do Norte. Você acha que nós não sabemos que você, em 1963, na greve dos estudantes você recebeu uma ordem do comando militar e foi pra lá acabar com a greve? você acabou com a greve porque você era o líder.

A narrativa revela a importância do personagem em questão, um vice-almirante, dois coronéis, um vice-brigadeiro, para intimidar e interrogar um trabalhador da salina que, por sua capacidade política, liderou movimentos e foi eleito duas vezes deputado estadual. De um lado, as armas, literalmente expressando a força do Estado, de outro, o dom da palavra, a capacidade política, a capacidade de mobilização, agregados ao sentimento da população que lhe conferiu representatividade, legitimidade e legalidade. Mas, diante do Estado autoritário daquele período, nada disso era considerado pelos militares. A capacidade política do deputado era tão grande que era reconhecida pelas próprias forças repressoras, quando estas recorreram a sua ajuda, por exemplo, para pôr fim a uma greve de estudantes. A desigualdade de forças entre as partes era tão grande que fez com que o deputado recorresse a uma óbvia lembrança: estava diante da alta patente das forças militares locais, não apenas uma liderança sindical, mas um representante de um dos poderes instituídos, o Poder Legislativo, ou seja, um dos seus representantes, o deputado Floriano Bezerra de Araújo.

Em seguida, Floriano Bezerra de Araújo, juntamente com o professor e ex-deputado Luiz Maranhão Filho, o ex-prefeito Djalma

Maranhão e o suplente de deputado federal Aldo da Fonseca Tinoco, foram transferidos para a Ilha de Fernando de Noronha, no Estado de Pernambuco.

Decorridos mais de cinquenta anos do Golpe Civil-Militar, poucas ações foram realizadas, objetivando apurar tais acontecimentos. A documentação e os registros que tratam da temática, em grande parte, desapareceram ou se encontram em posse de órgãos que não disponibilizam o acesso aos familiares e pesquisadores que estudam o assunto, mesmo existindo a Lei que regulamenta o acesso à informação (12.527/2011)<sup>108</sup> no país.

Porém, um importante passo foi dado recentemente, pela atual presidente do Brasil, Dilma Rousseff, vítima de torturas, com a instituição da Comissão Nacional da Verdade<sup>109</sup>. Essa Comissão tem como finalidade examinar e esclarecer as graves violações de direitos humanos praticadas no período fixado no Art. 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, a fim de efetivar o direito à memória e à verdade histórica e promover a reconciliação nacional. E, no Estado, a Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN), objetivando colaborar com os trabalhos da Comissão Nacional da Verdade, criou a Comissão da Verdade da UFRN, coordenada pelo professor Carlos Roberto de Miranda Gomes<sup>110</sup>, cujo trabalho resultou em um relatório final intitulado *Comissão da Verdade da UFRN: Relatório Final*, publicado pela Editora da UFRN (EDUFRN), em 2015.

<sup>108</sup> Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2011-2014/2011/htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/htm)>. Acesso em 01/09/2017.

<sup>109</sup> Lei nº 12.528, de 18 de novembro de 2011.

<sup>110</sup> Professor aposentado do Departamento de Direito Público da UFRN.

Como vimos, diferentemente do que registra a historiografia nacional, a resistência ao Golpe Civil-Militar não ocorreu apenas no eixo Sul-Sudeste, mas também em todo o Norte-Nordeste, inclusive aqui no Rio Grande do Norte, como consta em relatórios nacionais e, em particular, nos registros locais, a exemplo da Comissão da Verdade da UFRN, e deste livro, que colabora com a construção dessas memórias, dando visibilidade aos protagonistas das lutas ocorridas em Macau, nas décadas de 1950 e 1960.

A prisão das lideranças foi um assunto estudado por diferentes autores. São várias as categorias que se tornaram alvo da repressão: lideranças sindicais, prefeitos, deputados, intelectuais, estudantes, entre outros. Góes (1999) nos lembra que as famílias dos presos não tinham conhecimento sobre a transferência destes. Galvão (2004) afirma que, ao chegarem a Fernando de Noronha, os prisioneiros foram conduzidos ao Quartel do Exército, onde já existiam outros presos políticos.

A repressão às lideranças é registrada na literatura que trata do assunto e na memória das testemunhas da História. Sobre a prisão de Floriano Bezerra, Enilde relata:

Floriano foi o primeiro a ser preso [...]. O que me revolta é que um homem que nunca fez nada de errado ter saído de Macau como um bandido [...] E pra complicarem a situação de seu Venâncio e Floriano, pagaram um menino pra derramar todas as hóstias e acusarem eles dois.

Era muito comum a repressão criar situações para caracterizar flagrantes de irregularidade, ofensas morais, entre outras, a fim de justificar a prisão de lideranças políticas, como afirma a depoente.

Ainda sobre esse assunto, Antônio Chagas<sup>111</sup> afirma que Floriano foi preso:

Porque ele fazia parte do sindicato, era contra o governo de Aluizio Alves e apoiava Dinarte Mariz. Ele [Aluizio] perseguiu Floriano [...]. Aluizio [Alves] fazia reunião com Venâncio e Floriano, pra pedir apoio, mas, eles nunca apoiaram. Floriano só foi preso por inveja. Se ele tivesse ficado do lado de Aluizio [Alves] ele não seria preso.

As lideranças sindicais tinham conhecimento de que, tão logo a repressão se instalasse, começaria a perseguição aos sindicalistas. Na historiografia do Rio Grande do Norte, é registrado o papel dúbio exercido por Aluizio Alves, o qual é relatado na narrativa do depoente.

Floriano Bezerra foi preso no dia 15 de abril de 1964, sendo encaminhado para o 16 RI, onde ficou encarcerado durante sete meses. Em seguida, foi transferido para Fernando de Noronha, onde permaneceu três meses. Voltou a ser preso em 1968. Dessa vez, ficou detido no Quartel da Polícia Militar em Macau. Foi libertado no dia 16 de junho de 1969. Mesmo após a sua libertação, ficou socialmente estigmatizado por boa parte da sociedade macauense. Ele afirma que perdeu seus direitos políticos até 1982, devido ao Ato Institucional Nº 5, além de ser constantemente monitorado:

Eu era policiado de dia e de noite [...] eu fui prestar prova de um curso no Atheneu Norte-rio-grandense de um cur-

<sup>111</sup> Entrevista concedida aos autores. Macau, 16 de março de 2014.

so da Igreja Católica, o SAE, Serviço de Assistência Rural. Dom Eugênio que criou esse curso [...] me inscrevi, e, no dia fui convocado pra fazer a prova [...] era uma prova de português [...] eu vim fazer essa prova. Se eu pegasse um transporte em Macau pra onde quer que fosse, quando eu pegava o transporte, tinha dois soldados de polícia que me acompanhavam até o ponto de destino [...].

Assim como outras lideranças do Sindicato dos Trabalhadores na Indústria da Extração do Sal, Floriano Bezerra sofreu por suas escolhas políticas, pois a perseguição aos sindicalistas continuou mesmo depois de as lideranças serem soltas. Eles lutavam por condições dignas de trabalho, por sua cidade, por um país mais justo e igualitário para todos. Floriano Bezerra foi preso, torturado e, em decorrência das várias sessões de tortura, o ex-parlamentar adquiriu graves problemas de saúde, como por exemplo, labirintite. Sobre as sequelas deixadas por essas torturas, ele afirma:

Passei de 1974 a 1979 só vivo. Eu tinha uma forte labirintite, que segundo o Dr. Baltazar Marinho, neurologista daqui de Natal, a labirintite havia sido provocada por este estado de coisas. Quando eu cheguei pra fazer perícia com ele, eu já tinha sido cortado [eliminado da perícia mais de vinte vezes]. Desde 1974, eu vinha sendo cortado. Eu falei duro com ele: doutor, no dia que eu requeira o benefício é porque eu não tinha mais condições de trabalhar na drogaria, eu queria apenas me amparar porque eu não tenho mais condições, eu estou aqui nas suas mãos. O senhor vai fazer isso mesmo?

Floriano se lembra de suas conversas com o médico perito do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), que avaliou sua condição de saúde. Nessas lembranças, o profissional de saúde revelou a condição de tortura a que estavam submetidos os presos políticos. Essas narrativas demonstram o ambiente de tortura generalizado entre as lideranças políticas da época e, especialmente, as marcas impregnadas no corpo e na mente daqueles que foram vítimas de tortura. Tudo isso levou aquele médico a reconhecer o direito à aposentadoria do ex-deputado Floriano Bezerra de Araújo. Diz o depoente, sobre aquele diálogo:

Olhe, seu Floriano, eu vou revelar um segredo pro senhor, no tempo em que eu me formei, eu era acadêmico, no Rio de Janeiro, fui preso três ou quatro vezes. Lá nas celas que eu estava, eu vi muito preso morrer jovem com as mãos na cabeça, comendo fezes. Essa coisa toda. Eu escapei e quero dizer ao senhor que esse seu problema é fruto de 1964. Vai ser difícil deter isso. Esse seu problema é consequência psicológica, neurológica e psiquiátrica, o senhor foi um homem destruído pelo golpe militar, não sei como o senhor não morreu. Eu vou lhe aposentar agora.

O depoimento revela o que aconteceu com parte expressiva das vítimas da repressão, pois, uns morreram, outros desapareceram, outros foram exilados; uns conseguiram retornar ao trabalho e outros perderam completamente a capacidade de se inserir no mercado de trabalho. No processo de redemocratização,

uns readquiriram direitos de reparação, e outros, seus processos continuam na justiça. Tudo isso mostra o desmantelamento de milhares de famílias brasileiras, causado pelo Regime Militar.

EVANGELISTA, M. S. O.



Ninho de lutas 2015

## Intervenção Estatal no Sindicato dos Trabalhadores na Indústria do Sal de Macau

Como falamos anteriormente, a terceira fase do Sindicato dos Trabalhadores na Indústria do Sal de Macau corresponde ao período que vai da instalação do Golpe Civil-Militar à intervenção estatal nessa instituição. Esse é um período de ruptura do sindicalismo de luta para a burocracia sindical. Ou seja, período em que a conjuntura era prejudicial às entidades representativas de classes no Brasil, dado o desmantelamento das instituições e a desmobilização de suas lideranças.

A repressão estatal não concedia espaço para a rearticulação dos trabalhadores e, visando impedir sua articulação, as forças estatais logo trataram de colocar interventores à frente dos sindicatos. O interventor escolhido para ficar à frente do Sindicato dos Trabalhadores na Indústria da Extração do Sal de Macau foi o vereador José Alves de Oliveira, filiado, à época, ao Partido Social Democrático (PSD) (SOUSA, 2002). O interventor enfrentou a resistência dos sindicalizados. Segundo Antônio Chagas de Oliveira:

Ficou uma baderna danada. O Sindicato foi mudando de presidente, colocaram um interventor que era do Ministério [do Trabalho]. Comeram o dinheiro todinho do Sindicato. O Sindicato só funcionou bem na gestão de Venâncio e de Floriano.

Para Enilde dos Santos, a intervenção governamental no Sindicato foi o início da desarticulação desse movimento, tendo em vista que



Floriano tratou de organizar o Sindicato. Os que vieram depois de Florianio trataram de desorganizar. Os trabalhadores das salinas trabalhavam e ficava descontado na folha de pagamento a contribuição pra previdência, mas, não era repassada pra previdência. Eles se endividaram. Então, eles ficaram sem o prédio, a previdência tomou conta do prédio e construíram a sede do INSS. Mas isso não foi no tempo de Florianio. Florianio deixou tudo organizado. Funcionários em dia, duas farmácias, dois transportes, em um era o meu marido que trabalhava [...] Os presidentes após seu Florianio, dormiam com um carro e acordavam com outro [...].

As lembranças dos protagonistas demonstram a importância do período em que o Sindicato realizou importantes conquistas, bem como conseguem identificar o marco do desmantelamento da entidade. Identificam, inclusive, o distanciamento dos trabalhadores quando se referem aos recursos do sindicato que antes se materializavam em conquistas e, após as mudanças ocorridas, passaram a se converter em dívidas que culminaram com a perda da sede da entidade, símbolo emblemático da imponência do Sindicato à época.

A mudança de lideranças ocorreu simultaneamente à mecanização na produção do sal e levou à completa desarticulação do Sindicato e de seu papel na comunidade local. Sobre esse período de um sindicalismo de lutas, Enilde afirma: “O Sindicato começou a definhar quando as empresas salineiras começaram a se mecanizar, porque antigamente a colheita do sal era todo braçal, artesanal”. Ou seja, antes da mecanização das salinas, era necessário

um grande contingente de trabalhadores, e com a chegada das máquinas, ocorreu uma redução significativa de mão de obra.

Tratando desse período, mas numa perspectiva diferente, Antônio Chagas<sup>112</sup> lembra que, “depois da revolução, a situação do trabalhador até foi melhorando, porque as empresas tinham que aceitar os direitos dados pelo governo”. A fala do depoente é um modelo paradigmático da absorção do discurso das forças repressivas. O depoente não somente compreende aqueles acontecimentos como sendo “revolução”, mas também atribui ao período conquistas legais da classe trabalhadora. A rigor, verificando a legislação trabalhista, observamos que as grandes conquistas dos trabalhadores precederam ao período do Golpe Civil-Militar.

Nesse sentido, cabe salientar que as chamadas conquistas trabalhistas da época dos governos militares vieram substituir as do período anterior, e não acrescentar direitos às conquistas já existentes. Como exemplo, podemos citar o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), que veio substituir o direito à estabilidade no emprego.

Recompôr o cenário, as ações, os atores e os lugares, que construíram os acontecimentos relativos à luta dos trabalhadores do sal em Macau, foi importante para identificar as formas de lutas das lideranças e dos moradores como forma da ação política.

A criação da Associação e sua transformação em Sindicato possibilitaram as lideranças políticas conquistar não somente direitos trabalhistas, mas também mudanças políticas, sociais e culturais no

<sup>112</sup> Entrevista concedida aos autores. Macau, 16 de março de 2014.

Rio Grande do Norte. As ações de um deputado, de um prefeito e de vereadores de origem trabalhista contribuíram para transformar a configuração do Poder Executivo e Legislativo local.

O homem comum, o trabalhador em salina e sua transformação em liderança sindical, posteriormente autoridade pública, demonstrou que indivíduos, quando se unem e agem como sujeito coletivo, são capazes de transformar sua comunidade.

Cidade de pequena população, de poucos recursos, isolada dos centros urbanos, mas que, diante dos acontecimentos liderados pelos trabalhadores, serviu como exemplo de luta pela cidadania e pela dignidade humana, não só ao Estado do Rio Grande do Norte, como também ao Brasil. A partir de então, suas lideranças tornaram-se referência obrigatória para aqueles que querem conhecer a história do sindicalismo, fragmentos da história do Poder Legislativo e Executivo, o Autoritarismo e a resistência frente ao Golpe Civil-Militar no Rio Grande do Norte.

# REFERÊNCIAS

ARAÚJO, Floriano Bezerra de. *Minhas tamataranas: linhas amarelas memórias*. Natal: Sebo Vermelho, 2009.

ARRUDA, Inácio. In: OLIVEIRA, Pedro de (Org.). *João Amazonas*. Brasília: Senado Federal, 2012.

ANTUNES, Ricardo L. C. *O que é sindicalismo*. São Paulo: Brasiliense, 1989.

ANTUNES, Ricardo L. C. *A dialética do trabalho: escritos de Marx e Engels*. São Paulo: Expressão Popular, 2004.

BARROS, Benito. *Macauísmo: lugares e falares macauenses*. Macau: ICEC, 2001.

BENJAMIN, Walter. *Obras escolhidas, magia, arte e política*. Tradução de Sérgio Paula Rouanet. São Paulo: Brasiliense, 1996.

BICUDO, Hélio Pereira. *Segurança nacional ou submissão*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984.

BICUDO, Hélio Pereira. *Violência: o Brasil cruel e sem maquiagem*. São Paulo: Moderna, 1994.

BRASIL. Constituição Federal de 1934, de 16 de julho de 1934. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao34.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao34.htm)>.

BRASIL. Ato institucional Nº 1, de 9 de abril de 1964. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/AIT/ait-01-64.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/AIT/ait-01-64.htm)>.

BRASIL. Ato Institucional Nº 5, de 13 de dezembro de 1968. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/AIT/ait-05-68.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/AIT/ait-05-68.htm)>.

BRASIL. Lei Nº 6.683, de 28 de agosto de 1979. Disponível em: <<http://www.jusbrasil.com.br/topicos/11755417/paragrafo-1-artigo-1-da-lei-n-6683-de-28-de-agosto-de-1979>>.

BRASIL. Decreto-lei Nº 1.402, de 5 de junho de 1939. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto-lei/Del1402.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/Del1402.htm)>.

BRASIL. Lei Nº 4.330 de 1º de junho de 1964. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/1950-1969/L4330.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1950-1969/L4330.htm)>.

BRASIL. Constituição Federal de 1946, de 18 de setembro de 1946. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Constituicao/Constituicao46.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao46.htm)>.

BRASIL. Decreto-lei Nº 7.586, de 28 de maio de 1945. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto-lei/1937-1946/Del7586.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/1937-1946/Del7586.htm)>.

BRASIL. Decreto-lei Nº 8.739, de 19 de janeiro de 1946. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto-lei/1937-1946/Del8739.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/1937-1946/Del8739.htm)>.

BRASIL. Lei nº 12.527, de 16 de maio de 2012. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2011-2014/2011/htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/htm)>. Acesso em 01/09/2017.

BRASIL. Lei Nº 12.528, de 18 de novembro de 2011. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2011-2014/2011/lei/l12528.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/lei/l12528.htm)>.

BRASIL: Nunca Mais. 21. ed. Petrópolis: Vozes, 1988.

CAFÉ HISTÓRIA – *História feita em cliques*. Disponível em: Disponível em: <<http://cafehistoria.ning.com/profiles/blogs/dia-do-historiador-19-de>>. Acesso em: 15 dez. 2015.

CÂNDIDO FILHO, José. *O movimento operário: o sindicato, o partido*. Petrópolis: Vozes, 1982.

CAPISTRANO, Luciano Fábio Dantas. *O golpe no Rio Grande do Norte e os norte-rio-grandenses mortos e desaparecidos: 1969-1973*. Natal: Sebo Vermelho, 2010.

CARMO JÚNIOR, João Batista. *Geografia da dominação: um estudo sobre a organização da terra do sal (Macau-RN)*. 172 f. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo) – Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2006.

CASCUDO, Luís da Câmara. *História do Rio Grande do Norte*. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Cultura, 1995.

CHIAVENATO, Júlio José. *O golpe de 64 e a ditadura militar*. São Paulo: Moderna, 2004.

COMITÊ ESTADUAL PELA VERDADE RIO GRANDE DO NORTE.  
Subversão no Rio Grande do Norte. Relatório Veras. Natal, RN, 2012.  
Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Natal: Edufrn, 2015.

COMISSÃO da Verdade da UFRN: relatório final. Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Natal: Edufrn, 2015.

DOSSIÊ *dos Mortos e Desaparecidos Políticos no Brasil a partir de 1964*. Recife: Companhia Editora de Pernambuco, 1995. São Paulo: Disponível em: <<http://www.dhnet.org.br/dados/dossiers/dh/br/dossie64/br/dossmdp.pdf>>.

*DIÁRIO de Natal/O Poti*, 16 out. 1983. “Natal vista por Luís da Câmara Cascudo”.

DREIFUSS, René A. 1964: *a conquista do estado: ação política, poder e golpe de classe*. 3. ed. Petrópolis: Vozes, 1981

FAUSTO, Boris. *A Revolução de 1930*. São Paulo: Brasiliense, 1972.

FERREIRA, Jorge; GOMES, Angela de Castro. 1964. *O golpe que derrubou um presidente, pôs fim ao regime democrático e instituiu a ditadura militar*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014.

FERREIRA, Jorge; REIS FILHO, Daniel Aarão (Org.). *Revolução e democracia*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

FERREIRA, Jorge. *A estratégia do confronto: a Frente de Mobilização Popular*. Revista Brasileira de História, v. 24, n. 47, p. 181-212, 2004.

FERREIRA, Jorge. Crises da República: 1954, 1955 e 1961. In: *O Brasil Republicano*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. p. 301-342.

FERREIRA, Brasília Carlos. *Trabalhadores, sindicatos, cidadania: Nordeste em tempos de Vargas*. Natal: Cooperativa Cultural Universitária do Rio Grande do Norte, 1997.

FERREIRA, Brasília Carlos. *O Sindicato do Garrancho*. Natal: Editora Universitária – UFRN, 1989. (Coleção Mossoroense – Série C – volume CDLXXXII).

FERREIRA, Cleide Regina. *Movimento Sindical no RN: 1961-1964*. Monografia (Bacharelado em Ciências Sociais) – Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 1998.

FERNANDES, Florestan. *O que é revolução*. São Paulo: Brasiliense, 1981.

FERNANDES, Geraldo de Margela. *Operários do sal: dois séculos de exploração*. Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes Global, 1982. (Coleção Textos Acadêmicos).

FERNANDES, Saul Estevam. *O (in)imaginável elefante mal-ajambrado: a questão de limites entre o Ceará e o Rio Grande do Norte e o exame da formação espacial e identitária norte-rio-grandense na Primeira República*. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2012.

FOOT, Francisco; LEONARDI, Victor. *História da indústria e do trabalho no Brasil*. São Paulo: Global, 1982.

FRAGA, João Maria de Sousa; FEITOSA, Fábio Pereira. *Macau: a cidade, o sal e a luta de direitos*. In: Oriente Ocidente, Macau, China, 2015.

GASPARI, Elio. *A ditadura escancarada*. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

GALVÃO, Mailde Pinto. *1964: Aconteceu em abril*. 2. ed. Natal: Edufrn, 2004.



GONÇALVES, Danyelle Nilin. *O preço do passado: anistia e reparação*. São Paulo: Expressão Popular, 2009.

GÓES, Maria Conceição Pinto de. *A aposta de Luiz Ignácio Maranhão Filho: cristãos e comunistas na construção da utopia*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ: Revan, 1999.

GORDON, Lincoln. *O progresso pela aliança*. Rio de Janeiro: Record, 1962.

HALBWACHS, Maurice. *Memória coletiva*. São Paulo: Vértice, 1990.

HOBBSAWM, Eric. *Era dos extremos: o breve século XX: 1914-1999*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

HOUAISS, Antonio. *Dicionário eletrônico Houaiss da língua portuguesa*. São Paulo: Objetiva, 2009. 1 CD-ROM.

LE GOFF, Jacques. *História e memória*. Campinas: Unicamp, 1996.

MACEDO, Ubirajara. *E lá fora se falava em liberdade*. Natal: Sebo Vermelho: 2001.

MARTINS, Roberto Ribeiro. *Anistia ontem e hoje*. 3. ed. São Paulo: Brasiliense, 2010.

MARX, K. *O capital: crítica da economia política*. Tradução de Reginaldo Sant'Anna. 21. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. Livros I e II.

MANFREDI, Silvia Maria. *Educação sindical: entre o conformismo e a crítica*. São Paulo: Loyola, 1996.

MAINWARING, Scott. *Igreja Católica e política no Brasil 1916-1985*. São Paulo: Brasiliense, 2004.

MORAIS, Dênis de. *A esquerda e o golpe de 64*. 3.ed. São Paulo: Expressão Popular, 2011.

MOREL, Edmar. *O golpe começou em Washington*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1965.

MOURA, Getúlio. *Um Rio Grande e Macau: cronologia da história Geral*. Natal: G. Moura, 2003.

NAPOLITANO, Marcos. *História do regime militar brasileiro*. São Paulo: Contexto, 2014.

NAPOLITANO, Marcos. *Formação sindical: história de uma prática cultural no Brasil*. São Paulo: Escrituras, 1996.

NECE, Marcos Vinicius. *A heroica e desprezada história da borracha*. História Viva. 8 jun. 2008. Disponível em: <file:///C:/Users/Maria%20Concei%C3%A7%C3%A3o/Downloads/Ahericaedesprezadabatalhadaborracha.pdf>. Acesso em: 16 dez. 2015.

NUNES, Maria do Rosário et al. *Resgate da memória da verdade: um direito histórico, um dever do Brasil*. Brasília: Presidência da República, Secretaria de Direitos Humanos, Movimento Humanos Direitos, 2011.

PEREIRA, Anthony W. *Ditadura e repressão: o autoritarismo e o estado de direito no Brasil, no Chile e na Argentina*. Tradução de Patrícia Queiroz Carvalho Zimbres. São Paulo: Paz e Terra, 2010.

PIERUCCI, Antônio Flávio de Oliveira et al. *O Brasil republicano: economia e cultura (1930-1964)*. 4. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007. (História Geral da Civilização Brasileira, t. 3, v. 11).

PRADO JÚNIOR, Caio. *Clássicos sobre a revolução*. Florestan Fernandes. São Paulo: Expressão Popular, 1976.

REIS FILHO, DANIEL AARÃO; Ridenti, Marcelo; MOTTA, Rodrigo P. Sá. *A ditadura que mudou o Brasil*. Rio de Janeiro: Zahar, 2014.

RIBEIRO, Bruno. *Helenira Resende e a guerrilha do Araguaia*. São Paulo: Expressão Popular, 2007.

*REVISTA DO IHGRN. XXXII/XXXVIII – 1935 a 1937*. Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte.

RODRIGUES, José Albertino. *Sindicato e desenvolvimento no Brasil*. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1968.

RODRIGUES, Leôncio Martins. *Sindicalismo e sociedade*. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1968.

SABINO, Geraldo. *História do sindicalismo no Rio Grande do Norte*. Natal: Clima, 1985.

SADER, Emir. A primavera dos direitos humanos. In: NUNES, Maria do Rosário et al. (Org.). *Regate da memória da verdade: um direito histórico, um dever do Brasil*. Brasília: Presidência da República, Secretaria dos Direitos Humanos, Movimento dos Direitos Humanos, 2011.

SALES, Jean Rodrigues. Ditadura militar, anistia e a construção da memória social. In: SILVA, Haiké R. Kleber da (Org.). *A luta pela anistia*. São Paulo: Editora UNESP; Arquivo Público do Estado de São Paulo; Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2009.

SALÁRIO: receber em troca do serviço não era uma regra. In: *Super Interessante*. Disponível em: <<http://super.abril.com.br/comportamento/salario>>. Acesso em: 15 dez. 2015.

SANDER, Roberto. *1964: o verão do golpe*. Rio de Janeiro: Maquinária, 2013.

SCHWARZ, Roberto. *Cultura e política*. São Paulo: Paz e Terra, 2001.

SILVA, Francisco das Chagas da. *Trabalhadores em salinas: as condições de trabalho e as estratégias de resistência*. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2004.

SILVA, João Ferreira da. *O sal*. Brasília: Ministério da Educação Nacional: Direção Geral do Ensino Primário, 1966. (Coleção Educativa – Série C – n. 11).

SKIDMORE, Thomas E. *Brasil: de Getúlio a Castelo*. São Paulo: Companhia da Letras, 2010.

SODRÉ, Nelson Werneck. *História militar do Brasil*. São Paulo: Expressão Popular, 2010.

SOUSA, Francisco Carlos Oliveira de. *Das salinas ao sindicato: a trajetória da utopia salineira*. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2002.

SOUZA, Itamar de. *A República Velha no Rio Grande do Norte: 1889-1935*. Brasília: Centro Gráfico do Senado, 1989.

TOLEDO, Caio Navarro de. *O governo Goulart e o golpe de 64*. São Paulo: Brasiliense, 1994.

TAVARES, Flávio. *1964: O golpe*. Porto Alegre: L&PM, 2014.

THOMPSON, Paul. *A voz do passado: história oral*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

VIANA, Luis Werneck. *Liberalismo e sindicato no Brasil*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.

VIERA, Evaldo. *A ditadura militar: 1964-1985: momentos da República Brasileira*. São Paulo: Cortez, 2014.

